

Universidades Estaduais no Brasil – Características Institucionais

DOCUMENTO
DE TRABALHO
4 / 98

Helena Sampaio,
Elisabeth Balbachesky e
Verónica Peñaloza

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
Universidade de São Paulo

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

Universidades Estaduais no Brasil – Características Institucionais

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa solicitado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Participaram de diferentes fases da elaboração do projeto e de realização das entrevistas os pesquisadores Carlos Benedito Martins do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília e Clarissa Eckert Baeta Neves do Grupo de Estudos sobre Universidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os dados das universidades referem-se ao ano de 1995. As informações foram coletadas, pelo NUPES, entre novembro de 1996 e abril de 1997.

Os resultados ora apresentados foram elaborados por Helena Sampaio, com a colaboração da equipe do NUPES.

Equipe do NUPES:

Supervisão geral

Carolina M. Bori

Eunice R. Durham

Diretora do projeto e Relatora

Helena Sampaio

Pesquisadoras com participação no projeto

Elizabeth Balbachevsky

Verónica Peñaloza

Auxiliares Técnicos

Maria Cristina da Silva Bottura

Regina dos Santos

Solange Rodrigues Reis

Administração do projeto

Vera Cecília da Silva

Josino Ribeiro Neto

Sumário

Apresentação

Parte I - Delineamento da Pesquisa

- Caracterização das Universidades Estaduais
- Levantamento das universidades
- Instrumentos da pesquisa

Parte II - Características das Universidades Estaduais

- Distribuição das universidades por região geográfica e estado da Federação
- Criação do primeiro curso e reconhecimento como Universidade
- Trajetória institucional
- Organização administrativa

1. Cursos oferecidos

Cursos de Graduação

- Os cursos mais procurados
- A dinâmica de fechamento e abertura de cursos

Cursos de Pós-graduação

- *Lato sensu* (Especialização)
- *Stricto sensu* (mestrado e doutorado)

Cursos de Extensão

2. Corpo docente

Titulação acadêmica

Regime de trabalho

Incentivos para aperfeiçoamento

3. Corpo discente

Graduação

Licenciatura

Pós-graduação

- *lato sensu* (Especialização)
- *stricto sensu* (mestrado e doutorado)

Curso de Extensão

4. A pesquisa e a prestação de serviços

A atividade de pesquisa

A interação da universidade com a iniciativa privada e com os órgãos públicos

5. Estrutura física

Área construída

Equipamentos científicos e instalações culturais

- Laboratórios
- Biblioteca Central
- Anfiteatro e Museus
- Computadores e *Internet*

Equipamentos esportivos

6. Financiamento

Anexo I – Relação das Universidades Estaduais no País

Anexo II – Sinopses das entrevistas com os reitores das Universidades Estaduais

Apresentação

As universidades estaduais constituem um segmento específico do setor público de ensino superior brasileiro. Diferentemente das federais e das particulares, as universidades estaduais estão fora do âmbito de atuação do Ministério da Educação e do Desporto, sendo mantidas e fiscalizadas por seus respectivos Estados. Isso significa, que a interface desse segmento com os órgãos federais se dá esporadicamente, mediante pleitos de apoio financeiro adicional.

A trajetória do segmento das universidades estaduais está imbricada na própria evolução do sistema de ensino superior do País. A expansão ou diminuição do número de universidades estaduais está diretamente associada ao comportamento do segmento público federal. Assim, ao longo do desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil, desde as primeiras décadas deste século até o presente, é possível identificar três momentos que marcam a trajetória dessas instituições.

O primeiro momento é o de criação de universidades estaduais. Alguns estados da Federação, em parceria com lideranças políticas, intelectuais e representantes da sociedade, tomaram a iniciativa de criar suas próprias instituições universitárias, antecipando-se, dessa forma, à política do Governo Federal para a criação de uma universidade no Brasil. Essa fase teve início em 1912, quando foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Paraná. Essa instituição resultou da iniciativa de grupos locais que contaram com o apoio do Governo de Estado. Esse primeiro período estende-se até meados da década de quarenta.

O segundo momento compreende dos anos 40 ao início dos anos 60. Essa fase caracterizou-se não só pelo fim das iniciativas de grupos locais e regionais visando à implantação de suas próprias universidades no âmbito dos respectivos estados, mas, principalmente, pela diminuição no número de universidades estaduais no sistema de ensino superior em seu conjunto. A diminuição foi, na realidade, a contrapartida de um outro processo: o da federalização das instituições de ensino superior. Várias universidades estaduais, que haviam sido criadas nas décadas anteriores, foram federalizadas a partir do final dos anos 40. O período de federalização de universidades

e estabelecimentos isolados encerrou-se antes de 1964, sendo que 1960 e 1961 foram os anos em que o processo de federalização ocorreu de forma mais intensa.

O terceiro período é de crescimento no número de universidades estaduais e foi deflagrado no início na década de oitenta, quando ocorreu o reconhecimento de três novas universidades, e acentuou-se entre 91 e 96, quando foram reconhecidas mais oito. Hoje mais nove universidades estaduais, já autorizadas e em funcionamento regular, aguardam o processo de reconhecimento em trâmite no Ministério da Educação e do Desporto. No total, em 16 anos, um número de vinte novas universidades estaduais passaram a integrar o sistema nacional de ensino superior

Do início do século a 1946 – as iniciativas estaduais para a criação de universidades –
Se até o final do século passado, predominaram instituições de ensino superior mantidas e supervisionadas pelo Governo Federal, a partir dos anos 30, o quadro modificou-se: aumentou o número de faculdades estaduais e particulares em resposta à demanda por ensino superior que desde a década de vinte não parava de aumentar.

A moldura legal que regulamentava o ensino superior ao longo da década de 30 foi pendular: ora parecia sinalizar para a organização de universidades regionais federais, de comum acordo com os governos estaduais, fundações privadas e Governo Federal (Decreto número 19.851, de 1931), ora disciplinava, conforme verifica-se na Constituição de 34, que os sistemas de ensino seriam de competência dos estados da Federação. Esses sistemas seriam compostos por institutos públicos ou particulares, coordenados pelos governos estaduais; a União atuaria apenas supletivamente, cooperando financeira e tecnicamente (Mattos, 1983).

A Carta Constitucional de 1937 suprimiu esses dispositivos. Todavia, em 1938, o Governo Federal, por meio de decreto-lei, estabeleceu novas regulamentações para o ensino superior: a União manteria a instituição padrão - Universidade do Brasil, recém-criada (em 5 de julho de 1937) e transferiria as demais instituições para os Estados, mediante entendimentos e condições. A União comprometia-se, ainda, a cooperar, mediante repasse de recursos para a manutenção das instituições de ensino superior sob a coordenação dos governos de estado.

No decorrer de pouco mais de vinte anos, foram criadas as seguintes instituições estaduais: Universidade de São Paulo, 1934; Rio Grande do Sul, 1934; Bahia, 1946 e

Pernambuco em 1946, estas últimas parcialmente mantidas pelo Governo Federal; Universidade do Paraná, 1946, a despeito de ter sido criada em 1912; Paraíba, 1955 e Juiz de Fora, 1955, entidades estaduais que congregavam também instituições particulares¹.

A federalização das universidades estaduais - 1946 – 1960 - Desde 1936, em obediência ao dispositivo constitucional (Constituição de 1934) já se cogitava de consultar os setores sociais interessados sobre a federalização de universidades mediante a anexação de universidades estaduais e particulares. Assim, tão logo se democratizou o País, em 1946, teve início um intenso movimento de federalização das instituições de ensino superior. Nesse contexto é que foi reconhecida a Universidade do Paraná, que vinha funcionando oficiosamente desde 1912, e que foram também criadas as Universidades da Bahia e Pernambuco, ambas mantidas, parcialmente, pelo Governo Federal, reunindo institutos estaduais, federais e particulares.

Por fim, em 1950, foram federalizadas as demais universidades e suas unidades componentes: as do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e mais vinte e quatro escolas e faculdades isoladas.

No quadro político afluíam pressões contraditórias: por um lado, havia, nos estados, uma tendência favorável à política de federalização; por outro, estava em vigência uma legislação que tendia a restringir o crescimento do número de universidades federais.

A pressão pela federalização tinha o respaldo dos movimentos de base estudantil que reivindicavam a ampliação das vagas e a gratuidade do ensino superior; contava, ainda, com o apoio de professores e funcionários que pleiteavam o enquadramento no regime de servidores federais. A pressão pela federalização era também reforçada pela demonstração dos orçamentos escassos dos Governos de Estado, considerados, da perspectiva dos grupos locais, insuficientes para atender às necessidades de ampliação e/ou de consolidação das universidades (Cunha, 1989).

¹ A Universidade de Minas Gerais, criada em 1935, como universidade “livre” (particular) seria também federalizada em 1949.

Nesse contexto², as federalizações corresponderam às reivindicações dos governos estaduais e das próprias reitorias das universidades. Deputados e senadores dos estados, onde se situavam as universidades, eram mobilizados para atuarem como mediadores dos pleitos de federalização junto ao governo central³.

As federalizações continuaram até o início dos anos sessenta. Em 1960, foram federalizadas mais três universidades: a do Rio Grande do Norte, criada em 1953, e as universidades de Juiz de Fora e Paraíba, ambas criadas em 1955.

Todavia, em 1962 o então recém-criado Conselho Federal de Educação se opôs, veementemente, às federalizações. Esse órgão entendia que a prioridade deveria ser dada à ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior públicas já existentes ao invés de federalizar-se mais escolas estaduais e particulares. O CFE também entendia que nenhuma nova federalização poderia ocorrer enquanto as despesas ultrapassassem as dotações orçamentárias (Cunha, 1987).

1980 : deflagrada a expansão das universidades estaduais - A conseqüência do processo de federalização iniciado na década de 40 foi a significativa redução no número das universidades estaduais. Mesmo o refreamento das federalizações, nos anos 60, não foi capaz de deflagrar, no decorrer dessa década e da seguinte, a expansão das universidades estaduais no País⁴ a despeito da criação das universidades estaduais paulistas (Universidade Estadual de Campinas, 1976; Universidade Estadual Paulista, 1976), das universidades do Paraná (Universidade Estadual de Londrina, 1971; Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1973; e Universidade Estadual de Maringá, 1976) e da Universidade Estadual do Ceará, 1977.

² Com exceção da Universidade de São Paulo, todas as demais universidades criadas ao longo dos anos 30, 40 e início dos anos 50 foram federalizadas no decorrer da década de cinqüenta.

³ O caso da Universidade do Rio Grande do Sul é ilustrativo desse processo. Quando de sua federalização, muito significativa é a correspondência encaminhada, em maio de 1949, pelo então reitor Alexandre Martins da Rosa ao Presidente da República Eurico G. Dutra, em que expunha os motivos que recomendavam a federalização daquela universidade nos seguintes termos: “(...) o vulto das despesas ligadas a esses problemas é de tal ordem que ultrapassa, no momento, as possibilidades orçamentárias do Estado (...)”. É interessante observar, ainda, nessa mesma carta, o exemplo que outras federalizações exerceram sobre o pleito. “(...) A ação supletiva e eficiente da União já se faz sentir, salutar e sabiamente, nos Estados da Bahia, Pernambuco e Paraná, criando, oficializando ou subvencionando suas universidades públicas e particulares” (...). Em sessão do Conselho Universitário, em setembro de 1950, o reitor comunicou a aprovação pelo Senado da integração da Universidade do Rio Grande do Sul, com todas as suas unidades, no sistema federal de ensino superior. Para vencer as dificuldades dessa tramitação foi fundamental o apoio dos Senadores do Rio Grande do Sul, em especial do Senador Galoti, da Comissão de Educação (Soares e Silva, 1992, p.104).

⁴ Na realidade, a expansão do sistema de ensino superior nesse período é realizada pelo setor privado.

Em um período de dezesseis anos, entre 1980 e 1996, o número de universidades estaduais no País passou de 9 para 31, o que representa um crescimento da ordem de 178,0%, superado apenas pelo crescimento do número de universidades privadas, que foi de 195,0%.

Existem, hoje, 31 universidades estaduais, distribuídas geograficamente em quase todos os estados da Federação.

Conforme mostra o Quadro 1, a expansão do número de universidades estaduais intensificou-se a partir dos anos 80, precisamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o princípio da autonomia universitária.

Quadro 1 - Universidades segundo a dependência administrativa no período 1980 – 1996

Ano	Universidades				
	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Total
1980	20	34	9	2	65
1985	20	35	11	2	68
1990	40	36	16	3	95
1994	59	39	25	4	127
1996	64	39	27	6	136

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

O incremento no número das universidades estaduais implicou, com efeito, em uma expansão significativa nas matrículas neste segmento público do ensino superior. No período entre 1980 e 1996, elas mais do que duplicaram o número de alunos, passando de 81.525 para 204.389. Com isso, passaram a representar 18,4% das matrículas nas universidades do sistema nacional. Considerando-se somente as matrículas no segmento das universidades públicas, as matrículas nas universidades estaduais correspondiam, em 1996, a pouco mais da metade, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Matrículas nas universidades segundo a dependência administrativa no período 1980 – 1996 (em porcentagem)

Ano	Universidades				
	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Total
1980	38,1	46,8	12,5	2,6	652.200
1985	35,4	46,7	15,5	2,3	671.977
1990	44,9	35,7	16,5	2,8	824.627
1994	44,8	33,8	18,4	3,0	1.034.726
1996	48,2	30,9	16,9	3,91	1.209.400

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

Tabela 2 - Matrículas no ensino superior por dependência administrativa, segundo as regiões do País – 1996 (em porcentagem)

Região	Instituições de ensino superior				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Norte	77.035	75,1	10,6	0	14,3
Nordeste	279.428	47,9	33,6	0	18,4
Centro- Oeste	134.442	54,8	4,5	0	40,6
Sudeste	1.028.431	19,2	14,9	1,8	64,1
Sul	349.193	25,8	12,6	13,9	47,7
Brasil	1.209.400	30,9	16,9	3,9	48,2

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

Conforme se lê na Tabela 2, a participação das matrículas nas instituições estaduais é maior nas regiões Nordeste e Sudeste. A Tabela 3 mostra que também foi o segmento das universidades estaduais, no conjunto do setor público, que apresentou, no período entre 1980 e 1994, o maior crescimento para os seguintes indicadores: número de cursos, vagas, inscritos nos vestibulares, ingressos e concluintes.

Tabela 3 – Crescimento percentual de cursos, inscritos, vagas, ingressos e concluintes nos estabelecimentos federais, estaduais e particulares de ensino superior no período 1980 – 1994

Segmento	Cursos	Inscritos	Vagas	Ingressos	Concluintes
Federal	32,3	30,3	22,7	-6,8	33,8
Estadual	77,6	74,0	79,0	43,3	93,4
Particular	52,3	42,8	26,8	6,8	- 0,8

Fonte: Elaborado a partir de dados do MEC/SEDIA/SEEC (1994).

Definição do objeto de estudo - O crescimento recente do número de universidades estaduais no sistema de ensino superior e o relativo desconhecimento que existe sobre o segmento levaram o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura a solicitar ao Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo a realização de um estudo com o objetivo de proceder ao levantamento e a uma caracterização do conjunto dessas instituições de ensino superior.

A presente pesquisa está centrada na estrutura de diferenças de perfil e projeto das universidades estaduais. A hipótese central, que se apoia em levantamentos preliminares, sustenta que a heterogeneidade institucional é a principal característica desse conjunto de universidades; essa heterogeneidade mostra-se sob diferentes aspectos: número de alunos, escopo de cursos oferecidos, tempo de existência da instituição, entre outros.

A heterogeneidade que caracteriza esse conjunto de instituições e a sua condição à margem do controle federal suscitam a primeira questão deste estudo: até onde as universidades estaduais podem ser consideradas um segmento específico, com características comuns no sistema de ensino superior brasileiro, além do fato de, diferentemente das federais e das particulares, estarem subordinadas à jurisdição de seus respectivos Estados e não à coordenação central do Governo Federal.

Não existem estudos sobre as universidades estaduais em seu conjunto, embora a literatura sobre algumas universidades estaduais, sobretudo as mais antigas ou com notoriedade acadêmica nacional e internacional, seja relativamente ampla. Em geral, trata-se de trabalhos centrados sobre a criação e desenvolvimento da universidade em questão, seus projetos e estratégias institucionais. Esses estudos têm como objeto as universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e Universidade Estadual de São Paulo –, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ou ainda a rede de universidades estaduais do Paraná. As demais universidades estaduais não se têm constituído em objeto de estudos mais sistematizados, com alcance acadêmico além da própria instituição que é tratada.

Parte I - Delineamento da Pesquisa

- Caracterização das Universidades Estaduais

Além da ausência de estudos sobre o conjunto das universidades estaduais no País, os próprios levantamentos de órgãos do Ministério da Educação e Cultura não convergiam a respeito do número dessas instituições. Enquanto as estatísticas para o ano de 1994 indicavam a existência de 25 universidades estaduais, membros dos órgãos integrantes do próprio Ministério divergiam quanto a um número maior de universidades estaduais no ano de início da pesquisa (1996).

Com efeito, a primeira tarefa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre Ensino Superior foi proceder o levantamento do número exato de universidades estaduais no País.

O levantamento feito pelo NUPES chegou ao número de 31 universidades estaduais. Dentre estas instituições, oito estão sendo acompanhadas pelo MEC e aguardam o reconhecimento como universidade. Porém, como já apresentam estrutura organizacional universitária e vêm funcionando como tal, foram incluídas na pesquisa.

Existe uma grande heterogeneidade neste conjunto de instituições. Ao lado de universidades de grande porte, que desenvolvem pesquisas de ponta em diferentes áreas do conhecimento, que apresentam estruturas administrativas e acadêmicas complexas,

que contam com aportes governamentais de grande monta, há universidades criadas recentemente, muitas vezes até ignoradas no cômputo realizado pelo órgão federal de governo e sobre as quais muito pouco ou nada se conhece.

Para uma primeira caracterização das universidades estaduais, foram definidos os seguintes aspectos para estudo: história institucional, formas de organização e gestão, clientela, titulação e carreira docente, cursos oferecidos na Graduação, Pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e Extensão, estrutura física e institucional e outras atividades desenvolvidas.

Considerou-se igualmente importante levantar as necessidades institucionais imediatas, de médio e longo prazos, potencialidades institucionais e de recursos humanos visando à interação da universidade com os demais setores da sociedade, as possibilidades de as instituições virem a desempenhar papéis alternativos para o desenvolvimento regional, estratégias e mecanismos utilizados pela universidade com o objetivo de se diferenciarem ou, ao contrário, de se aproximarem do modelo das universidades federais ou das estaduais paulistas. Essas questões foram discriminadas em quatro conjuntos temáticos: pesquisa; licenciatura; interação com as realidades regionais e, por fim, a vocalização de demandas.

- Levantamento das universidades

A fase inicial consistiu no levantamento das universidades estaduais com o objetivo de relacionar o nome da instituição, endereço e seus respectivos reitores. Nesta fase foram feitos contatos telefônicos junto às Secretarias de Estado da Educação de todo o País, órgãos interlocutores das universidades estaduais e junto a outras fontes seguras de informação.

A partir da relação de universidades estaduais, o NUPES procedeu ao envio de cartas endereçadas nominalmente aos 31 reitores. Nessa carta ofício, após esclarecer os objetivos da pesquisa, solicitou-se a colaboração dos dirigentes das instituições no preenchimento de um questionário e, em seqüência, concedendo uma entrevista do reitor a um dos pesquisadores envolvidos no projeto.

Com o objetivo de aumentar as possibilidades de preenchimento do questionário da pesquisa, o NUPES manteve contato freqüente, por meio de telefonemas, fax e *e-mail*, com as instituições. Esse acompanhamento tinha várias finalidades: certificar-se

do recebimento, pelas universidades, do material da pesquisa, esclarecer eventuais dúvidas em relação ao fornecimento das informações solicitadas no questionário; agendar uma entrevista com o reitor da universidade no momento subsequente à devolução do questionário ao NUPES.

Com efeito, uma das dificuldades dessa pesquisa foi fazer com que as universidades respondessem ao questionário dentro do prazo previsto. Os questionários foram enviados aos reitores em novembro de 1996. Somente em maio de 1997, foi possível contar com a totalidade dos questionários preenchidos.

- Instrumentos da pesquisa

A pesquisa contou, basicamente, com dois instrumentos para a coleta de informações: questionário e entrevista com os reitores das universidades estaduais.

O questionário abrangeu os seguintes tópicos:

- ano de funcionamento do primeiro curso, ano de reconhecimento como universidade e evolução institucional do estabelecimento;
- áreas da Graduação, incluindo os cursos de Licenciatura, e Pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*);
- criação de novos cursos e fechamento de outros em nível de Graduação, e em especial, criação e extinção de cursos de Licenciatura;
- evolução das taxas de inscrição, matrícula e formados nos cursos de Graduação e Pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*);
- origem geográfica da clientela;
- atividades de extensão e de apoio à comunidade desenvolvidas na universidade e público atendido pelas atividades de extensão;
- titulação do corpo docente e regime de trabalho;
- existência de programas de apoio e/ou incentivos para o aperfeiçoamento do corpo docente;
- atividade de pesquisa e condições de realização e,
- interação com a iniciativa pública e a privada mediante convênios para a atividades de pesquisa e prestação de serviços.

Os temas do roteiro da entrevista procuravam enfatizar os projetos institucionais, as necessidades imediatas, de médio e longo prazos, projetos em andamento visando à interação da universidade estadual com a sociedade. A realização das entrevistas permitiu aprofundar questões preliminarmente abordadas no questionário e introduzir outros temas não contemplados pelo mesmo.

O roteiro da entrevista estava organizado em três partes.

Na primeira parte, solicitava-se ao reitor para expor a especificidade, ou não, de sua instituição em relação às demais instituições de ensino superior da região. As questões formuladas tinham por objetivo resgatar o processo de construção da identidade da instituição.

A segunda parte, tinha um caráter mais objetivo. Compreendia questões relacionadas aos seguintes aspectos: universidade e inserção regional; ensino, pesquisa e extensão; demandas e desenvolvimento regional; política de pessoal; formas de participação na universidade (comunidade interna); os interlocutores da universidade; gestão e finanças. Para finalizar esta segunda parte, solicitava-se ao reitor para expor a existência (ou não) de um projeto maior da universidade – suas diretrizes - e as medidas que estão ou deveriam estar sendo tomadas no sentido de atingir os objetivos institucionais propostos.

A terceira e última parte, na realidade, consistia na verificação de dados fornecidos no questionário preenchido pela universidade que eventualmente apresentassem incongruência ou no aprofundamento de alguma informação relevante presente no formulário.

As entrevistas com os reitores das universidades estaduais foram iniciadas ainda durante a fase de recebimento dos questionários. Os reitores foram entrevistados somente depois de suas respectivas universidades devolverem ao NUPES o questionário respondido. As entrevistas foram realizadas nas próprias universidades por pesquisadores do NUPES ou associados a esse Núcleo⁵ (as Sinopses das entrevistas constam do Anexo II).

⁵ Os pesquisadores que realizaram as entrevistas com os reitores foram: Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, Prof. Dr. Carlos Benedito Martins, Profa. Dra. Clarissa Echert Baeta Neves, Prof. Dr. Élcio de Gusmão Verçosa, Profa. Dra. Maria das Graças Medeiros Tavares, Profa. Dra. Maria Helena Magalhães Castro, Dra. Verónica Peñaloza.

Parte II – Características das Universidades Estaduais

O objetivo desta parte é apresentar uma primeira organização e descrição dos dados, um quadro de referência para análises futuras visando à caracterização das universidades estaduais a partir de suas particularidades e projetos institucionais.

- Distribuição das universidades estaduais por região geográfica e Estado

Quatro estados brasileiros detêm quase a metade das 31 universidades estaduais do País. São eles: Paraná (5), Bahia (4), São Paulo (3) e Ceará (3). Oito estados, cinco dos quais localizados na Região Norte, conforme Quadro 5, não contam com universidade estadual⁶.

Na Região Norte existem apenas duas universidades estaduais, predominando, nesta região, as universidades federais. A Região Centro-Oeste conta com duas universidades estaduais; nesta região tende a existir um equilíbrio no número de federais

⁶ São os Estados de Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Mato Grosso do Sul.

(4) e o de particulares (5). Na Região Nordeste encontra-se quase a metade das universidades estaduais do País e nas regiões Sudeste e Sul, as universidades estaduais têm uma participação percentual pequena no total de instituições universitárias, predominando, nestas regiões, os estabelecimentos de ensino superior particulares (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Universidades brasileiras segundo dependência administrativa e região geográfica – 1996

Região geográfica	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Norte	6	2	-	1	9
Nordeste	10	13	-	7	30
Centro-Oeste	4	3	-	5	12
Sudeste	13	7	1	43	64
Sul	6	6	5	19	35
Total	39	31	6	75	151

Fonte: MEC/SEDIA, (1996) para os segmentos das universidades federais e municipais; NUPES/USP, (1996) para os segmentos das universidades estaduais e particulares.

- Criação do primeiro curso e reconhecimento como Universidade

Apesar de as universidades estaduais terem trajetórias diferentes⁷, elas têm pelo menos um traço comum: a maioria é originária de instituições de ensino superior com mais de 30 anos de existência, ou seja, seus primeiros cursos foram criados antes de 1970 (ver Quadro 3).

⁷ A instituição mais antiga ofereceu seu primeiro curso em 1912 e chamava-se, nessa época. Escola Politécnica de Pernambuco. Essa instituição, depois de incorporar vários estabelecimentos isolados privados e transformar-se em fundação estadual, foi reconhecida, em 1991, como universidade, ou seja, depois de 79 anos. Hoje é a Universidade Estadual de Pernambuco (UESP). Em um outro extremo, encontra-se a Universidade Estadual de Tocantins (UNITINS), que ofereceu seu primeiro curso em 1991 e, um ano depois, já foi reconhecida como universidade. A história de sua criação, na realidade, confunde-se com a própria criação do Estado de Tocantins no início da década de 90.

Quadro 3 - Universidades estaduais segundo período de criação de seus primeiros cursos e região geográfica – 1996

Região geográfica	Até 1970	1971 - 80	1981 –90	Sem informação
Norte	1	-	-	1
Nordeste	9	3	1	-
Centro-Oeste	1	1	-	1
Sudeste	5	1	-	1
Sul	5	1	-	-
Total	21	6	1	3

De acordo com o Quadro 4, com exceção da USP, já criada como universidade em 1934, e da UERJ, cujo primeiro curso data de 1950 e foi reconhecida como universidade em 1953, a maioria das instituições só foi reconhecida como universidade a partir dos anos 70. Boa parte delas foi transformada em universidade somente na década de 1990, tendo, portanto, no máximo, cinco anos de existência, como instituição universitária. Oito universidades estaduais ainda se encontram em processo de reconhecimento⁸.

Quadro 4 – Universidades estaduais segundo período do reconhecimento como universidade – 1996

Região	Até 1970	1971 - 1980	1981 -1990	1991 -1996	Em processo
Norte	-	-	-	1	1
Nordeste	-	1	2	7	3
Centro-oeste	-	-	-	1	2
Sudeste	2	2	-	2	1
Sul	-	3	1	1	1
Total	2	6	3	12	8

Considerando-se o ano de criação do(s) primeiro(s) curso(s) e o ano de reconhecimento de cada instituição como universidade, constata-se que o tempo para a

⁸ Ver, no Anexo I, a relação nominal das universidades estaduais, ano de reconhecimento e localização regional.

ocorrência dessa transformação, no segmento das estaduais, é muito variável, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Universidades estaduais segundo intervalo de tempo entre ano de criação do primeiro curso e o ano de reconhecimento como universidade – 1996

Região	Concebida como universidade	De 1 a 10 anos	De 11 a 30 anos	Mais de 30 anos	Em processo
Norte	-	1	-	-	1
Nordeste	-	1	3	6	3
Centro-oeste	-	1	-	-	2
Sudeste	2	1	2	1	1
Sul	-	-	5	-	1
Total	2	4	10	7	8

- Trajetória institucional

Até se transformarem em universidades, mais de oitenta por cento das instituições, conforme mostra o Quadro 6, eram estabelecimentos isolados ou federações de escolas ou escolas integradas. Apenas seis instituições foram criadas desde seu início como universidades, o que não significa que tenham sido planejadas como tal.

Quadro 6 - Natureza da instituição de ensino superior antes de tornar-se universidade – 1996

Região	Escola isolada	Federação de escolas/escolas integradas	Criada como universidade
Norte	-	1	1
Nordeste	8	4	1
Centro-Oeste	2	-	1
Sudeste	4	-	3
Sul	5	1	-
Total	19	6	6

Em geral, os estabelecimentos que eram, originariamente, instituições isoladas, federações de escolas ou integradas ampliaram suas respectivas estruturas físicas e acadêmicas mediante processos de fusão e/ou de incorporação de outras instituições. São bastante raros os casos em que o crescimento da instituição com vistas a sua transformação em universidade tenha ocorrido de modo endógeno, ou seja, sem envolver outras instituições de ensino superior.

Na realidade apenas duas foram concebidas como universidades em seus projetos institucionais originais. As demais universidades declararam que, ao serem instituídas como universidade, já existiam como estabelecimentos isolados, públicos ou privados, que se fundiram e foram “estadualizados”.

- Organização administrativa

Conforme constata-se no Quadro 7, a organização por meio de pró-reitorias – administrativas, acadêmicas e outras - é a mais comum nas universidades estaduais. Apenas a Fundação Universidade Estadual de Alagoas, no Estado de Alagoas, não possui essa forma de organização administrativa. Na Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, existem câmaras ao invés de pró-reitorias e em duas universidades estaduais paranaenses existem coordenadorias de ensino no lugar de pró-reitorias. Verifica-se, ainda, que o número de pró-reitorias nas universidades estaduais não tem nenhuma relação com o porte delas em termos de número de cursos oferecidos e de alunos matriculados.

Quadro 7 – Universidades estaduais segundo número e tipo de pró-reitorias – 1996

Universidade Estadual	Pró-Reitorias administrativas	Pró-Reitorias Acadêmicas	Outras pró-reitorias	Total de pró-reitorias
Universidade do Estado do Pará	1	2	1	4
Universidade do Tocantins	1	2		3
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	***	***	***	***
Universidade Estadual de Feira de Santana	1	2	2	5
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1	1		2
Universidade Estadual de Santa Cruz	1	2	1	4
Universidade do Estado da Bahia	1	2	1	4
Universidade Estadual do Ceará	1	2	2	5
Universidade Regional do Cariri		2	2	4
Universidade Vale do Acaraú	2	2	2	6
Universidade Estadual do Maranhão	2	2		4
Universidade Estadual da Paraíba	2	2	2	6
Fundação Universidade de Pernambuco	2	2		4
Universidade Estadual do Piauí	1	2	1	4
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1	2	1	4
Fundação Universidade Estadual de Anápolis		2	1	3
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1	1	1	3
Universidade do Estado do Mato Grosso	1	2		3
Universidade Estadual de Minas Gerais	2	2		4
Universidade Estadual de Montes Claros		2	2	4
Universidade Estadual do Norte Fluminense		*2	*1	*3
Universidade Estadual do Rio de Janeiro		2	1	3
Universidade Estadual Paulista	1	2	1	4
Universidade Estadual de Campinas		3	2	5
Universidade de São Paulo		3	1	4
Universidade Estadual de Londrina	**2	**1	**1	**4
Universidade Estadual de Maringá	2	1	1	4
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	2	1	4
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	**1	**1	**1	**3
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1	2	1	4
Universidade do Estado de Santa Catarina	1	2	1	4

* = Câmaras

** = Coordenadorias

*** = Não tem pró-reitoria ou similar

1. Cursos oferecidos

Conforme mostra o Quadro 8, a grande maioria das universidades estaduais volta-se para a oferta de cursos de Graduação. Cursos de Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos por 25 universidades; cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, por 16 e, em nível de doutorado, por apenas oito.

Quadro 8 –Número de cursos de Graduação e Pós-graduação oferecidos pelas universidades estaduais – 1996

Universidade Estadual	Licenciatura	Graduação	Extensão	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará	4	9	-	-	-	-
Universidade do Tocantins	6	15	-	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	3	9	-	2	-	-
Universidade Estadual de Feira de Santana	8	11	-	20	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	6	12	-	13	1	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	5	13	-	13	3	-
Universidade do Estado da Bahia	6	14	-	1	-	-
Universidade Estadual do Ceará	11	27	16	23	5	-
Universidade Regional do Cariri	6	10	-	11	-	-
Universidade Vale do Acaraú	6	12	-	8	-	-
Universidade Estadual do Maranhão	9	16	-	2	1	-
Universidade Estadual da Paraíba	11	28	26	10	-	-
Fundação Universidade de Pernambuco	6	15	-	7	4	2
Universidade Estadual do Piauí	33	12	-	-	-	-
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	10	15	6	14	1	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	6	11	-	5	-	-
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	5	12	-	-	-	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	24	9	-	11	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	5	5	24	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	9	10	-	14	-	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	-	5	-	-	6	6
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	18	32	38	52	22	6
Universidade Estadual Paulista	55	42	143	30	103	84
Universidade Estadual de Campinas	44	31	-	11	45	40
Universidade de São Paulo	38	68	-	82	266	229
Universidade Estadual de Londrina	14	33	-	65	10	1
Universidade Estadual de Maringá	9	30	2	22	9	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	9	26	-	15	1	-
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	6	13	14	5	1	-
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	10	20	-	10	-	-
Universidade do Estado de Santa Catarina	6	21	-	16	1	-
Total	388	586	269	462	479	369

Cursos de Graduação

Quadro 9 – Número de cursos de Graduação oferecidos pelas universidades estaduais por área do conhecimento – 1996

Universidade Estadual	Ciências Humanas	Ciências Exatas	Ciência Biológicas e da Saúde	Total
Universidade do Estado do Pará	3	1	5	9
Universidade do Tocantins	8	5	2	15
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	5	3	1	9
Universidade Estadual de Feira de Santana	6	2	3	11
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	6	3	3	12
Universidade Estadual de Santa Cruz	8	3	2	13
Universidade do Estado da Bahia	7	5	2	14
Universidade Estadual do Ceará	19	4	4	27
Universidade Regional do Cariri	6	3	1	10
Universidade Vale do Acaraú	7	2	3	12
Universidade Estadual do Maranhão	6	7	3	16
Universidade Estadual da Paraíba	16	5	7	28
Fundação Universidade de Pernambuco	5	5	5	15
Universidade Estadual do Piauí	7	3	2	12
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	10	2	3	15
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	7	3	1	11
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	5	4	3	12
Universidade do Estado do Mato Grosso	7	1	1	9
Universidade Estadual de Minas Gerais	5	0	0	5
Universidade Estadual de Montes Claros	6	2	2	10
Universidade Estadual do Norte Fluminense	1	2	2	5
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	14	10	8	32
Universidade Estadual Paulista	14	15	13	42
Universidade Estadual de Campinas	10	16	5	31
Universidade de São Paulo	27	26	15	68
Universidade Estadual de Londrina	18	6	9	33
Universidade Estadual de Maringá	12	9	9	30
Universidade Estadual de Ponta Grossa	14	8	4	26
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	9	2	2	13
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	11	5	4	20
Universidade do Estado de Santa Catarina	9	9	3	21
TOTAL	288	171	127	586

A concentração de cursos na área de Ciências Humanas (ver no Quadro 9) é um indicador importante dos recursos disponíveis para o ensino nas universidades estaduais. Cursos na área de Ciências Humanas, de maneira geral, requerem menos investimentos com infra-estrutura do que aqueles exigidos pelos cursos nas áreas de Ciências Exatas ou da Saúde e Biológicas, os quais exigem a existência de laboratórios, insumos, equipamentos de precisão entre outros. Com efeito, a concentração de cursos

na área de Ciências Humanas em uma universidade está, em geral, negativamente correlacionada à capacidade de investimentos da instituição.

Entretanto, os dados relativos às matrículas por área de conhecimento, nas universidades estaduais, apresentados na Tabela 4, mostram que a proporção de alunos em cursos na área de Ciências Humanas varia muito de instituição para instituição.

Tabela 4 – Alunos matriculados por área do conhecimento nas universidades estaduais – 1996 (em porcentagem)

Universidade Estadual	Humanas	Exatas	Biológicas e da Saúde	Total
Universidade do Estado do Pará	32,6	11,8	55,6	4.302
Universidade do Tocantins	57,6	25,2	17,2	1.285
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	71,0	18,3	10,7	820
Universidade Estadual de Feira de Santana	59,0	17,6	23,4	3.694
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	52,9	19,4	27,6	1.579
Universidade Estadual de Santa Cruz	72,4	7,6	20,0	4.418
Universidade do Estado da Bahia	80,1	11,4	8,6	6.835
Universidade Estadual do Ceará	78,2	5,5	16,3	10.524
Universidade Regional do Cariri	75,9	9,6	14,5	2.694
Universidade Vale do Acaraú	65,0	18,0	17,0	3.440
Universidade Estadual do Maranhão	66,7	23,6	9,7	720
Universidade Estadual da Paraíba	58,9	12,2	28,9	8.557
Fundação Universidade de Pernambuco	51,2	6,5	42,2	5.044
Universidade Estadual do Piauí	56,8	19,3	23,9	4.813
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	93,3	3,5	3,2	4.107
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	75,7	20,0	4,4	1.598
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	46,5	25,2	28,3	527
Universidade do Estado do Mato Grosso	67,8	11,6	20,6	2.249
Universidade Estadual de Minas Gerais	100,0	0,0	0,0	2.318
Universidade Estadual de Montes Claros	61,3	1,2	37,5	1.619
Universidade Estadual do Norte Fluminense	7,7	38,5	53,8	91
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	47,1	36,0	16,9	15.814
Universidade Estadual Paulista	29,2	40,8	30,0	13.343
Universidade Estadual de Campinas	24,6	56,4	19,0	8.329
Universidade de São Paulo	44,6	32,0	23,3	30.190
Universidade Estadual de Londrina	57,0	13,7	29,3	9.364
Universidade Estadual de Maringá	52,5	24,1	23,4	7.904
Universidade Estadual de Ponta Grossa	60,3	22,6	17,2	6.508
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	75,1	12,8	12,2	2.030
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	80,4	10,5	9,2	4.812
Universidade do Estado de Santa Catarina	38,6	41,1	20,3	4.850
TOTAL	54,7	23,4	21,9	174.378

Conforme consta da Tabela 4, nas universidades estaduais paulistas, por exemplo, que representam o setor mais rico e academicamente produtivo, a proporção de alunos matriculados em cursos na área de Ciências Humanas é sempre menor do que os alunos matriculados na área de Ciências Exatas e nas Biológicas e da Saúde. As demais universidades dos estados da Região Sudeste tendem a seguir esse padrão, constituindo-se em exceções a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG/MG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/MG). Na UEMG, 100,0% dos alunos estão matriculados em cursos de Ciências Humanas e na UNIMONTES, 61,3%. Nesta última, os cursos de Licenciatura e o curso de Pedagogia são o forte da área de Ciências Humanas. Constata-se ainda, que dentre os cursos das áreas de Ciências Exatas e de Biológicas, predominam cursos de formação de professores, com duas exceções: o curso de Medicina, fundado em 1969, com 282 alunos e o de Agronomia, criado em 1996.

Nas universidades estaduais da Região Nordeste, os alunos concentram-se em cursos nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas. Na maior parte delas, os cursos de Licenciatura constituem o carro-chefe da instituição em termos de número de alunos matriculados; FUNESA/AL, UESC/BA, UECE/CE, URCA/CE, UVA/CE, URRN/RN e UESPI/PI são universidades que possuem essa característica, com mais de 70,0% de seus alunos matriculados em cursos voltados para a formação de professores independentemente da área do conhecimento. Em geral, nestas universidades, a diversificação das carreiras tende a ocorrer na própria área de Humanas, com a oferta de cursos de cunho profissional como Direito, Contabilidade, Comunicação Social entre outros. Outro grupo de universidades estaduais ainda na Região Nordeste, é constituído por aquelas que, apesar de concentrarem as matrículas na área de Humanas, oferecem um escopo mais diversificado de cursos. Ainda que nessas instituições os cursos de Licenciatura tenham um lugar de destaque, as carreiras voltadas para a formação de profissões tais como Medicina, Odontologia, Direito e Economia, por exemplo, estão também bem representadas. As universidades que apresentam esse perfil são: UEFS/BA, UESB/BA, UEMA/MA, UEPB/PB e a UPE/PE.

Na Região Sul as universidades estaduais tendem a apresentar um perfil semelhante ao descrito acima. Além dos cursos de Licenciatura, os que mais se destacam nas universidades desta região são os de Engenharia, de Economia e de

Administração (cinco entre as seis universidades oferecem este curso) e o curso de Direito (oferecido por três entre as seis universidades). A única universidade estadual da Região Sul com um perfil fortemente orientado para a oferta de cursos na área de formação de professores é a UNICENTRO/PR. Em contraste com esta universidade, a UEL, também no Estado do Paraná, apresenta um leque de cursos de Graduação mais diversificado.

Na Região Centro-Oeste, a UNEMAT/MT concentra seus cursos na área de formação de professores. Embora a UNIANA/GO e a UEMS/MS também apresentem um percentual expressivo de alunos matriculados em cursos de Licenciatura, constata-se, nestas universidades, a existência de uma grade de cursos mais diversificada. A primeira oferece cursos em Economia, Administração e Engenharia enquanto a UEMS/MS oferece, além dos cursos tradicionais na área de Ciências Sociais Aplicadas, como Direito, Administração, Economia, os cursos de Agronomia, de Veterinária e também cursos paramédicos.

Na Região Norte, a UEPA – uma grande instituição de ensino superior estadual – está fortemente orientada para a oferta de cursos na área de formação de professores. Nesta instituição, apenas quatro cursos oferecidos não são de Licenciatura – um de Medicina e outros três cursos paramédicos, ou seja, todos na área da Saúde. Já a UNITINS/TO, uma universidade mais recente e de menor porte, apresenta um leque mais diversificado de carreiras; além dos cursos de Licenciatura, esta universidade oferece os cursos de Direito, de Arquitetura e Urbanismo, de Administração, de Agronomia, de Engenharia, de Veterinária e outros paramédicos.

Os cursos de Graduação mais procurados - Dos dados relativos aos três cursos que apresentam a maior relação candidatos-vaga em cada uma das universidades estaduais – de acordo com o Tabela 5 – destacam-se os seguintes aspectos: O primeiro é que os cursos tradicionais, como Medicina, Odontologia e Direito, por exemplo, desde que oferecidos, sempre estão entre os mais procurados nos vestibulares das universidades. O segundo aspecto refere-se ao papel diferenciado que as universidades estaduais desempenham em suas respectivas regiões. Assim, a despeito de muitas delas não oferecerem os cursos tradicionalmente valorizados no mercado profissional e, portanto, genericamente com alta demanda, os seus cursos mais procurados nos exames

vestibulares - os de Licenciatura, inclusive - muitas vezes chegam a apresentar uma relação candidatos-vaga equivalente à apresentada pelos primeiros.

Tabela 5 - Cursos com maior relação candidatos-vaga nas universidades estaduais - 1996

Universidade Estadual	Curso	Candidatos/vaga
Universidade do Estado do Pará	Pedagogia/Adm. Escolar	19,6
	Medicina	18,5
	Fisioterapia	17,8
Universidade do Tocantins	Direito	26,6
	Ciências Contábeis	22,4
	Processamento Dados	14,5
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	---	---
Universidade Estadual de Feira de Santana	Odontologia	38,6
	Administração	15,8
	Enfermagem	14,8
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Administração	12,7
	Ciências Contábeis	11,9
	Enfermagem	10,6
Universidade Estadual de Santa Cruz	Direito	23,4
	Enfermagem	9,5
	Administração	8,3
Universidade do Estado da Bahia	Nutrição	48,1
	Comunicação Social	42,9
	Ciências Contábeis/noturno	40,2
Universidade Estadual do Ceará	Administração	37,0
	Ciências Contábeis	29,3
	Nutrição	22,1
Universidade Regional do Cariri	Direito	12,3
	Ciências Econômicas	4,0
	Engenharia de Produção	3,2
Universidade Vale do Acaraú	História	4,6
	Ciências Contábeis	4,5
	Administração	5,4
Universidade Estadual do Maranhão	Formação de Oficiais	20,0
	Administração/vespertino	17,0
	Administração/noturno	15,0
Universidade Estadual da Paraíba	Odontologia	25,0
	Direito	15,1
	Fisioterapia	14,6
Fundação Universidade de Pernambuco	Medicina	28,9
	Odontologia	22,3
	Administração	21,8
Universidade Estadual do Piauí	Ciências da Computação	15,9
	Administração	15,5
	Pedagogia/Magistério	14,0
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	Direito	20,0
	Enfermagem	14,4
	Ciências Contábeis	11,6
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	Engenharia-hab. Eng. Civil	9,2
	Administração	8,1
	Ciências Contábeis	6,7
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Direito/ Três Lagoas	33,4
	Direito/ Paranaíba	17,0
	Ciência da Computação/ Dourados	12,3

Tabela 5 - Cursos com maior relação candidatos-vaga nas universidades estaduais - 1996 (continuação)

Universidade do Estado do Mato Grosso	Direito	13,7
	Ciências Contábeis	5,0
	Ciências Biológicas/Cárceres	3,1
Universidade Estadual de Minas Gerais	Pedagogia	10,5
	Programação Visual	4,7
	Decoração	3,7
Universidade Estadual de Montes Claros	Medicina	44,9
	Direito	18,3
	Pedagogia	7,9
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Medicina	57,6
	Odontologia	39,9
	Comunicação Social	35,1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	---	---
Universidade Estadual Paulista	Medicina/Botucatu	134,7
	Direito/Franca/Matutino	70,4
	Ciências da Computação	49,5
Universidade Estadual de Campinas	Medicina	120,2
	Ciência da Computação/noturno	56,4
	Odontologia	49,1
Universidade de São Paulo	Publicidade e Propaganda/matutino	114,7
	Jornalismo/matutino	69,2
	Publicidade e Propag./noturno	53,5
Universidade Estadual de Londrina	Medicina	43,9
	Odontologia	32,7
	Farmácia	30,9
Universidade Estadual de Maringá	Medicina	40,4
	Odontologia	24,1
	Processamento Dados	20,4
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Odontologia	19,6
	Farmácia	16,2
	Direito	11,2
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	Administração	5,8
	Ciências Contábeis	5,0
	Matemática	3,5
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Administração	13,9
	Ciências Contábeis	13,1
	Engenharia Civil	12,5
Universidade do Estado de Santa Catarina	Fisioterapia	24,7
	Administração	24,4
	Medicina Veterinária	19,3

Na Tabela 6, constam os dez cursos mais procurados nos vestibulares das universidades estaduais. Nota-se nesta relação que depois dos cursos tradicionais – Medicina, Odontologia e Direito – seguem os cursos das áreas de Comunicação, da área Gerencial e da área da Saúde.

Tabela 6 – Frequência dos cursos mais procurados nas universidades estaduais – 1996

Cursos com maior relação candidatos-vaga	Frequência nas universidades estaduais
Odontologia	7
Medicina	6
Direito	5
Comunicação Social	4
Ciências Contábeis	3
Medicina Veterinária	2
Ciências Biológicas; Informática; Fisioterapia e Nutrição	Aparecem como um dos três cursos mais procurados em pelo menos uma universidade

A dinâmica de fechamento e abertura de cursos - Os dados relativos aos cursos que foram fechados e àqueles que passaram a ser oferecidos nos últimos cinco anos pelas universidades estaduais são indicativos dos esforços dessas instituições em se adaptarem às demandas dos estudantes por ensino superior e às demandas do mercado por determinados profissionais. Apesar de essas iniciativas ainda serem muito tímidas comparativamente às das instituições particulares de ensino superior, constata-se, em boa parte das universidades estaduais, a presença de estratégias institucionais com vistas a criar cursos que se supõe serem os mais procurados pela clientela estudantil e descontinuar outros em que a baixa demanda, a alta taxa de evasão e o índice reduzido de concluintes tendem a inviabilizar a sua manutenção nas universidades.

Nos últimos anos, uma das questões que tem preocupado especialistas *e policy makers* da área de ensino superior no País diz respeito à situação dos cursos de Licenciatura. Existe uma suposição generalizada de que os cursos voltados para a formação de professores têm atraído cada vez menos candidatos; ou seja, poucos jovens os têm procurado nos vestibulares e dos que chegam a ingressar, boa parte evade durante o curso ou desiste ao meio do curso e, em consequência, poucos chegam a se formar professores.

Os dados relativos à extinção e abertura de cursos de Graduação nas universidades estaduais permitem colocar novos matizes nessa avaliação. O primeiro aspecto a ser ressaltado é que a situação dos cursos de Licenciatura é muito variada, o que não nos permite afirmar que tais cursos estariam passando por uma crise generalizada de demanda tal como os diagnósticos apressados indicam. O segundo refere-se aos contextos institucional e geográfico em que esses cursos são oferecidos; ou

seja, o suposto problema da diminuição da demanda por cursos de Licenciatura está relacionado, sobretudo, à extensão do leque de oferta de cursos nas regiões geográficas. Com efeito, nas diferentes regiões geográficas e/ou nas microregiões onde existe uma oferta pouco diversificada de cursos e um mercado profissional mais restrito, os cursos de Licenciatura ainda atraem um bom número de alunos.

Conforme vimos anteriormente, em algumas universidades estaduais os cursos de Licenciatura estão entre os três cursos mais procurados, apresentando, às vezes, uma relação candidatos-vaga superior à de cursos oferecidos por outras instituições, os quais genericamente gozam de maior prestígio e supostamente seriam mais procurados.

A análise da dinâmica de fechamento e abertura de cursos mostra, por exemplo, que nas universidades estaduais os cursos de Licenciatura longe de estarem sendo extintos e substituídos por cursos de bacharelado, eles próprios estão se substituindo. De acordo com os dados, a extinção de alguns cursos de Licenciatura nas universidades estaduais é paralela à criação de outros cursos de Licenciatura. Nesse movimento, verificam-se as seguintes tendências:

- fechar os cursos conhecidos como “Licenciaturas curtas” de Ciências para 1º e 2º Graus e, em seu lugar criar cursos de Licenciatura em Química e em Ciências Biológicas, por exemplo;
- extinguir o curso de Licenciatura em Estudos Sociais e em seu lugar abrir curso de Licenciatura em Geografia;
- substituir as habilitações em Línguas como Sânscrito e Francês dos cursos de Letras por habilitação em Espanhol; extinguir a Licenciatura em Desenho do curso de Educação Artística, mas não extinguir a Licenciatura em Educação Artística;
- extinguir o curso de Pedagogia e a partir de suas habilitações criar novos cursos. O curso de Administração Escola/Empresa é um exemplo delas.

Os outros cursos de Graduação, em fase de implantação, apresentam a seguinte dinâmica:

- cursos tradicionais na área de Ciências da Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia). Também nessa área, destacam-se os cursos de Educação Física e de Psicologia;

- cursos na área de gerenciamento, como Administração, Sistema de Informática, Comércio Exterior, Direito (Regiões Norte e Sudeste).
- cursos de cunho tecnológico, como Tecnologia de Pesca, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Saneamento Ambiental, Tecnologia em Madeira, Tecnologia em Turismo, entre outros;
- implantar cursos recentemente oferecidos como de nível superior e/ou a partir de habilitações de cursos já existentes, criar novas carreiras: Estilismo em Modas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Comunicação Social - habilitação em Radialismo e Rádio Difusão (Região Nordeste);
- extinguir cursos de Tecnologia que correspondam a um curso similar na área, porém não de cunho tecnológico. Exemplo: extinguir Tecnologia em Processamento de Dados quando a universidade oferece o curso de Ciência da Computação;
- na área de Engenharia também estão ocorrendo mudanças. Os cursos de Engenharia que estão sendo criados nas universidades estaduais não são mais os tradicionais como Civil, Mecânica etc., mas são os cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrico-eletrônico, Engenharia de Pesca, Engenharia Ambiental, entre outros.

Dois vetores orientam essa dinâmica de extinção e criação de novos cursos: o mercado, em termos da demanda da clientela, com o qual a universidade interage freqüentemente por meio do indicador candidatos/vaga e a busca do estabelecimento no sentido de uma maior interação da universidade com a realidade social e econômica da região onde está inserida. Nesse sentido, nota-se a tentativa de algumas universidades em se adequarem às demandas locais de forma a orientar seus próprios projetos institucionais; alguns desses projetos apontam claramente para o compromisso da universidade com o desenvolvimento da região onde está localizada.

Para finalizar, é importante observar que a dinâmica de extinção/criação de cursos de Graduação atende, em parte, à necessidade de diferenciação das universidades estaduais na busca de suas “vocações”. Em parte porque por mais profundas que sejam as mudanças no leque de cursos oferecidos pela instituição, buscando adequarem-se às

demandas da sociedade, ainda permanece como referência, nessas instituições, o modelo de cursos tradicionais e de caráter profissionalizante, os quais lhes conferem como, por exemplo, os cursos de Medicina e de Odontologia.

Cursos de Pós-graduação

Quadro 10 –Número de alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) nas universidades estaduais – 1996

Universidade Estadual	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará	-	-	-
Universidade do Tocantins	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	47	-	-
Universidade Estadual de Feira de Santana	482	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	400	9	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	383	23	-
Universidade do Estado da Bahia	35	-	-
Universidade Estadual do Ceará	607	80	-
Universidade Regional do Cariri	387	-	-
Universidade Vale do Acaraú	140	-	-
Universidade Estadual do Maranhão	145	15	-
Universidade Estadual da Paraíba	251	-	-
Fundação Universidade de Pernambuco	1053	42	21
Universidade Estadual do Piauí	-	-	-
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	300	10	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	131	-	-
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	-	-	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	590	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	637	-	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	-	91	76
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	913	774	74
Universidade Estadual Paulista	418	3.395	1.382
Universidade Estadual de Campinas	197	4.054	3.540
Universidade de São Paulo	1.192	8.024	6.060
Universidade Estadual de Londrina	730	290	9
Universidade Estadual de Maringá	707	237	15
Universidade Estadual de Ponta Grossa	465	38	-
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	141	68	-
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	415	-	-
Universidade do Estado de Santa Catarina	387	4	-

(-) Universidades que não oferecem cursos de mestrado e/ou doutorado.

De acordo com os Quadros 8 e 10, relativos à participação dos cursos de Pós-graduação no conjunto das atividades de ensino realizadas pelas universidades estaduais, é possível agrupar essas instituições em quatro subconjuntos.

O primeiro é constituído por universidades que têm concentrado seus esforços apenas na oferta de cursos de Graduação. Nestas universidades, os cursos de Pós-graduação inexistem ou contam com um número muito reduzido de alunos matriculados, que, em geral, se concentram em cursos de Especialização. Fazem parte deste conjunto, as universidades: FUNESA, UNEB, UVA, UEMA e UESPI, todas localizadas em estados da Região Nordeste; UNIANA e UEMS, situadas na Região Centro-Oeste e a UEMG, na Região Sudeste.

O segundo subconjunto é formado por universidades estaduais nas quais se constata um esforço específico voltado para a Pós-graduação *lato sensu*. Trata-se de cursos pós-graduados com carga horária mínima de 360 horas-aula e concebidos como cursos de Especialização. Em muitas instituições, verifica-se, ainda, a existência de alguma atividade vinculada à Pós-graduação *stricto sensu*, especificamente o mestrado. Entretanto, nestes casos, além de o número de cursos de mestrado oferecidos ser muito limitado, tais cursos atendem a uma proporção muito reduzida de alunos matriculados. Em geral, o percentual de alunos matriculados em cursos de mestrado nestas universidades jamais ultrapassa a faixa de 12,0% em relação ao total de matrículas em Pós-graduação. As universidades cujas características se enquadram neste conjunto são: UEFS, UESB, UESC, UECE, URCA, UEPB e URRN, na Região Nordeste; UNEMAT, na Região Centro-Oeste; UNIMONTES, no Sudeste; UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE e UDESC, no Sul.

O terceiro subconjunto – menor, mas com forte impacto regional – é formado pelas universidades estaduais que diversificam suas atividades na Pós-graduação entre cursos de Especialização e de mestrado. As universidades com essas características são: UERJ, na Região Sudeste; UEL e UEM, na Região Sul. Essas três universidades oferecem alguns programas de doutorado; entretanto, em nenhuma delas, os alunos matriculados em nível de doutorado representam mais de 10,0% em relação ao total de alunos de Pós-graduação.

Por fim, o quarto grupo é composto pelas universidades estaduais nas quais as matrículas em programas de doutorado representam no mínimo 40,0% em relação ao total de matrículas em Pós-graduação. Fazem parte deste subconjunto a USP, UNICAMP, UNESP, no Estado de São Paulo e a UENF, no Estado do Rio de Janeiro.

2. Corpo Docente

Titulação acadêmica

Considerando-se os dados relativos à titulação acadêmica do corpo docente, resumidos no Quadro 11, é possível distinguir no segmento das universidades estaduais cinco conjuntos.

Quadro 11 – Número de docentes nas universidades estaduais por titulação acadêmica – 1996

Universidade Estadual	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará*	-	-	-	-
Universidade do Tocantins	88	137	85	7
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	10	36	18	0
Universidade Estadual de Feira de Santana	182	206	155	10
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	49	167	89	9
Universidade Estadual de Santa Cruz	119	109	31	14
Universidade do Estado da Bahia	72	291	153	13
Universidade Estadual do Ceará	308	467	237	47
Universidade Regional do Cariri	98	52	9	2
Universidade Vale do Acaraú	117	90	47	9
Universidade Estadual do Maranhão	291	295	78	16
Universidade Estadual da Paraíba	226	381	236	51
Fundação Universidade de Pernambuco	128	464	182	45
Universidade Estadual do Piauí	103	146	14	0
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	119	204	58	2
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	26	91	17	3
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	22	61	11	1
Universidade do Estado do Mato Grosso	291	58	5	0
Universidade Estadual de Minas Gerais	216	89	51	15
Universidade Estadual de Montes Claros	29	325	21	0
Universidade Estadual do Norte Fluminense	0	0	0	154
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	355	358	787	357
Universidade Estadual Paulista	264	117	1.163	1.908
Universidade Estadual de Campinas	342	0	435	1.491
Universidade de São Paulo	99	0	760	4.012
Universidade Estadual de Londrina	424	369	540	288
Universidade Estadual de Maringá	330	209	525	205
Universidade Estadual de Ponta Grossa	199	282	169	43
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	66	102	55	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	105	235	140	8
Universidade do Estado de Santa Catarina	100	191	203	50
Total	4.778	5.532	6.274	8.764

* Sem informação

No primeiro conjunto, estão as universidades que possuem um corpo docente em que predominam professores graduados. Esse grupo é minoritário no conjunto do segmento das universidades estaduais

O segundo é formado por universidades em cujo corpo docente predominam professores com graduação e Especialização; nele, ainda, a proporção de professores com títulos de mestre é inexpressiva em relação ao total de docentes dessas universidades. Trata-se de um grupo mais numeroso. Fazem parte dele as universidades localizadas na Região Nordeste e na Sudeste.

O terceiro grupo de universidades é constituído por aquelas em que se identifica uma presença significativa de professores com mestrado (mais de 20,0% do corpo docente) e uma minoria de docentes com título de Doutor. As universidades que se enquadram neste grupo estão localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Sul.

O quarto conjunto é formado por um número reduzido de universidades em que se verifica a presença significativa de professores com mestrado (mais de 30,0%) e também um índice expressivo, mas não majoritário, de professores com doutorado (mais de 15,0%). As universidades com este quadro de titulados estão situadas nas Regiões Sudeste e Sul.

Por fim, o quinto conjunto é constituído pelas universidades paulistas em que o corpo docente é formado por mais de 50,0% de Doutores.

O Quadro 12 sintetiza essa análise.

Com efeito, a distribuição das corpo docente das universidades estaduais por nível de titulação apresenta um corte regional bem demarcado. Nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste predominam universidades em que o corpo docente tende a ser composto por especialistas; constata-se ainda em algumas destas instituições uma presença maior de Mestres. Nas Regiões Sul e Sudeste encontram-se as universidades em que predominam professores com mestrado, sendo que em algumas delas registra-se uma presença expressiva de docentes com doutorado. Apenas nas universidades paulistas e na Universidade Norte-Fluminense constata-se uma participação majoritária de professores-doutores.

Esses dados permitem estabelecer uma relação entre a composição do corpo docente por grau de titulação e o perfil de atividades da universidade no ensino pós-graduado. Em primeiro lugar, como se supõe, as universidades que possuem um quadro

docente formado principalmente por graduados não desenvolvem atividades de Pós-graduação. As universidades onde predominam professores especialistas tendem a concentrar suas atividades de Pós-graduação *lato sensu*, oferecendo também um bom número de cursos de curta duração, como extensão, difusão cultural, cursos de férias, entre outros. A organização de programas de mestrado está associada a existência de uma proporção expressiva de professores com pelo menos esse grau de titulação. Constata-se ainda nestas universidades que a reduzida presença de professores com doutorado não representa um obstáculo para a universidade mostrar-se ativa na organização de programas de mestrado. Todavia, deve-se notar, que os programas de doutorado só adquirem vulto na universidade quando esta conta com uma proporção majoritária de professores com essa titulação. Neste sentido, os programas de doutorado só se tornam numericamente expressivos nas universidades em que mais de 50,0% de seus docentes são doutores.

Quadro 12 – Grupos de universidades estaduais por titulação docente – 1996

Grupos por titulação	Universidades estaduais
Grupo 1 (predomínio de docentes com graduação)	Universidade Estadual de Minas Gerais Universidade Regional do Cariri Universidade Vale Acaraú
Grupo 2 (predomínio de docentes com graduação e Especialização; presença significativa de Mestres e raros Doutores)	Fundação Universidade de Pernambuco Fundação Universidade Estadual de Alagoas Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Estadual de Montes Claros Universidade Estadual de Santa Cruz Universidade Estadual do Maranhão Universidade Estadual do Piauí Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Regional do Rio Grande do Norte
Grupo 3 (presença expressiva de Mestres e alguns Doutores)	Universidade do Centro-Oeste do Paraná Universidade do Estado da Bahia Universidade do Estado de Santa Catarina Universidade do Oeste do Paraná Universidade do Tocantins Universidade Estadual da Paraíba Universidade Estadual de Feira de Santana Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Estadual do Ceará Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Grupo 4 (índice superior a 30,0% de professores com mestrado e presença significativa de Doutores)	Universidade do Estadual do Rio de Janeiro Universidade Estadual de Londrina Universidade Estadual de Maringá
Grupo 5 (Doutores constituindo mais de 55,0% do corpo docente)	Universidade de Campinas Universidade de São Paulo Universidade do Norte Fluminense Universidade Estadual Paulista

Regime de trabalho

Conforme se constata na Tabela 7, o número de docentes nas universidades estaduais é muito variado. O menor corpo docente, formado por 64 professores, é o da Fundação Universidade Estadual de Alagoas, e o maior, da Universidade de São Paulo, composto por cerca de 5 mil professores.

Tabela 7 – Número e percentual de professores em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva nas Universidades Estaduais – 1996

Universidade Estadual	Percentual de docentes em regime de dedicação exclusiva	Total de Docentes
Universidade do Estado do Pará	-	-
Universidade do Tocantins	77,5	315
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	-	64
Universidade Estadual de Feira de Santana	89,3	553
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	-	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	65,9	273
Universidade do Estado da Bahia	66,9	682
Universidade Estadual do Ceará	48,8	1.059
Universidade Regional do Cariri	90,1	161
Universidade Vale do Acaraú	54,8	263
Universidade Estadual do Maranhão	86,9	680
Universidade Estadual da Paraíba	89,2	898
Fundação Universidade de Pernambuco	-	-
Universidade Estadual do Piauí	79,8	263
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	70,5	383
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	67,3	147
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	86,3	95
Universidade do Estado do Mato Grosso	0,0	354
Universidade Estadual de Minas Gerais	51,9	216
Universidade Estadual de Montes Claros	30,4	372
Universidade Estadual do Norte Fluminense	100,0	154
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	66,2	1.915
Universidade Estadual Paulista	95,0	3.406
Universidade Estadual de Campinas	0,0	2.268
Universidade de São Paulo	75,4	4.871
Universidade Estadual de Londrina	75,1	1.621
Universidade Estadual de Maringá	84,8	1.269
Universidade Estadual de Ponta Grossa	48,9	693
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	62,1	227
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	68,2	488
Universidade do Estado de Santa Catarina	74,4	544

Na quase totalidade das universidades estaduais mais de 50,0% dos docentes são contratados em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva. As duas

universidades que fogem a esse padrão são a UECE/CE, em que o índice de docentes contratados em regime de tempo integral não chega a 50,0% e a UNIMONTES/MG, onde os professores com este regime de trabalho perfazem cerca de 30,0% do total do corpo docente.

A análise desses dados possibilita agrupar as universidades em dois grandes subconjuntos. As universidades que compõem o primeiro grupo possuem cerca de 50,0% de seus docentes com contrato de tempo integral. Trata-se das seguintes universidades: UESC/SC, UNEB/BA, UECE/CE e UVA/CE, na Região Nordeste; UNIAMA/GO, na Região Centro-Oeste; UEMG/MG, UERJ/RJ, na Região Sudeste, UEPG/PR, UNICENTRO/PR e UNIOESTE/PR, na Região Sul. No segundo, os subconjuntos estão as universidades que possuem mais de 70,0% de seus docentes em contrato de dedicação exclusiva ou tempo integral. São elas: UNITINS/TO, na Região Norte; FUNESA/AL, UEFS/BA, UCA/CE, UEMA/MA, UEPB/PB e UESPI/PI, na região Nordeste; UEMS/MS, na Região Centro-Oeste; UENF/RJ, USP/SP, UNESP/SP, UNICAMP/SP, na Região Sudeste; UEL/PR e UEM/PR, na Região Sul.

Considerando-se esses dados e aqueles relativos ao perfil das universidades estaduais nas atividades em nível de Pós-graduação, especialmente os dados referentes à titulação do corpo docente, constata-se que existe uma relativa independência entre essas duas variáveis. É verdade que as universidades com um percentual menos expressivo de contratos de tempo integral – em torno de 50,0% - em geral são as mesmas que não contam com um número significativo de professores com doutorado. Entretanto, para qualquer outro nível de titulação que se considere, também não se constata uma correlação entre o percentual de docentes com contrato de tempo integral e o grau de titulação. Do mesmo modo não é possível estabelecer uma relação direta entre o volume de atividades em cada uma das universidades em nível de Pós-graduação e o aumento do número de docentes com dedicação exclusiva. Um índice significativo desse tipo de contrato pode ser constatado tanto entre as universidades cuja atividade acadêmica concentra-se apenas na Graduação como também em instituições que desenvolvem um número grande de programas de mestrado. Conclui-se, assim, que o aumento de contratos que impliquem em dedicação integral do professor na universidade está condicionada por fatores outros – disponibilidade orçamentária da

instituição, interesse do professor – que não o grau de sua titulação e/ou de seu envolvimento com atividades acadêmicas em nível de Pós-graduação.

Incentivos para aperfeiçoamento

Conforme se vê no Quadro 13, 28 das 31 universidades estaduais contam com algum programa voltado para o aperfeiçoamento de seus docentes.

Quadro 13 – Universidades estaduais e as iniciativas para o aperfeiçoamento do corpo docente – 1996

Região geográfica	Programas de qualificação	Incentivos			Total
		Redução de carga horária sem prejuízo de salário para cursar Pós-graduação.	Cursos de férias e outros dirigidos aos professores da própria universidade.	Serviços de assessoria e/ou orientação pedagógica para professores.	
Norte	2	2	1	1	2
Nordeste	13	11	10	7	13
Centro-Oeste	2	3	3	2	3
Sudeste	5	5	2	1	7
Sul	6	6	4	2	6
Total	28	27	20	13	31

As exceções são USP, UENF (Região Sudeste) e UEMS (Região Centro-Oeste). A inexistência de programas nas duas primeiras deve-se ao fato de estas instituições terem como política de contratação de docentes somente aqueles portadores de título, preferencialmente de Doutor.

Quanto aos tipos de incentivos existentes nas universidades estaduais, a redução da carga horária, sem prejuízo de salário, para o professor poder cursar a Pós-graduação é o mais recorrente. Essa condição de estímulo contrasta com os incentivos existentes para o fomento da pesquisa na universidade. Os cursos de férias e outros dirigidos aos professores da instituição são atividades declaradas por 20 do total de 31 universidades estaduais. Já os serviços de orientação pedagógica para os professores são mais freqüentes nas universidades estaduais que concentram seus cursos na área de Licenciatura.

3. Corpo Discente

Graduação

Conforme se verifica na Tabela 8, em 1996, as universidades estaduais 174.378 alunos matriculados em cursos de Graduação⁶. A distribuição regional das matrículas nessas universidades é bastante desigual. Na Região Sudeste estão concentrados 71.740 alunos, o que corresponde a 41,1% do total de matrículas de Graduação no segmento das universidades estaduais do País. Segue-se a Região Nordeste, cujas universidades estaduais, com 57.245 alunos matriculados, representam 32,8% do total de matrículas neste segmento. Por sua vez, a proporção de alunos matriculados nas universidades estaduais das Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste representa menos de um terço do total de matrículas neste segmento universitário do País.

Tabela 8 – Percentual de alunos de Graduação matriculados nas universidades estaduais em relação ao número total de alunos matriculados de ensino superior, por região geográfica – 1996

Região geográfica	Total de alunos matriculados	Percentual de alunos matriculados nas universidades estaduais
Norte	5.587	3,2
Nordeste	57.245	32,8
Centro-Oeste	4.374	2,5
Sudeste	71.704	41,1
Sul	35.468	20,3
Total	174.378	100,0

A desigualdade constatada não ocorre apenas entre as diferentes regiões geográficas do

⁶ Deve ser notado que a soma do número de alunos matriculados das 31 universidades estaduais pesquisadas não corresponde exatamente ao total de alunos matriculados no segmento das universidades estaduais, segundo os dados do MEC apresentados na página 6 deste estudo.

País. No interior de cada região, o número de alunos matriculados em cada uma das 31 universidades estaduais varia muito em um intervalo compreendido entre 246 alunos, como é o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro – e 30.119 alunos – como o da Universidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A despeito dessa variação, é possível identificar uma tendência de padrões regionais e/ou estaduais. Ou seja, universidades de uma mesma região ou de um mesmo Estado tendem a se enquadrar em uma mesma escala de tamanho ou em intervalos próximos no que diz respeito ao número de alunos matriculados na Graduação.

Quadro 14 – Número de alunos matriculados na Graduação nas universidades estaduais por região geográfica – 1996

Região geográfica	Menos de 2 mil	Mais de 2 até 5 mil	Mais de 5 até 10 mil	Mais de 10 até 20 mil	Mais de 20 mil	Total
Norte	1	1	-	-	-	2
Nordeste	3	6	3	1	-	13
Centro-Oeste	2	1	-	-	-	3
Sudeste	2	1	1	2	1	7
Sul	-	3	3	-	-	6
Total	8	12	7	3	1	31

Conforme mostra o Quadro 14, as universidades estaduais localizadas na Região Sul são, em geral, de pequeno para médio porte, tendo entre mais de 2 mil até 10 mil alunos matriculados na Graduação. As três universidades da Região Centro-Oeste são de pequeno porte: duas têm menos de 2 mil alunos matriculados e outra tem pouco mais deste contingente. No Norte, as duas universidades estaduais têm entre 1 e 5 mil alunos. No Nordeste, 12 dentre as suas 13 universidades estaduais são de tamanho médio, tendo entre 2 a 10 mil alunos de Graduação. No Sudeste, encontram-se as três maiores universidades estaduais do País - a USP, a UNESP e a UNICAMP, no Estado de São Paulo, e a menor de todas, a UENF, no Estado do Rio de Janeiro.

Áreas de concentração das matrículas - Do total de alunos matriculados nas universidades estaduais, 54,7% estão nas áreas de Ciências Humanas, 23,4% em cursos na área de Ciências Exatas e 21,9% nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. Constatase que a área de Ciências Humanas, no conjunto das universidades estaduais, é a que oferece o maior número de vagas e, em razão disso, possui a maior proporção de alunos matriculados no conjunto das três áreas do conhecimento (ver Tabela 9). Entretanto, a proporção das matrículas na área de Ciências Humanas nas universidades estaduais varia nas diferentes regiões geográficas, conforme já foi notado na análise dos cursos oferecidos por estas universidades. Enquanto nas universidades estaduais das Regiões Norte e Sudeste, os alunos matriculados na área de Ciências Humanas representam, respectivamente 38,3% e 42,1% do total de matrículas, nas universidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, eles representam cerca de 60,0% em relação ao total de matrículas.

Tabela 9 – Porcentagem de alunos matriculados nas universidades estaduais por área do conhecimento e região geográfica – 1996

Região geográfica	Área do conhecimento			Total
	Humanas	Exatas e Tecnológicas	Biológicas e da Saúde	
Norte	38,3	14,9	46,8	5.587
Nordeste	68,9	11,0	20,1	57.245
Centro-Oeste	68,1	16,3	15,6	4.374
Sudeste	42,1	35,6	22,3	71.704
Sul	58,3	20,9	20,8	35.468

Licenciatura

No conjunto das universidades estaduais, o percentual de alunos matriculados em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação é pouco mais de um terço. Conforme mostra a Tabela 10, as maiores proporções de matrículas em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas na Graduação encontram-se nas universidades estaduais das Regiões Centro-Oeste, seguida do Nordeste e as menores, nas universidades estaduais da Região Sudeste.

Tabela 10 – Alunos matriculados na Licenciatura em relação ao total de matrículas na Graduação nas universidades estaduais, por região geográfica – 1996 (em percentual)

Região geográfica	Matrículas de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação
Norte	30,0
Nordeste	57,0
Centro-Oeste	66,0
Sudeste	19,0
Sul	35,0

Considerando-se as universidades estaduais individualmente é possível agrupá-las em cinco conjuntos em função do número dos alunos matriculados em cursos de formação de professores. O primeiro conjunto - o menor - é formado pelas universidades nas quais o percentual de matrículas em cursos de Licenciatura é inferior a 10,0%. O segundo grupo é constituído por universidades em que os percentuais dos alunos matriculados em cursos de Licenciatura varia entre 11,0% e 30,0% do total de matrículas na Graduação. No terceiro conjunto, estão as universidades em que os índices de matrículas na Licenciatura representam de 31,0% a 50,0% do total de seus alunos. O quarto conjunto é formado pelas universidades em que os alunos matriculados em cursos de Licenciatura representam de 51,0% a 70,0% do total de matrículas. Por fim, o último conjunto agruparia as universidades voltadas predominantemente para a oferta de cursos de Licenciatura, de forma que os alunos matriculados nesses cursos constituem mais de 70,0% do total de alunos matriculados na Graduação. O Quadro 15 mostra a distribuição das 31 universidades estaduais, com os cinco agrupamentos.

Quadro 15 – Universidades estaduais segundo a proporção de alunos matriculados em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação – 1996

Não oferecem	De 11,0% a 30,0%	De 31,0% a 50,0%	De 51,0% a 70,0%	71,0% e mais
UENF/RJ UERJ/RJ	UNITINS/TO UNICAMP/SP USP/SP UEM/PR	UEPA/PA UEFS/BA UEPB/PB UPE/PE UNIANA/GO UNIMONTES/MG UNESP/SP UEPG/PR UNIOESTE/PR UDESC/SC UEL/PR	UESB/BA UESC/BA UECE/BA URCA/CE UVA/CE UEMA/MA URRN/RN UEMS/MS UNICENTRO/PR UEMG/PR	FUNESA/AL UNEB/BA UNESP/SP UNEMAT/MT

Pós-graduação – *lato sensu e stricto sensu*

Especialização – Do total de 31 universidades estaduais, 25 têm, atualmente, alunos matriculados em cursos de Especialização. O número de alunos matriculados nestes cursos variava em 1995, entre menos de 50 alunos a 5 mil, conforme mostra o Quadro 16.

Quadro 16 – Universidades estaduais que oferecem cursos de Especialização e número de alunos inscritos – 1995

Menos de 50	De 100 a 500	Mais de 500 a 1.000	Mais de 1.000 a 5.000
FUNESA/AL UNEB/BA	UEFS/BA UESB/BA UESC/BA URCA/CE UVA/CE UEMA/MA UEPB/PB URRN/RN UEPG/PR UNICENTRO/PR UNIOESTE/PR UDESC/SC UNESP/SP UNICAMP/SP UNIANA/GO	UECE/CE UNEMAT/MT UNIMONTES/MG UERJ/RJ UEL/PR UEM/PR	UPE/PE USP/SP

Mestrado - Para a maioria das 16 universidades estaduais que oferecem programas de mestrado, a proporção de alunos matriculados nestes cursos não chega a representar um por cento do total das matrículas de Graduação. Em muitas delas, o número de alunos matriculados em cursos de mestrado é inferior a 50, conforme mostra o Quadro 17.

Quadro 17 - Universidades estaduais segundo número de alunos matriculados em cursos de mestrado – 1996

Menos de 50	De 50 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 5.000	Mais de 5.000
UESC/BA UEMA/MA UEPG/PR URRN/RN UPE/PE UESB/BA UDESC/SC	UENF/RJ UECE/CE UNICENTRO/PR	UEL/PR UEM/PR	UERJ/RJ	UNICAMP/SP UNESP/SP	USP/SP

As oito universidades estaduais que oferecem cursos de doutorado apresentam realidades bem distintas: enquanto em três, o número de alunos matriculados nesses programas é superior a mil nas demais não chegam a cem.

Quadro 18 – Universidades estaduais segundo o número de alunos matriculados em cursos de doutorado – 1996

Menos de 50	De 51 a 100	De 1.000 a 5.000	Mais de 5.000
UPE/PE UEM/PR UEL/PR	UERJ/RJ UENF/RJ	UNESP/SP UNICAMP/SP	USP/SP

Cursos de Extensão

Das 31 universidades estaduais, apenas 10 tinham, em 1995, alunos matriculados em cursos de Extensão (aperfeiçoamento, reciclagem, cursos de férias, difusão cultural, entre outros). O número desses alunos varia em conformidade com o volume de cursos oferecidos, podendo ter 10 ou mais de mil alunos. A partir dos dados coletados, identificam-se três conjuntos de universidades estaduais: um grupo, o maior, que se caracteriza por não oferecer cursos não regulares voltados à comunidade externa; um segundo grupo formado por universidades que registram um público de até 500 alunos e, por fim, um terceiro grupo que reúne universidades cujos cursos de extensão mobilizam, anualmente, uma clientela de mais de mil pessoas.

Quadro 19– Universidades estaduais e número de alunos matriculados em cursos de Extensão – 1996

Até 500 alunos	Mais de 1000 alunos
UECE/CE UEPB/PB URRN/RN UEMG/MG UEM/PR	UERJ/RJ UNESP/SP UNICAMP/SP USP/SP UNICENTRO/PR

Quadro 20 – Universidades estaduais e as iniciativas para o desenvolvimento da atividade de pesquisa – 1996

Região Geográfica	Bolsa de iniciação para alunos	Espaço físico e equipamentos de secretaria	Serviços de secretaria	Auxílio p/ impressão de relatórios, materiais etc.	Laboratórios	Materiais	Ajuda de Custos	Redução da carga didática	Ajuda de custos p/ seminários, congressos	Acréscimo no salário docente	Total
Norte	1	1									2
Nordeste	11	9	8	8	9	8	9	8	10	4	13
Centro-Oeste	1	3	2	2	3	1	2	3	3		3
Sudeste	6	5	5	5	5	5	4	2	5	1	7
Sul	6	6	6	6	6	5	5	6	6	1	6
Total	25	24	21	21	23	19	20	19	24	6	31

4. A pesquisa e a prestação de serviços

As estratégias e iniciativas institucionais associadas ao desenvolvimento da pesquisa nas universidades estaduais são muito diversificadas e estão relacionadas a duas variáveis: a região de localização dessas instituições e o grau de institucionalização da pesquisa.

Constata-se, ainda, que para o conjunto das universidades estaduais, as iniciativas no sentido de redução da carga didática do docente e de acréscimo financeiro ao seu salário são menos recorrentes do que a adoção de iniciativas relativas às condições materiais e institucionais de desenvolvimento da pesquisa. Talvez isso se deva ao fato de muitas dessas universidades não contarem com um corpo docente suficientemente titulado para a coordenação de atividades de pesquisa.

A interação da universidade com a iniciativa privada e com os órgãos públicos - Conforme se constata no Quadro 21, do total de 31 universidades estaduais, 26 prestam algum tipo de serviço a empresas públicas e/ou privadas. Dentre os serviços prestados por estas universidades destacam-se a organização de cursos, as atividades de consultoria e de extensão universitária.

Quadro 21 – Universidades estaduais e a prestação de serviços por tipo de empresa contratante e tipo de atividade – 1996

Região geográfica	Tipo de empresa			Tipo de atividade				Total
	Pública	Privada	Ambas	Organização de cursos	Pesquisa e desenvolvimento regional	Consultoria e extensão	Convênios múltiplos	
Norte	1		1	1	1		1	2
Nordeste	4		7	10	4	7	4	13
Centro-Oeste	1		1	2	1	1		3
Sudeste	-		5	5	5	5	4	7
Sul	1		5	3	4	4	2	6
Total	7		19	21	15	17	11	31

Ainda de acordo com o Quadro 21, verifica-se que a prestação de serviços está presente em quase todas universidades estaduais. Do total, apenas cinco universidades (uma no Norte, uma no Nordeste e duas no Sudeste) não declararam prestar serviços à iniciativa pública e/ou à privada.

5. Estrutura Física

Área construída

Quadro 22 – Universidades e área total construída por região geográfica – 1996

Universidade Estadual	Área Inicial em m ²	Área Atual em m ²
Universidade do Estado do Pará	38.000	30.683
Universidade do Tocantins	*	11.128
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	–	–
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	340	52.156
Universidade Estadual de Feira de Santana	–	15.200
Universidade Estadual de Santa Cruz	–	380.000
Universidade do Estado da Bahia	6.996	89.468
Universidade Estadual do Ceará	–	–
Universidade Regional do Cariri	1.220	–
Universidade Vale do Acaraú	3.200	17.250
Universidade Estadual do Maranhão	1.036	40.187
Universidade Estadual da Paraíba	7.662	*
Fundação Universidade de Pernambuco	–	94.264
Universidade Estadual do Piauí	5.405	24.434
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1.153	20.838
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	1.092	7.913
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	20.051	20.051
Universidade do Estado do Mato Grosso	–	1.687
Universidade Estadual de Minas Gerais	–	15.652
Universidade Estadual de Montes Claros	800	23.909
Universidade Estadual do Norte Fluminense	46.281	46.281
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	–	656.544
Universidade Estadual Paulista	–	546.412
Universidade Estadual de Campinas	–	450.696
Universidade de São Paulo	–	1.273.848
Universidade Estadual de Londrina	925	150.164
Universidade Estadual de Maringá	–	*
Universidade Estadual de Ponta Grossa	–	119.744
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	3.000	22.372
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	–	69.334
Universidade do Estado de Santa Catarina	–	51.912

*Sem informação sobre área construída

Em relação à área total construída, o porte das universidades estaduais é muito variado. A menor é a Universidade Estadual do Mato Grosso, reconhecida como universidade há apenas um ano, com 1.687 metros quadrados e a maior é a Universidade de São Paulo, com cerca de 1.300.000 metros quadrados de área construída. Entretanto, os dados registrados sobre área indicam duas tendências muito gerais.

Primeira, as maiores instituições tendem a se localizar na Região Sudeste e as menores, nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Segunda, a grande maioria das universidades está ampliando sua área construída desde o momento que criaram seus primeiros cursos, e isso deve-se às suas próprias trajetórias institucionais, marcadas, em geral, por processos de fusão e/ou incorporação de outras instituições.

Conforme mostra o Quadro 23, o fato de as universidades estaduais das Regiões Norte e Centro-Oeste estarem concentradas no intervalo de até 20 mil m², não é suficiente para supor a existência de padrões regionais. Universidades de uma mesma região apresentam variações em termos de área construída.

Quadro 23 - Universidades Estaduais por região geográfica e área total construída - 1996

Região geográfica	Menos de 20 mil m ²	De 20 mil a 50 mil m ²	De 50 mil a 100 mil m ²	De 100 mil a 500 mil m ²	De 500 mil a 1 milhão m ²	Mais de 1 milhão m ²	Total
Norte	1	1	-	-	-	-	2
Nordeste	2	3	3	1	-	-	11*
Centro-Oeste	2	1	-	-	-	-	3
Sudeste	1	2	-	1	2	1	7
Sul	-	1	2	3	-	-	6*
Total	6	8	5	5	2	1	27

* Três universidades da Região Nordeste e uma no Sul não forneceram esta informação

Universidades multicampi e unicampus - De um total de 31 Universidades Estaduais, 25 são *multicampi*, quatro são *unicampi* e outras duas, apesar de não se definirem como *multicampi*, oferecem cursos em locais fora da sede. As duas universidades *unicampi* são: Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, e Universidade Estadual de

Universidades Estaduais no Brasil – Características Institucionais

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa solicitado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Participaram de diferentes fases da elaboração do projeto e de realização das entrevistas os pesquisadores Carlos Benedito Martins do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília e Clarissa Eckert Baeta Neves do Grupo de Estudos sobre Universidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os dados das universidades referem-se ao ano de 1995. As informações foram coletadas, pelo NUPES, entre novembro de 1996 e abril de 1997.

Os resultados ora apresentados foram elaborados por Helena Sampaio, com a colaboração da equipe do NUPES.

Equipe do NUPES:

Supervisão geral

Carolina M. Bori

Eunice R. Durham

Diretora do projeto e Relatora

Helena Sampaio

Pesquisadoras com participação no projeto

Elizabeth Balbachevsky

Verónica Peñaloza

Auxiliares Técnicos

Maria Cristina da Silva Bottura

Regina dos Santos

Solange Rodrigues Reis

Administração do projeto

Vera Cecília da Silva

Josino Ribeiro Neto

Sumário

Apresentação

Parte I - Delineamento da Pesquisa

- Caracterização das Universidades Estaduais
- Levantamento das universidades
- Instrumentos da pesquisa

Parte II - Características das Universidades Estaduais

- Distribuição das universidades por região geográfica e estado da Federação
- Criação do primeiro curso e reconhecimento como Universidade
- Trajetória institucional
- Organização administrativa

1. Cursos oferecidos

Cursos de Graduação

- Os cursos mais procurados
- A dinâmica de fechamento e abertura de cursos

Cursos de Pós-graduação

- *Lato sensu* (Especialização)
- *Stricto sensu* (mestrado e doutorado)

Cursos de Extensão

2. Corpo docente

Titulação acadêmica

Regime de trabalho

Incentivos para aperfeiçoamento

3. Corpo discente

Graduação

Licenciatura

Pós-graduação

- *lato sensu* (Especialização)
- *stricto sensu* (mestrado e doutorado)

Curso de Extensão

4. A pesquisa e a prestação de serviços

A atividade de pesquisa

A interação da universidade com a iniciativa privada e com os órgãos públicos

5. Estrutura física

Área construída

Equipamentos científicos e instalações culturais

- Laboratórios
- Biblioteca Central
- Anfiteatro e Museus
- Computadores e *Internet*

Equipamentos esportivos

6. Financiamento

Anexo I – Relação das Universidades Estaduais no País

Anexo II – Sinopses das entrevistas com os reitores das Universidades Estaduais

Apresentação

As universidades estaduais constituem um segmento específico do setor público de ensino superior brasileiro. Diferentemente das federais e das particulares, as universidades estaduais estão fora do âmbito de atuação do Ministério da Educação e do Desporto, sendo mantidas e fiscalizadas por seus respectivos Estados. Isso significa, que a interface desse segmento com os órgãos federais se dá esporadicamente, mediante pleitos de apoio financeiro adicional.

A trajetória do segmento das universidades estaduais está imbricada na própria evolução do sistema de ensino superior do País. A expansão ou diminuição do número de universidades estaduais está diretamente associada ao comportamento do segmento público federal. Assim, ao longo do desenvolvimento do sistema de ensino superior no Brasil, desde as primeiras décadas deste século até o presente, é possível identificar três momentos que marcam a trajetória dessas instituições.

O primeiro momento é o de criação de universidades estaduais. Alguns estados da Federação, em parceria com lideranças políticas, intelectuais e representantes da sociedade, tomaram a iniciativa de criar suas próprias instituições universitárias, antecipando-se, dessa forma, à política do Governo Federal para a criação de uma universidade no Brasil. Essa fase teve início em 1912, quando foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Paraná. Essa instituição resultou da iniciativa de grupos locais que contaram com o apoio do Governo de Estado. Esse primeiro período estende-se até meados da década de quarenta.

O segundo momento compreende dos anos 40 ao início dos anos 60. Essa fase caracterizou-se não só pelo fim das iniciativas de grupos locais e regionais visando à implantação de suas próprias universidades no âmbito dos respectivos estados, mas, principalmente, pela diminuição no número de universidades estaduais no sistema de ensino superior em seu conjunto. A diminuição foi, na realidade, a contrapartida de um outro processo: o da federalização das instituições de ensino superior. Várias universidades estaduais, que haviam sido criadas nas décadas anteriores, foram federalizadas a partir do final dos anos 40. O período de federalização de universidades

e estabelecimentos isolados encerrou-se antes de 1964, sendo que 1960 e 1961 foram os anos em que o processo de federalização ocorreu de forma mais intensa.

O terceiro período é de crescimento no número de universidades estaduais e foi deflagrado no início na década de oitenta, quando ocorreu o reconhecimento de três novas universidades, e acentuou-se entre 91 e 96, quando foram reconhecidas mais oito. Hoje mais nove universidades estaduais, já autorizadas e em funcionamento regular, aguardam o processo de reconhecimento em trâmite no Ministério da Educação e do Desporto. No total, em 16 anos, um número de vinte novas universidades estaduais passaram a integrar o sistema nacional de ensino superior

Do início do século a 1946 – as iniciativas estaduais para a criação de universidades –
Se até o final do século passado, predominaram instituições de ensino superior mantidas e supervisionadas pelo Governo Federal, a partir dos anos 30, o quadro modificou-se: aumentou o número de faculdades estaduais e particulares em resposta à demanda por ensino superior que desde a década de vinte não parava de aumentar.

A moldura legal que regulamentava o ensino superior ao longo da década de 30 foi pendular: ora parecia sinalizar para a organização de universidades regionais federais, de comum acordo com os governos estaduais, fundações privadas e Governo Federal (Decreto número 19.851, de 1931), ora disciplinava, conforme verifica-se na Constituição de 34, que os sistemas de ensino seriam de competência dos estados da Federação. Esses sistemas seriam compostos por institutos públicos ou particulares, coordenados pelos governos estaduais; a União atuaria apenas supletivamente, cooperando financeira e tecnicamente (Mattos, 1983).

A Carta Constitucional de 1937 suprimiu esses dispositivos. Todavia, em 1938, o Governo Federal, por meio de decreto-lei, estabeleceu novas regulamentações para o ensino superior: a União manteria a instituição padrão - Universidade do Brasil, recém-criada (em 5 de julho de 1937) e transferiria as demais instituições para os Estados, mediante entendimentos e condições. A União comprometia-se, ainda, a cooperar, mediante repasse de recursos para a manutenção das instituições de ensino superior sob a coordenação dos governos de estado.

No decorrer de pouco mais de vinte anos, foram criadas as seguintes instituições estaduais: Universidade de São Paulo, 1934; Rio Grande do Sul, 1934; Bahia, 1946 e

Pernambuco em 1946, estas últimas parcialmente mantidas pelo Governo Federal; Universidade do Paraná, 1946, a despeito de ter sido criada em 1912; Paraíba, 1955 e Juiz de Fora, 1955, entidades estaduais que congregavam também instituições particulares¹.

A federalização das universidades estaduais - 1946 – 1960 - Desde 1936, em obediência ao dispositivo constitucional (Constituição de 1934) já se cogitava de consultar os setores sociais interessados sobre a federalização de universidades mediante a anexação de universidades estaduais e particulares. Assim, tão logo se democratizou o País, em 1946, teve início um intenso movimento de federalização das instituições de ensino superior. Nesse contexto é que foi reconhecida a Universidade do Paraná, que vinha funcionando oficiosamente desde 1912, e que foram também criadas as Universidades da Bahia e Pernambuco, ambas mantidas, parcialmente, pelo Governo Federal, reunindo institutos estaduais, federais e particulares.

Por fim, em 1950, foram federalizadas as demais universidades e suas unidades componentes: as do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pernambuco e mais vinte e quatro escolas e faculdades isoladas.

No quadro político afluíam pressões contraditórias: por um lado, havia, nos estados, uma tendência favorável à política de federalização; por outro, estava em vigência uma legislação que tendia a restringir o crescimento do número de universidades federais.

A pressão pela federalização tinha o respaldo dos movimentos de base estudantil que reivindicavam a ampliação das vagas e a gratuidade do ensino superior; contava, ainda, com o apoio de professores e funcionários que pleiteavam o enquadramento no regime de servidores federais. A pressão pela federalização era também reforçada pela demonstração dos orçamentos escassos dos Governos de Estado, considerados, da perspectiva dos grupos locais, insuficientes para atender às necessidades de ampliação e/ou de consolidação das universidades (Cunha, 1989).

¹ A Universidade de Minas Gerais, criada em 1935, como universidade “livre” (particular) seria também federalizada em 1949.

Nesse contexto², as federalizações corresponderam às reivindicações dos governos estaduais e das próprias reitorias das universidades. Deputados e senadores dos estados, onde se situavam as universidades, eram mobilizados para atuarem como mediadores dos pleitos de federalização junto ao governo central³.

As federalizações continuaram até o início dos anos sessenta. Em 1960, foram federalizadas mais três universidades: a do Rio Grande do Norte, criada em 1953, e as universidades de Juiz de Fora e Paraíba, ambas criadas em 1955.

Todavia, em 1962 o então recém-criado Conselho Federal de Educação se opôs, veementemente, às federalizações. Esse órgão entendia que a prioridade deveria ser dada à ampliação do número de vagas nas instituições de ensino superior públicas já existentes ao invés de federalizar-se mais escolas estaduais e particulares. O CFE também entendia que nenhuma nova federalização poderia ocorrer enquanto as despesas ultrapassassem as dotações orçamentárias (Cunha, 1987).

1980 : deflagrada a expansão das universidades estaduais - A conseqüência do processo de federalização iniciado na década de 40 foi a significativa redução no número das universidades estaduais. Mesmo o refreamento das federalizações, nos anos 60, não foi capaz de deflagrar, no decorrer dessa década e da seguinte, a expansão das universidades estaduais no País⁴ a despeito da criação das universidades estaduais paulistas (Universidade Estadual de Campinas, 1976; Universidade Estadual Paulista, 1976), das universidades do Paraná (Universidade Estadual de Londrina, 1971; Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1973; e Universidade Estadual de Maringá, 1976) e da Universidade Estadual do Ceará, 1977.

² Com exceção da Universidade de São Paulo, todas as demais universidades criadas ao longo dos anos 30, 40 e início dos anos 50 foram federalizadas no decorrer da década de cinqüenta.

³ O caso da Universidade do Rio Grande do Sul é ilustrativo desse processo. Quando de sua federalização, muito significativa é a correspondência encaminhada, em maio de 1949, pelo então reitor Alexandre Martins da Rosa ao Presidente da República Eurico G. Dutra, em que expunha os motivos que recomendavam a federalização daquela universidade nos seguintes termos: “(...) o vulto das despesas ligadas a esses problemas é de tal ordem que ultrapassa, no momento, as possibilidades orçamentárias do Estado (...)”. É interessante observar, ainda, nessa mesma carta, o exemplo que outras federalizações exerceram sobre o pleito. “(...) A ação supletiva e eficiente da União já se faz sentir, salutar e sabiamente, nos Estados da Bahia, Pernambuco e Paraná, criando, oficializando ou subvencionando suas universidades públicas e particulares” (...). Em sessão do Conselho Universitário, em setembro de 1950, o reitor comunicou a aprovação pelo Senado da integração da Universidade do Rio Grande do Sul, com todas as suas unidades, no sistema federal de ensino superior. Para vencer as dificuldades dessa tramitação foi fundamental o apoio dos Senadores do Rio Grande do Sul, em especial do Senador Galoti, da Comissão de Educação (Soares e Silva, 1992, p.104).

⁴ Na realidade, a expansão do sistema de ensino superior nesse período é realizada pelo setor privado.

Em um período de dezesseis anos, entre 1980 e 1996, o número de universidades estaduais no País passou de 9 para 31, o que representa um crescimento da ordem de 178,0%, superado apenas pelo crescimento do número de universidades privadas, que foi de 195,0%.

Existem, hoje, 31 universidades estaduais, distribuídas geograficamente em quase todos os estados da Federação.

Conforme mostra o Quadro 1, a expansão do número de universidades estaduais intensificou-se a partir dos anos 80, precisamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o princípio da autonomia universitária.

Quadro 1 - Universidades segundo a dependência administrativa no período 1980 – 1996

Ano	Universidades				
	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Total
1980	20	34	9	2	65
1985	20	35	11	2	68
1990	40	36	16	3	95
1994	59	39	25	4	127
1996	64	39	27	6	136

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

O incremento no número das universidades estaduais implicou, com efeito, em uma expansão significativa nas matrículas neste segmento público do ensino superior. No período entre 1980 e 1996, elas mais do que duplicaram o número de alunos, passando de 81.525 para 204.389. Com isso, passaram a representar 18,4% das matrículas nas universidades do sistema nacional. Considerando-se somente as matrículas no segmento das universidades públicas, as matrículas nas universidades estaduais correspondiam, em 1996, a pouco mais da metade, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Matrículas nas universidades segundo a dependência administrativa no período 1980 – 1996 (em porcentagem)

Ano	Universidades				
	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Total
1980	38,1	46,8	12,5	2,6	652.200
1985	35,4	46,7	15,5	2,3	671.977
1990	44,9	35,7	16,5	2,8	824.627
1994	44,8	33,8	18,4	3,0	1.034.726
1996	48,2	30,9	16,9	3,91	1.209.400

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

Tabela 2 - Matrículas no ensino superior por dependência administrativa, segundo as regiões do País – 1996 (em porcentagem)

Região	Instituições de ensino superior				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Norte	77.035	75,1	10,6	0	14,3
Nordeste	279.428	47,9	33,6	0	18,4
Centro- Oeste	134.442	54,8	4,5	0	40,6
Sudeste	1.028.431	19,2	14,9	1,8	64,1
Sul	349.193	25,8	12,6	13,9	47,7
Brasil	1.209.400	30,9	16,9	3,9	48,2

Fonte: Elaborado a partir de dados MEC/SEDIA/SEEC (1996).

Conforme se lê na Tabela 2, a participação das matrículas nas instituições estaduais é maior nas regiões Nordeste e Sudeste. A Tabela 3 mostra que também foi o segmento das universidades estaduais, no conjunto do setor público, que apresentou, no período entre 1980 e 1994, o maior crescimento para os seguintes indicadores: número de cursos, vagas, inscritos nos vestibulares, ingressos e concluintes.

Tabela 3 – Crescimento percentual de cursos, inscritos, vagas, ingressos e concluintes nos estabelecimentos federais, estaduais e particulares de ensino superior no período 1980 – 1994

Segmento	Cursos	Inscritos	Vagas	Ingressos	Concluintes
Federal	32,3	30,3	22,7	-6,8	33,8
Estadual	77,6	74,0	79,0	43,3	93,4
Particular	52,3	42,8	26,8	6,8	- 0,8

Fonte: Elaborado a partir de dados do MEC/SEDIA/SEEC (1994).

Definição do objeto de estudo - O crescimento recente do número de universidades estaduais no sistema de ensino superior e o relativo desconhecimento que existe sobre o segmento levaram o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura a solicitar ao Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo a realização de um estudo com o objetivo de proceder ao levantamento e a uma caracterização do conjunto dessas instituições de ensino superior.

A presente pesquisa está centrada na estrutura de diferenças de perfil e projeto das universidades estaduais. A hipótese central, que se apoia em levantamentos preliminares, sustenta que a heterogeneidade institucional é a principal característica desse conjunto de universidades; essa heterogeneidade mostra-se sob diferentes aspectos: número de alunos, escopo de cursos oferecidos, tempo de existência da instituição, entre outros.

A heterogeneidade que caracteriza esse conjunto de instituições e a sua condição à margem do controle federal suscitam a primeira questão deste estudo: até onde as universidades estaduais podem ser consideradas um segmento específico, com características comuns no sistema de ensino superior brasileiro, além do fato de, diferentemente das federais e das particulares, estarem subordinadas à jurisdição de seus respectivos Estados e não à coordenação central do Governo Federal.

Não existem estudos sobre as universidades estaduais em seu conjunto, embora a literatura sobre algumas universidades estaduais, sobretudo as mais antigas ou com notoriedade acadêmica nacional e internacional, seja relativamente ampla. Em geral, trata-se de trabalhos centrados sobre a criação e desenvolvimento da universidade em questão, seus projetos e estratégias institucionais. Esses estudos têm como objeto as universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e Universidade Estadual de São Paulo –, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ou ainda a rede de universidades estaduais do Paraná. As demais universidades estaduais não se têm constituído em objeto de estudos mais sistematizados, com alcance acadêmico além da própria instituição que é tratada.

Parte I - Delineamento da Pesquisa

- Caracterização das Universidades Estaduais

Além da ausência de estudos sobre o conjunto das universidades estaduais no País, os próprios levantamentos de órgãos do Ministério da Educação e Cultura não convergiam a respeito do número dessas instituições. Enquanto as estatísticas para o ano de 1994 indicavam a existência de 25 universidades estaduais, membros dos órgãos integrantes do próprio Ministério divergiam quanto a um número maior de universidades estaduais no ano de início da pesquisa (1996).

Com efeito, a primeira tarefa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre Ensino Superior foi proceder o levantamento do número exato de universidades estaduais no País.

O levantamento feito pelo NUPES chegou ao número de 31 universidades estaduais. Dentre estas instituições, oito estão sendo acompanhadas pelo MEC e aguardam o reconhecimento como universidade. Porém, como já apresentam estrutura organizacional universitária e vêm funcionando como tal, foram incluídas na pesquisa.

Existe uma grande heterogeneidade neste conjunto de instituições. Ao lado de universidades de grande porte, que desenvolvem pesquisas de ponta em diferentes áreas do conhecimento, que apresentam estruturas administrativas e acadêmicas complexas,

que contam com aportes governamentais de grande monta, há universidades criadas recentemente, muitas vezes até ignoradas no cômputo realizado pelo órgão federal de governo e sobre as quais muito pouco ou nada se conhece.

Para uma primeira caracterização das universidades estaduais, foram definidos os seguintes aspectos para estudo: história institucional, formas de organização e gestão, clientela, titulação e carreira docente, cursos oferecidos na Graduação, Pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e Extensão, estrutura física e institucional e outras atividades desenvolvidas.

Considerou-se igualmente importante levantar as necessidades institucionais imediatas, de médio e longo prazos, potencialidades institucionais e de recursos humanos visando à interação da universidade com os demais setores da sociedade, as possibilidades de as instituições virem a desempenhar papéis alternativos para o desenvolvimento regional, estratégias e mecanismos utilizados pela universidade com o objetivo de se diferenciarem ou, ao contrário, de se aproximarem do modelo das universidades federais ou das estaduais paulistas. Essas questões foram discriminadas em quatro conjuntos temáticos: pesquisa; licenciatura; interação com as realidades regionais e, por fim, a vocalização de demandas.

- Levantamento das universidades

A fase inicial consistiu no levantamento das universidades estaduais com o objetivo de relacionar o nome da instituição, endereço e seus respectivos reitores. Nesta fase foram feitos contatos telefônicos junto às Secretarias de Estado da Educação de todo o País, órgãos interlocutores das universidades estaduais e junto a outras fontes seguras de informação.

A partir da relação de universidades estaduais, o NUPES procedeu ao envio de cartas endereçadas nominalmente aos 31 reitores. Nessa carta ofício, após esclarecer os objetivos da pesquisa, solicitou-se a colaboração dos dirigentes das instituições no preenchimento de um questionário e, em seqüência, concedendo uma entrevista do reitor a um dos pesquisadores envolvidos no projeto.

Com o objetivo de aumentar as possibilidades de preenchimento do questionário da pesquisa, o NUPES manteve contato freqüente, por meio de telefonemas, fax e *e-mail*, com as instituições. Esse acompanhamento tinha várias finalidades: certificar-se

do recebimento, pelas universidades, do material da pesquisa, esclarecer eventuais dúvidas em relação ao fornecimento das informações solicitadas no questionário; agendar uma entrevista com o reitor da universidade no momento subsequente à devolução do questionário ao NUPES.

Com efeito, uma das dificuldades dessa pesquisa foi fazer com que as universidades respondessem ao questionário dentro do prazo previsto. Os questionários foram enviados aos reitores em novembro de 1996. Somente em maio de 1997, foi possível contar com a totalidade dos questionários preenchidos.

- Instrumentos da pesquisa

A pesquisa contou, basicamente, com dois instrumentos para a coleta de informações: questionário e entrevista com os reitores das universidades estaduais.

O questionário abrangeu os seguintes tópicos:

- ano de funcionamento do primeiro curso, ano de reconhecimento como universidade e evolução institucional do estabelecimento;
- áreas da Graduação, incluindo os cursos de Licenciatura, e Pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*);
- criação de novos cursos e fechamento de outros em nível de Graduação, e em especial, criação e extinção de cursos de Licenciatura;
- evolução das taxas de inscrição, matrícula e formados nos cursos de Graduação e Pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*);
- origem geográfica da clientela;
- atividades de extensão e de apoio à comunidade desenvolvidas na universidade e público atendido pelas atividades de extensão;
- titulação do corpo docente e regime de trabalho;
- existência de programas de apoio e/ou incentivos para o aperfeiçoamento do corpo docente;
- atividade de pesquisa e condições de realização e,
- interação com a iniciativa pública e a privada mediante convênios para a atividades de pesquisa e prestação de serviços.

Os temas do roteiro da entrevista procuravam enfatizar os projetos institucionais, as necessidades imediatas, de médio e longo prazos, projetos em andamento visando à interação da universidade estadual com a sociedade. A realização das entrevistas permitiu aprofundar questões preliminarmente abordadas no questionário e introduzir outros temas não contemplados pelo mesmo.

O roteiro da entrevista estava organizado em três partes.

Na primeira parte, solicitava-se ao reitor para expor a especificidade, ou não, de sua instituição em relação às demais instituições de ensino superior da região. As questões formuladas tinham por objetivo resgatar o processo de construção da identidade da instituição.

A segunda parte, tinha um caráter mais objetivo. Compreendia questões relacionadas aos seguintes aspectos: universidade e inserção regional; ensino, pesquisa e extensão; demandas e desenvolvimento regional; política de pessoal; formas de participação na universidade (comunidade interna); os interlocutores da universidade; gestão e finanças. Para finalizar esta segunda parte, solicitava-se ao reitor para expor a existência (ou não) de um projeto maior da universidade – suas diretrizes - e as medidas que estão ou deveriam estar sendo tomadas no sentido de atingir os objetivos institucionais propostos.

A terceira e última parte, na realidade, consistia na verificação de dados fornecidos no questionário preenchido pela universidade que eventualmente apresentassem incongruência ou no aprofundamento de alguma informação relevante presente no formulário.

As entrevistas com os reitores das universidades estaduais foram iniciadas ainda durante a fase de recebimento dos questionários. Os reitores foram entrevistados somente depois de suas respectivas universidades devolverem ao NUPES o questionário respondido. As entrevistas foram realizadas nas próprias universidades por pesquisadores do NUPES ou associados a esse Núcleo⁵ (as Sinopses das entrevistas constam do Anexo II).

⁵ Os pesquisadores que realizaram as entrevistas com os reitores foram: Prof. Dr. Antonio Cesar Perri de Carvalho, Prof. Dr. Carlos Benedito Martins, Profa. Dra. Clarissa Echert Baeta Neves, Prof. Dr. Élcio de Gusmão Verçosa, Profa. Dra. Maria das Graças Medeiros Tavares, Profa. Dra. Maria Helena Magalhães Castro, Dra. Verónica Peñaloza.

Parte II – Características das Universidades Estaduais

O objetivo desta parte é apresentar uma primeira organização e descrição dos dados, um quadro de referência para análises futuras visando à caracterização das universidades estaduais a partir de suas particularidades e projetos institucionais.

- Distribuição das universidades estaduais por região geográfica e Estado

Quatro estados brasileiros detêm quase a metade das 31 universidades estaduais do País. São eles: Paraná (5), Bahia (4), São Paulo (3) e Ceará (3). Oito estados, cinco dos quais localizados na Região Norte, conforme Quadro 5, não contam com universidade estadual⁶.

Na Região Norte existem apenas duas universidades estaduais, predominando, nesta região, as universidades federais. A Região Centro-Oeste conta com duas universidades estaduais; nesta região tende a existir um equilíbrio no número de federais

⁶ São os Estados de Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Mato Grosso do Sul.

(4) e o de particulares (5). Na Região Nordeste encontra-se quase a metade das universidades estaduais do País e nas regiões Sudeste e Sul, as universidades estaduais têm uma participação percentual pequena no total de instituições universitárias, predominando, nestas regiões, os estabelecimentos de ensino superior particulares (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Universidades brasileiras segundo dependência administrativa e região geográfica – 1996

Região geográfica	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Norte	6	2	-	1	9
Nordeste	10	13	-	7	30
Centro-Oeste	4	3	-	5	12
Sudeste	13	7	1	43	64
Sul	6	6	5	19	35
Total	39	31	6	75	151

Fonte: MEC/SEDIA, (1996) para os segmentos das universidades federais e municipais; NUPES/USP, (1996) para os segmentos das universidades estaduais e particulares.

- Criação do primeiro curso e reconhecimento como Universidade

Apesar de as universidades estaduais terem trajetórias diferentes⁷, elas têm pelo menos um traço comum: a maioria é originária de instituições de ensino superior com mais de 30 anos de existência, ou seja, seus primeiros cursos foram criados antes de 1970 (ver Quadro 3).

⁷ A instituição mais antiga ofereceu seu primeiro curso em 1912 e chamava-se, nessa época, Escola Politécnica de Pernambuco. Essa instituição, depois de incorporar vários estabelecimentos isolados privados e transformar-se em fundação estadual, foi reconhecida, em 1991, como universidade, ou seja, depois de 79 anos. Hoje é a Universidade Estadual de Pernambuco (UESP). Em um outro extremo, encontra-se a Universidade Estadual de Tocantins (UNITINS), que ofereceu seu primeiro curso em 1991 e, um ano depois, já foi reconhecida como universidade. A história de sua criação, na realidade, confunde-se com a própria criação do Estado de Tocantins no início da década de 90.

Quadro 3 - Universidades estaduais segundo período de criação de seus primeiros cursos e região geográfica – 1996

Região geográfica	Até 1970	1971 - 80	1981 –90	Sem informação
Norte	1	-	-	1
Nordeste	9	3	1	-
Centro-Oeste	1	1	-	1
Sudeste	5	1	-	1
Sul	5	1	-	-
Total	21	6	1	3

De acordo com o Quadro 4, com exceção da USP, já criada como universidade em 1934, e da UERJ, cujo primeiro curso data de 1950 e foi reconhecida como universidade em 1953, a maioria das instituições só foi reconhecida como universidade a partir dos anos 70. Boa parte delas foi transformada em universidade somente na década de 1990, tendo, portanto, no máximo, cinco anos de existência, como instituição universitária. Oito universidades estaduais ainda se encontram em processo de reconhecimento⁸.

Quadro 4 – Universidades estaduais segundo período do reconhecimento como universidade – 1996

Região	Até 1970	1971 - 1980	1981 -1990	1991 -1996	Em processo
Norte	-	-	-	1	1
Nordeste	-	1	2	7	3
Centro-oeste	-	-	-	1	2
Sudeste	2	2	-	2	1
Sul	-	3	1	1	1
Total	2	6	3	12	8

Considerando-se o ano de criação do(s) primeiro(s) curso(s) e o ano de reconhecimento de cada instituição como universidade, constata-se que o tempo para a

⁸ Ver, no Anexo I, a relação nominal das universidades estaduais, ano de reconhecimento e localização regional.

ocorrência dessa transformação, no segmento das estaduais, é muito variável, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 - Universidades estaduais segundo intervalo de tempo entre ano de criação do primeiro curso e o ano de reconhecimento como universidade – 1996

Região	Concebida como universidade	De 1 a 10 anos	De 11 a 30 anos	Mais de 30 anos	Em processo
Norte	-	1	-	-	1
Nordeste	-	1	3	6	3
Centro-oeste	-	1	-	-	2
Sudeste	2	1	2	1	1
Sul	-	-	5	-	1
Total	2	4	10	7	8

- Trajetória institucional

Até se transformarem em universidades, mais de oitenta por cento das instituições, conforme mostra o Quadro 6, eram estabelecimentos isolados ou federações de escolas ou escolas integradas. Apenas seis instituições foram criadas desde seu início como universidades, o que não significa que tenham sido planejadas como tal.

Quadro 6 - Natureza da instituição de ensino superior antes de tornar-se universidade – 1996

Região	Escola isolada	Federação de escolas/escolas integradas	Criada como universidade
Norte	-	1	1
Nordeste	8	4	1
Centro-Oeste	2	-	1
Sudeste	4	-	3
Sul	5	1	-
Total	19	6	6

Em geral, os estabelecimentos que eram, originariamente, instituições isoladas, federações de escolas ou integradas ampliaram suas respectivas estruturas físicas e acadêmicas mediante processos de fusão e/ou de incorporação de outras instituições. São bastante raros os casos em que o crescimento da instituição com vistas a sua transformação em universidade tenha ocorrido de modo endógeno, ou seja, sem envolver outras instituições de ensino superior.

Na realidade apenas duas foram concebidas como universidades em seus projetos institucionais originais. As demais universidades declararam que, ao serem instituídas como universidade, já existiam como estabelecimentos isolados, públicos ou privados, que se fundiram e foram “estadualizados”.

- Organização administrativa

Conforme constata-se no Quadro 7, a organização por meio de pró-reitorias – administrativas, acadêmicas e outras - é a mais comum nas universidades estaduais. Apenas a Fundação Universidade Estadual de Alagoas, no Estado de Alagoas, não possui essa forma de organização administrativa. Na Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, existem câmaras ao invés de pró-reitorias e em duas universidades estaduais paranaenses existem coordenadorias de ensino no lugar de pró-reitorias. Verifica-se, ainda, que o número de pró-reitorias nas universidades estaduais não tem nenhuma relação com o porte delas em termos de número de cursos oferecidos e de alunos matriculados.

Quadro 7 – Universidades estaduais segundo número e tipo de pró-reitorias – 1996

Universidade Estadual	Pró-Reitorias administrativas	Pró-Reitorias Acadêmicas	Outras pró-reitorias	Total de pró-reitorias
Universidade do Estado do Pará	1	2	1	4
Universidade do Tocantins	1	2		3
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	***	***	***	***
Universidade Estadual de Feira de Santana	1	2	2	5
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1	1		2
Universidade Estadual de Santa Cruz	1	2	1	4
Universidade do Estado da Bahia	1	2	1	4
Universidade Estadual do Ceará	1	2	2	5
Universidade Regional do Cariri		2	2	4
Universidade Vale do Acaraú	2	2	2	6
Universidade Estadual do Maranhão	2	2		4
Universidade Estadual da Paraíba	2	2	2	6
Fundação Universidade de Pernambuco	2	2		4
Universidade Estadual do Piauí	1	2	1	4
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1	2	1	4
Fundação Universidade Estadual de Anápolis		2	1	3
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1	1	1	3
Universidade do Estado do Mato Grosso	1	2		3
Universidade Estadual de Minas Gerais	2	2		4
Universidade Estadual de Montes Claros		2	2	4
Universidade Estadual do Norte Fluminense		*2	*1	*3
Universidade Estadual do Rio de Janeiro		2	1	3
Universidade Estadual Paulista	1	2	1	4
Universidade Estadual de Campinas		3	2	5
Universidade de São Paulo		3	1	4
Universidade Estadual de Londrina	**2	**1	**1	**4
Universidade Estadual de Maringá	2	1	1	4
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	2	1	4
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	**1	**1	**1	**3
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1	2	1	4
Universidade do Estado de Santa Catarina	1	2	1	4

* = Câmaras

** = Coordenadorias

*** = Não tem pró-reitoria ou similar

1. Cursos oferecidos

Conforme mostra o Quadro 8, a grande maioria das universidades estaduais volta-se para a oferta de cursos de Graduação. Cursos de Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos por 25 universidades; cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, por 16 e, em nível de doutorado, por apenas oito.

Quadro 8 –Número de cursos de Graduação e Pós-graduação oferecidos pelas universidades estaduais – 1996

Universidade Estadual	Licenciatura	Graduação	Extensão	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará	4	9	-	-	-	-
Universidade do Tocantins	6	15	-	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	3	9	-	2	-	-
Universidade Estadual de Feira de Santana	8	11	-	20	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	6	12	-	13	1	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	5	13	-	13	3	-
Universidade do Estado da Bahia	6	14	-	1	-	-
Universidade Estadual do Ceará	11	27	16	23	5	-
Universidade Regional do Cariri	6	10	-	11	-	-
Universidade Vale do Acaraú	6	12	-	8	-	-
Universidade Estadual do Maranhão	9	16	-	2	1	-
Universidade Estadual da Paraíba	11	28	26	10	-	-
Fundação Universidade de Pernambuco	6	15	-	7	4	2
Universidade Estadual do Piauí	33	12	-	-	-	-
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	10	15	6	14	1	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	6	11	-	5	-	-
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	5	12	-	-	-	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	24	9	-	11	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	5	5	24	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	9	10	-	14	-	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	-	5	-	-	6	6
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	18	32	38	52	22	6
Universidade Estadual Paulista	55	42	143	30	103	84
Universidade Estadual de Campinas	44	31	-	11	45	40
Universidade de São Paulo	38	68	-	82	266	229
Universidade Estadual de Londrina	14	33	-	65	10	1
Universidade Estadual de Maringá	9	30	2	22	9	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	9	26	-	15	1	-
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	6	13	14	5	1	-
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	10	20	-	10	-	-
Universidade do Estado de Santa Catarina	6	21	-	16	1	-
Total	388	586	269	462	479	369

Cursos de Graduação

Quadro 9 – Número de cursos de Graduação oferecidos pelas universidades estaduais por área do conhecimento – 1996

Universidade Estadual	Ciências Humanas	Ciências Exatas	Ciência Biológicas e da Saúde	Total
Universidade do Estado do Pará	3	1	5	9
Universidade do Tocantins	8	5	2	15
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	5	3	1	9
Universidade Estadual de Feira de Santana	6	2	3	11
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	6	3	3	12
Universidade Estadual de Santa Cruz	8	3	2	13
Universidade do Estado da Bahia	7	5	2	14
Universidade Estadual do Ceará	19	4	4	27
Universidade Regional do Cariri	6	3	1	10
Universidade Vale do Acaraú	7	2	3	12
Universidade Estadual do Maranhão	6	7	3	16
Universidade Estadual da Paraíba	16	5	7	28
Fundação Universidade de Pernambuco	5	5	5	15
Universidade Estadual do Piauí	7	3	2	12
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	10	2	3	15
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	7	3	1	11
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	5	4	3	12
Universidade do Estado do Mato Grosso	7	1	1	9
Universidade Estadual de Minas Gerais	5	0	0	5
Universidade Estadual de Montes Claros	6	2	2	10
Universidade Estadual do Norte Fluminense	1	2	2	5
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	14	10	8	32
Universidade Estadual Paulista	14	15	13	42
Universidade Estadual de Campinas	10	16	5	31
Universidade de São Paulo	27	26	15	68
Universidade Estadual de Londrina	18	6	9	33
Universidade Estadual de Maringá	12	9	9	30
Universidade Estadual de Ponta Grossa	14	8	4	26
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	9	2	2	13
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	11	5	4	20
Universidade do Estado de Santa Catarina	9	9	3	21
TOTAL	288	171	127	586

A concentração de cursos na área de Ciências Humanas (ver no Quadro 9) é um indicador importante dos recursos disponíveis para o ensino nas universidades estaduais. Cursos na área de Ciências Humanas, de maneira geral, requerem menos investimentos com infra-estrutura do que aqueles exigidos pelos cursos nas áreas de Ciências Exatas ou da Saúde e Biológicas, os quais exigem a existência de laboratórios, insumos, equipamentos de precisão entre outros. Com efeito, a concentração de cursos

na área de Ciências Humanas em uma universidade está, em geral, negativamente correlacionada à capacidade de investimentos da instituição.

Entretanto, os dados relativos às matrículas por área de conhecimento, nas universidades estaduais, apresentados na Tabela 4, mostram que a proporção de alunos em cursos na área de Ciências Humanas varia muito de instituição para instituição.

Tabela 4 – Alunos matriculados por área do conhecimento nas universidades estaduais – 1996 (em porcentagem)

Universidade Estadual	Humanas	Exatas	Biológicas e da Saúde	Total
Universidade do Estado do Pará	32,6	11,8	55,6	4.302
Universidade do Tocantins	57,6	25,2	17,2	1.285
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	71,0	18,3	10,7	820
Universidade Estadual de Feira de Santana	59,0	17,6	23,4	3.694
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	52,9	19,4	27,6	1.579
Universidade Estadual de Santa Cruz	72,4	7,6	20,0	4.418
Universidade do Estado da Bahia	80,1	11,4	8,6	6.835
Universidade Estadual do Ceará	78,2	5,5	16,3	10.524
Universidade Regional do Cariri	75,9	9,6	14,5	2.694
Universidade Vale do Acaraú	65,0	18,0	17,0	3.440
Universidade Estadual do Maranhão	66,7	23,6	9,7	720
Universidade Estadual da Paraíba	58,9	12,2	28,9	8.557
Fundação Universidade de Pernambuco	51,2	6,5	42,2	5.044
Universidade Estadual do Piauí	56,8	19,3	23,9	4.813
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	93,3	3,5	3,2	4.107
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	75,7	20,0	4,4	1.598
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	46,5	25,2	28,3	527
Universidade do Estado do Mato Grosso	67,8	11,6	20,6	2.249
Universidade Estadual de Minas Gerais	100,0	0,0	0,0	2.318
Universidade Estadual de Montes Claros	61,3	1,2	37,5	1.619
Universidade Estadual do Norte Fluminense	7,7	38,5	53,8	91
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	47,1	36,0	16,9	15.814
Universidade Estadual Paulista	29,2	40,8	30,0	13.343
Universidade Estadual de Campinas	24,6	56,4	19,0	8.329
Universidade de São Paulo	44,6	32,0	23,3	30.190
Universidade Estadual de Londrina	57,0	13,7	29,3	9.364
Universidade Estadual de Maringá	52,5	24,1	23,4	7.904
Universidade Estadual de Ponta Grossa	60,3	22,6	17,2	6.508
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	75,1	12,8	12,2	2.030
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	80,4	10,5	9,2	4.812
Universidade do Estado de Santa Catarina	38,6	41,1	20,3	4.850
TOTAL	54,7	23,4	21,9	174.378

Conforme consta da Tabela 4, nas universidades estaduais paulistas, por exemplo, que representam o setor mais rico e academicamente produtivo, a proporção de alunos matriculados em cursos na área de Ciências Humanas é sempre menor do que os alunos matriculados na área de Ciências Exatas e nas Biológicas e da Saúde. As demais universidades dos estados da Região Sudeste tendem a seguir esse padrão, constituindo-se em exceções a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG/MG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/MG). Na UEMG, 100,0% dos alunos estão matriculados em cursos de Ciências Humanas e na UNIMONTES, 61,3%. Nesta última, os cursos de Licenciatura e o curso de Pedagogia são o forte da área de Ciências Humanas. Constata-se ainda, que dentre os cursos das áreas de Ciências Exatas e de Biológicas, predominam cursos de formação de professores, com duas exceções: o curso de Medicina, fundado em 1969, com 282 alunos e o de Agronomia, criado em 1996.

Nas universidades estaduais da Região Nordeste, os alunos concentram-se em cursos nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas. Na maior parte delas, os cursos de Licenciatura constituem o carro-chefe da instituição em termos de número de alunos matriculados; FUNESA/AL, UESC/BA, UECE/CE, URCA/CE, UVA/CE, URRN/RN e UESPI/PI são universidades que possuem essa característica, com mais de 70,0% de seus alunos matriculados em cursos voltados para a formação de professores independentemente da área do conhecimento. Em geral, nestas universidades, a diversificação das carreiras tende a ocorrer na própria área de Humanas, com a oferta de cursos de cunho profissional como Direito, Contabilidade, Comunicação Social entre outros. Outro grupo de universidades estaduais ainda na Região Nordeste, é constituído por aquelas que, apesar de concentrarem as matrículas na área de Humanas, oferecem um escopo mais diversificado de cursos. Ainda que nessas instituições os cursos de Licenciatura tenham um lugar de destaque, as carreiras voltadas para a formação de profissões tais como Medicina, Odontologia, Direito e Economia, por exemplo, estão também bem representadas. As universidades que apresentam esse perfil são: UEFS/BA, UESB/BA, UEMA/MA, UEPB/PB e a UPE/PE.

Na Região Sul as universidades estaduais tendem a apresentar um perfil semelhante ao descrito acima. Além dos cursos de Licenciatura, os que mais se destacam nas universidades desta região são os de Engenharia, de Economia e de

Administração (cinco entre as seis universidades oferecem este curso) e o curso de Direito (oferecido por três entre as seis universidades). A única universidade estadual da Região Sul com um perfil fortemente orientado para a oferta de cursos na área de formação de professores é a UNICENTRO/PR. Em contraste com esta universidade, a UEL, também no Estado do Paraná, apresenta um leque de cursos de Graduação mais diversificado.

Na Região Centro-Oeste, a UNEMAT/MT concentra seus cursos na área de formação de professores. Embora a UNIANA/GO e a UEMS/MS também apresentem um percentual expressivo de alunos matriculados em cursos de Licenciatura, constata-se, nestas universidades, a existência de uma grade de cursos mais diversificada. A primeira oferece cursos em Economia, Administração e Engenharia enquanto a UEMS/MS oferece, além dos cursos tradicionais na área de Ciências Sociais Aplicadas, como Direito, Administração, Economia, os cursos de Agronomia, de Veterinária e também cursos paramédicos.

Na Região Norte, a UEPA – uma grande instituição de ensino superior estadual – está fortemente orientada para a oferta de cursos na área de formação de professores. Nesta instituição, apenas quatro cursos oferecidos não são de Licenciatura – um de Medicina e outros três cursos paramédicos, ou seja, todos na área da Saúde. Já a UNITINS/TO, uma universidade mais recente e de menor porte, apresenta um leque mais diversificado de carreiras; além dos cursos de Licenciatura, esta universidade oferece os cursos de Direito, de Arquitetura e Urbanismo, de Administração, de Agronomia, de Engenharia, de Veterinária e outros paramédicos.

Os cursos de Graduação mais procurados - Dos dados relativos aos três cursos que apresentam a maior relação candidatos-vaga em cada uma das universidades estaduais – de acordo com o Tabela 5 – destacam-se os seguintes aspectos: O primeiro é que os cursos tradicionais, como Medicina, Odontologia e Direito, por exemplo, desde que oferecidos, sempre estão entre os mais procurados nos vestibulares das universidades. O segundo aspecto refere-se ao papel diferenciado que as universidades estaduais desempenham em suas respectivas regiões. Assim, a despeito de muitas delas não oferecerem os cursos tradicionalmente valorizados no mercado profissional e, portanto, genericamente com alta demanda, os seus cursos mais procurados nos exames

vestibulares - os de Licenciatura, inclusive - muitas vezes chegam a apresentar uma relação candidatos-vaga equivalente à apresentada pelos primeiros.

Tabela 5 - Cursos com maior relação candidatos-vaga nas universidades estaduais - 1996

Universidade Estadual	Curso	Candidatos/vaga
Universidade do Estado do Pará	Pedagogia/Adm. Escolar	19,6
	Medicina	18,5
	Fisioterapia	17,8
Universidade do Tocantins	Direito	26,6
	Ciências Contábeis	22,4
	Processamento Dados	14,5
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	---	---
Universidade Estadual de Feira de Santana	Odontologia	38,6
	Administração	15,8
	Enfermagem	14,8
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Administração	12,7
	Ciências Contábeis	11,9
	Enfermagem	10,6
Universidade Estadual de Santa Cruz	Direito	23,4
	Enfermagem	9,5
	Administração	8,3
Universidade do Estado da Bahia	Nutrição	48,1
	Comunicação Social	42,9
	Ciências Contábeis/noturno	40,2
Universidade Estadual do Ceará	Administração	37,0
	Ciências Contábeis	29,3
	Nutrição	22,1
Universidade Regional do Cariri	Direito	12,3
	Ciências Econômicas	4,0
	Engenharia de Produção	3,2
Universidade Vale do Acaraú	História	4,6
	Ciências Contábeis	4,5
	Administração	5,4
Universidade Estadual do Maranhão	Formação de Oficiais	20,0
	Administração/vespertino	17,0
	Administração/noturno	15,0
Universidade Estadual da Paraíba	Odontologia	25,0
	Direito	15,1
	Fisioterapia	14,6
Fundação Universidade de Pernambuco	Medicina	28,9
	Odontologia	22,3
	Administração	21,8
Universidade Estadual do Piauí	Ciências da Computação	15,9
	Administração	15,5
	Pedagogia/Magistério	14,0
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	Direito	20,0
	Enfermagem	14,4
	Ciências Contábeis	11,6
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	Engenharia-hab. Eng. Civil	9,2
	Administração	8,1
	Ciências Contábeis	6,7
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Direito/ Três Lagoas	33,4
	Direito/ Paranaíba	17,0
	Ciência da Computação/ Dourados	12,3

Tabela 5 - Cursos com maior relação candidatos-vaga nas universidades estaduais - 1996 (continuação)

Universidade do Estado do Mato Grosso	Direito	13,7
	Ciências Contábeis	5,0
	Ciências Biológicas/Cárceres	3,1
Universidade Estadual de Minas Gerais	Pedagogia	10,5
	Programação Visual	4,7
	Decoração	3,7
Universidade Estadual de Montes Claros	Medicina	44,9
	Direito	18,3
	Pedagogia	7,9
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Medicina	57,6
	Odontologia	39,9
	Comunicação Social	35,1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	---	---
Universidade Estadual Paulista	Medicina/Botucatu	134,7
	Direito/Franca/Matutino	70,4
	Ciências da Computação	49,5
Universidade Estadual de Campinas	Medicina	120,2
	Ciência da Computação/noturno	56,4
	Odontologia	49,1
Universidade de São Paulo	Publicidade e Propaganda/matutino	114,7
	Jornalismo/matutino	69,2
	Publicidade e Propag./noturno	53,5
Universidade Estadual de Londrina	Medicina	43,9
	Odontologia	32,7
	Farmácia	30,9
Universidade Estadual de Maringá	Medicina	40,4
	Odontologia	24,1
	Processamento Dados	20,4
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Odontologia	19,6
	Farmácia	16,2
	Direito	11,2
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	Administração	5,8
	Ciências Contábeis	5,0
	Matemática	3,5
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Administração	13,9
	Ciências Contábeis	13,1
	Engenharia Civil	12,5
Universidade do Estado de Santa Catarina	Fisioterapia	24,7
	Administração	24,4
	Medicina Veterinária	19,3

Na Tabela 6, constam os dez cursos mais procurados nos vestibulares das universidades estaduais. Nota-se nesta relação que depois dos cursos tradicionais – Medicina, Odontologia e Direito – seguem os cursos das áreas de Comunicação, da área Gerencial e da área da Saúde.

Tabela 6 – Frequência dos cursos mais procurados nas universidades estaduais – 1996

Cursos com maior relação candidatos-vaga	Frequência nas universidades estaduais
Odontologia	7
Medicina	6
Direito	5
Comunicação Social	4
Ciências Contábeis	3
Medicina Veterinária	2
Ciências Biológicas; Informática; Fisioterapia e Nutrição	Aparecem como um dos três cursos mais procurados em pelo menos uma universidade

A dinâmica de fechamento e abertura de cursos - Os dados relativos aos cursos que foram fechados e àqueles que passaram a ser oferecidos nos últimos cinco anos pelas universidades estaduais são indicativos dos esforços dessas instituições em se adaptarem às demandas dos estudantes por ensino superior e às demandas do mercado por determinados profissionais. Apesar de essas iniciativas ainda serem muito tímidas comparativamente às das instituições particulares de ensino superior, constata-se, em boa parte das universidades estaduais, a presença de estratégias institucionais com vistas a criar cursos que se supõe serem os mais procurados pela clientela estudantil e descontinuar outros em que a baixa demanda, a alta taxa de evasão e o índice reduzido de concluintes tendem a inviabilizar a sua manutenção nas universidades.

Nos últimos anos, uma das questões que tem preocupado especialistas *e policy makers* da área de ensino superior no País diz respeito à situação dos cursos de Licenciatura. Existe uma suposição generalizada de que os cursos voltados para a formação de professores têm atraído cada vez menos candidatos; ou seja, poucos jovens os têm procurado nos vestibulares e dos que chegam a ingressar, boa parte evade durante o curso ou desiste ao meio do curso e, em consequência, poucos chegam a se formar professores.

Os dados relativos à extinção e abertura de cursos de Graduação nas universidades estaduais permitem colocar novos matizes nessa avaliação. O primeiro aspecto a ser ressaltado é que a situação dos cursos de Licenciatura é muito variada, o que não nos permite afirmar que tais cursos estariam passando por uma crise generalizada de demanda tal como os diagnósticos apressados indicam. O segundo refere-se aos contextos institucional e geográfico em que esses cursos são oferecidos; ou

seja, o suposto problema da diminuição da demanda por cursos de Licenciatura está relacionado, sobretudo, à extensão do leque de oferta de cursos nas regiões geográficas. Com efeito, nas diferentes regiões geográficas e/ou nas microregiões onde existe uma oferta pouco diversificada de cursos e um mercado profissional mais restrito, os cursos de Licenciatura ainda atraem um bom número de alunos.

Conforme vimos anteriormente, em algumas universidades estaduais os cursos de Licenciatura estão entre os três cursos mais procurados, apresentando, às vezes, uma relação candidatos-vaga superior à de cursos oferecidos por outras instituições, os quais genericamente gozam de maior prestígio e supostamente seriam mais procurados.

A análise da dinâmica de fechamento e abertura de cursos mostra, por exemplo, que nas universidades estaduais os cursos de Licenciatura longe de estarem sendo extintos e substituídos por cursos de bacharelado, eles próprios estão se substituindo. De acordo com os dados, a extinção de alguns cursos de Licenciatura nas universidades estaduais é paralela à criação de outros cursos de Licenciatura. Nesse movimento, verificam-se as seguintes tendências:

- fechar os cursos conhecidos como “Licenciaturas curtas” de Ciências para 1º e 2º Graus e, em seu lugar criar cursos de Licenciatura em Química e em Ciências Biológicas, por exemplo;
- extinguir o curso de Licenciatura em Estudos Sociais e em seu lugar abrir curso de Licenciatura em Geografia;
- substituir as habilitações em Línguas como Sânscrito e Francês dos cursos de Letras por habilitação em Espanhol; extinguir a Licenciatura em Desenho do curso de Educação Artística, mas não extinguir a Licenciatura em Educação Artística;
- extinguir o curso de Pedagogia e a partir de suas habilitações criar novos cursos. O curso de Administração Escola/Empresa é um exemplo delas.

Os outros cursos de Graduação, em fase de implantação, apresentam a seguinte dinâmica:

- cursos tradicionais na área de Ciências da Saúde (Medicina, Enfermagem, Odontologia). Também nessa área, destacam-se os cursos de Educação Física e de Psicologia;

- cursos na área de gerenciamento, como Administração, Sistema de Informática, Comércio Exterior, Direito (Regiões Norte e Sudeste).
- cursos de cunho tecnológico, como Tecnologia de Pesca, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Saneamento Ambiental, Tecnologia em Madeira, Tecnologia em Turismo, entre outros;
- implantar cursos recentemente oferecidos como de nível superior e/ou a partir de habilitações de cursos já existentes, criar novas carreiras: Estilismo em Modas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Comunicação Social - habilitação em Radialismo e Rádio Difusão (Região Nordeste);
- extinguir cursos de Tecnologia que correspondam a um curso similar na área, porém não de cunho tecnológico. Exemplo: extinguir Tecnologia em Processamento de Dados quando a universidade oferece o curso de Ciência da Computação;
- na área de Engenharia também estão ocorrendo mudanças. Os cursos de Engenharia que estão sendo criados nas universidades estaduais não são mais os tradicionais como Civil, Mecânica etc., mas são os cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrico-eletrônico, Engenharia de Pesca, Engenharia Ambiental, entre outros.

Dois vetores orientam essa dinâmica de extinção e criação de novos cursos: o mercado, em termos da demanda da clientela, com o qual a universidade interage freqüentemente por meio do indicador candidatos/vaga e a busca do estabelecimento no sentido de uma maior interação da universidade com a realidade social e econômica da região onde está inserida. Nesse sentido, nota-se a tentativa de algumas universidades em se adequarem às demandas locais de forma a orientar seus próprios projetos institucionais; alguns desses projetos apontam claramente para o compromisso da universidade com o desenvolvimento da região onde está localizada.

Para finalizar, é importante observar que a dinâmica de extinção/criação de cursos de Graduação atende, em parte, à necessidade de diferenciação das universidades estaduais na busca de suas “vocações”. Em parte porque por mais profundas que sejam as mudanças no leque de cursos oferecidos pela instituição, buscando adequarem-se às

demandas da sociedade, ainda permanece como referência, nessas instituições, o modelo de cursos tradicionais e de caráter profissionalizante, os quais lhes conferem como, por exemplo, os cursos de Medicina e de Odontologia.

Cursos de Pós-graduação

Quadro 10 –Número de alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) nas universidades estaduais – 1996

Universidade Estadual	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará	-	-	-
Universidade do Tocantins	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	47	-	-
Universidade Estadual de Feira de Santana	482	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	400	9	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	383	23	-
Universidade do Estado da Bahia	35	-	-
Universidade Estadual do Ceará	607	80	-
Universidade Regional do Cariri	387	-	-
Universidade Vale do Acaraú	140	-	-
Universidade Estadual do Maranhão	145	15	-
Universidade Estadual da Paraíba	251	-	-
Fundação Universidade de Pernambuco	1053	42	21
Universidade Estadual do Piauí	-	-	-
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	300	10	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	131	-	-
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	-	-	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	590	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	637	-	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	-	91	76
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	913	774	74
Universidade Estadual Paulista	418	3.395	1.382
Universidade Estadual de Campinas	197	4.054	3.540
Universidade de São Paulo	1.192	8.024	6.060
Universidade Estadual de Londrina	730	290	9
Universidade Estadual de Maringá	707	237	15
Universidade Estadual de Ponta Grossa	465	38	-
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	141	68	-
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	415	-	-
Universidade do Estado de Santa Catarina	387	4	-

(-) Universidades que não oferecem cursos de mestrado e/ou doutorado.

De acordo com os Quadros 8 e 10, relativos à participação dos cursos de Pós-graduação no conjunto das atividades de ensino realizadas pelas universidades estaduais, é possível agrupar essas instituições em quatro subconjuntos.

O primeiro é constituído por universidades que têm concentrado seus esforços apenas na oferta de cursos de Graduação. Nestas universidades, os cursos de Pós-graduação inexistem ou contam com um número muito reduzido de alunos matriculados, que, em geral, se concentram em cursos de Especialização. Fazem parte deste conjunto, as universidades: FUNESA, UNEB, UVA, UEMA e UESPI, todas localizadas em estados da Região Nordeste; UNIANA e UEMS, situadas na Região Centro-Oeste e a UEMG, na Região Sudeste.

O segundo subconjunto é formado por universidades estaduais nas quais se constata um esforço específico voltado para a Pós-graduação *lato sensu*. Trata-se de cursos pós-graduados com carga horária mínima de 360 horas-aula e concebidos como cursos de Especialização. Em muitas instituições, verifica-se, ainda, a existência de alguma atividade vinculada à Pós-graduação *stricto sensu*, especificamente o mestrado. Entretanto, nestes casos, além de o número de cursos de mestrado oferecidos ser muito limitado, tais cursos atendem a uma proporção muito reduzida de alunos matriculados. Em geral, o percentual de alunos matriculados em cursos de mestrado nestas universidades jamais ultrapassa a faixa de 12,0% em relação ao total de matrículas em Pós-graduação. As universidades cujas características se enquadram neste conjunto são: UEFS, UESB, UESC, UECE, URCA, UEPB e URRN, na Região Nordeste; UNEMAT, na Região Centro-Oeste; UNIMONTES, no Sudeste; UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE e UDESC, no Sul.

O terceiro subconjunto – menor, mas com forte impacto regional – é formado pelas universidades estaduais que diversificam suas atividades na Pós-graduação entre cursos de Especialização e de mestrado. As universidades com essas características são: UERJ, na Região Sudeste; UEL e UEM, na Região Sul. Essas três universidades oferecem alguns programas de doutorado; entretanto, em nenhuma delas, os alunos matriculados em nível de doutorado representam mais de 10,0% em relação ao total de alunos de Pós-graduação.

Por fim, o quarto grupo é composto pelas universidades estaduais nas quais as matrículas em programas de doutorado representam no mínimo 40,0% em relação ao total de matrículas em Pós-graduação. Fazem parte deste subconjunto a USP, UNICAMP, UNESP, no Estado de São Paulo e a UENF, no Estado do Rio de Janeiro.

2. Corpo Docente

Titulação acadêmica

Considerando-se os dados relativos à titulação acadêmica do corpo docente, resumidos no Quadro 11, é possível distinguir no segmento das universidades estaduais cinco conjuntos.

Quadro 11 – Número de docentes nas universidades estaduais por titulação acadêmica – 1996

Universidade Estadual	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Universidade do Estado do Pará*	-	-	-	-
Universidade do Tocantins	88	137	85	7
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	10	36	18	0
Universidade Estadual de Feira de Santana	182	206	155	10
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	49	167	89	9
Universidade Estadual de Santa Cruz	119	109	31	14
Universidade do Estado da Bahia	72	291	153	13
Universidade Estadual do Ceará	308	467	237	47
Universidade Regional do Cariri	98	52	9	2
Universidade Vale do Acaraú	117	90	47	9
Universidade Estadual do Maranhão	291	295	78	16
Universidade Estadual da Paraíba	226	381	236	51
Fundação Universidade de Pernambuco	128	464	182	45
Universidade Estadual do Piauí	103	146	14	0
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	119	204	58	2
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	26	91	17	3
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	22	61	11	1
Universidade do Estado do Mato Grosso	291	58	5	0
Universidade Estadual de Minas Gerais	216	89	51	15
Universidade Estadual de Montes Claros	29	325	21	0
Universidade Estadual do Norte Fluminense	0	0	0	154
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	355	358	787	357
Universidade Estadual Paulista	264	117	1.163	1.908
Universidade Estadual de Campinas	342	0	435	1.491
Universidade de São Paulo	99	0	760	4.012
Universidade Estadual de Londrina	424	369	540	288
Universidade Estadual de Maringá	330	209	525	205
Universidade Estadual de Ponta Grossa	199	282	169	43
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	66	102	55	4
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	105	235	140	8
Universidade do Estado de Santa Catarina	100	191	203	50
Total	4.778	5.532	6.274	8.764

* Sem informação

No primeiro conjunto, estão as universidades que possuem um corpo docente em que predominam professores graduados. Esse grupo é minoritário no conjunto do segmento das universidades estaduais

O segundo é formado por universidades em cujo corpo docente predominam professores com graduação e Especialização; nele, ainda, a proporção de professores com títulos de mestre é inexpressiva em relação ao total de docentes dessas universidades. Trata-se de um grupo mais numeroso. Fazem parte dele as universidades localizadas na Região Nordeste e na Sudeste.

O terceiro grupo de universidades é constituído por aquelas em que se identifica uma presença significativa de professores com mestrado (mais de 20,0% do corpo docente) e uma minoria de docentes com título de Doutor. As universidades que se enquadram neste grupo estão localizadas nas Regiões Norte, Nordeste e Sul.

O quarto conjunto é formado por um número reduzido de universidades em que se verifica a presença significativa de professores com mestrado (mais de 30,0%) e também um índice expressivo, mas não majoritário, de professores com doutorado (mais de 15,0%). As universidades com este quadro de titulados estão situadas nas Regiões Sudeste e Sul.

Por fim, o quinto conjunto é constituído pelas universidades paulistas em que o corpo docente é formado por mais de 50,0% de Doutores.

O Quadro 12 sintetiza essa análise.

Com efeito, a distribuição das corpo docente das universidades estaduais por nível de titulação apresenta um corte regional bem demarcado. Nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste predominam universidades em que o corpo docente tende a ser composto por especialistas; constata-se ainda em algumas destas instituições uma presença maior de Mestres. Nas Regiões Sul e Sudeste encontram-se as universidades em que predominam professores com mestrado, sendo que em algumas delas registra-se uma presença expressiva de docentes com doutorado. Apenas nas universidades paulistas e na Universidade Norte-Fluminense constata-se uma participação majoritária de professores-doutores.

Esses dados permitem estabelecer uma relação entre a composição do corpo docente por grau de titulação e o perfil de atividades da universidade no ensino pós-graduado. Em primeiro lugar, como se supõe, as universidades que possuem um quadro

docente formado principalmente por graduados não desenvolvem atividades de Pós-graduação. As universidades onde predominam professores especialistas tendem a concentrar suas atividades de Pós-graduação *lato sensu*, oferecendo também um bom número de cursos de curta duração, como extensão, difusão cultural, cursos de férias, entre outros. A organização de programas de mestrado está associada a existência de uma proporção expressiva de professores com pelo menos esse grau de titulação. Constata-se ainda nestas universidades que a reduzida presença de professores com doutorado não representa um obstáculo para a universidade mostrar-se ativa na organização de programas de mestrado. Todavia, deve-se notar, que os programas de doutorado só adquirem vulto na universidade quando esta conta com uma proporção majoritária de professores com essa titulação. Neste sentido, os programas de doutorado só se tornam numericamente expressivos nas universidades em que mais de 50,0% de seus docentes são doutores.

Quadro 12 – Grupos de universidades estaduais por titulação docente – 1996

Grupos por titulação	Universidades estaduais
Grupo 1 (predomínio de docentes com graduação)	Universidade Estadual de Minas Gerais Universidade Regional do Cariri Universidade Vale Acaraú
Grupo 2 (predomínio de docentes com graduação e Especialização; presença significativa de Mestres e raros Doutores)	Fundação Universidade de Pernambuco Fundação Universidade Estadual de Alagoas Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Estadual de Montes Claros Universidade Estadual de Santa Cruz Universidade Estadual do Maranhão Universidade Estadual do Piauí Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Regional do Rio Grande do Norte
Grupo 3 (presença expressiva de Mestres e alguns Doutores)	Universidade do Centro-Oeste do Paraná Universidade do Estado da Bahia Universidade do Estado de Santa Catarina Universidade do Oeste do Paraná Universidade do Tocantins Universidade Estadual da Paraíba Universidade Estadual de Feira de Santana Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Estadual do Ceará Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Grupo 4 (índice superior a 30,0% de professores com mestrado e presença significativa de Doutores)	Universidade do Estadual do Rio de Janeiro Universidade Estadual de Londrina Universidade Estadual de Maringá
Grupo 5 (Doutores constituindo mais de 55,0% do corpo docente)	Universidade de Campinas Universidade de São Paulo Universidade do Norte Fluminense Universidade Estadual Paulista

Regime de trabalho

Conforme se constata na Tabela 7, o número de docentes nas universidades estaduais é muito variado. O menor corpo docente, formado por 64 professores, é o da Fundação Universidade Estadual de Alagoas, e o maior, da Universidade de São Paulo, composto por cerca de 5 mil professores.

Tabela 7 – Número e percentual de professores em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva nas Universidades Estaduais – 1996

Universidade Estadual	Percentual de docentes em regime de dedicação exclusiva	Total de Docentes
Universidade do Estado do Pará	-	-
Universidade do Tocantins	77,5	315
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	-	64
Universidade Estadual de Feira de Santana	89,3	553
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	-	-
Universidade Estadual de Santa Cruz	65,9	273
Universidade do Estado da Bahia	66,9	682
Universidade Estadual do Ceará	48,8	1.059
Universidade Regional do Cariri	90,1	161
Universidade Vale do Acaraú	54,8	263
Universidade Estadual do Maranhão	86,9	680
Universidade Estadual da Paraíba	89,2	898
Fundação Universidade de Pernambuco	-	-
Universidade Estadual do Piauí	79,8	263
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	70,5	383
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	67,3	147
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	86,3	95
Universidade do Estado do Mato Grosso	0,0	354
Universidade Estadual de Minas Gerais	51,9	216
Universidade Estadual de Montes Claros	30,4	372
Universidade Estadual do Norte Fluminense	100,0	154
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	66,2	1.915
Universidade Estadual Paulista	95,0	3.406
Universidade Estadual de Campinas	0,0	2.268
Universidade de São Paulo	75,4	4.871
Universidade Estadual de Londrina	75,1	1.621
Universidade Estadual de Maringá	84,8	1.269
Universidade Estadual de Ponta Grossa	48,9	693
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	62,1	227
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	68,2	488
Universidade do Estado de Santa Catarina	74,4	544

Na quase totalidade das universidades estaduais mais de 50,0% dos docentes são contratados em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva. As duas

universidades que fogem a esse padrão são a UECE/CE, em que o índice de docentes contratados em regime de tempo integral não chega a 50,0% e a UNIMONTES/MG, onde os professores com este regime de trabalho perfazem cerca de 30,0% do total do corpo docente.

A análise desses dados possibilita agrupar as universidades em dois grandes subconjuntos. As universidades que compõem o primeiro grupo possuem cerca de 50,0% de seus docentes com contrato de tempo integral. Trata-se das seguintes universidades: UESC/SC, UNEB/BA, UECE/CE e UVA/CE, na Região Nordeste; UNIAMA/GO, na Região Centro-Oeste; UEMG/MG, UERJ/RJ, na Região Sudeste, UEPG/PR, UNICENTRO/PR e UNIOESTE/PR, na Região Sul. No segundo, os subconjuntos estão as universidades que possuem mais de 70,0% de seus docentes em contrato de dedicação exclusiva ou tempo integral. São elas: UNITINS/TO, na Região Norte; FUNESA/AL, UEFS/BA, UCA/CE, UEMA/MA, UEPB/PB e UESPI/PI, na região Nordeste; UEMS/MS, na Região Centro-Oeste; UENF/RJ, USP/SP, UNESP/SP, UNICAMP/SP, na Região Sudeste; UEL/PR e UEM/PR, na Região Sul.

Considerando-se esses dados e aqueles relativos ao perfil das universidades estaduais nas atividades em nível de Pós-graduação, especialmente os dados referentes à titulação do corpo docente, constata-se que existe uma relativa independência entre essas duas variáveis. É verdade que as universidades com um percentual menos expressivo de contratos de tempo integral – em torno de 50,0% - em geral são as mesmas que não contam com um número significativo de professores com doutorado. Entretanto, para qualquer outro nível de titulação que se considere, também não se constata uma correlação entre o percentual de docentes com contrato de tempo integral e o grau de titulação. Do mesmo modo não é possível estabelecer uma relação direta entre o volume de atividades em cada uma das universidades em nível de Pós-graduação e o aumento do número de docentes com dedicação exclusiva. Um índice significativo desse tipo de contrato pode ser constatado tanto entre as universidades cuja atividade acadêmica concentra-se apenas na Graduação como também em instituições que desenvolvem um número grande de programas de mestrado. Conclui-se, assim, que o aumento de contratos que impliquem em dedicação integral do professor na universidade está condicionada por fatores outros – disponibilidade orçamentária da

instituição, interesse do professor – que não o grau de sua titulação e/ou de seu envolvimento com atividades acadêmicas em nível de Pós-graduação.

Incentivos para aperfeiçoamento

Conforme se vê no Quadro 13, 28 das 31 universidades estaduais contam com algum programa voltado para o aperfeiçoamento de seus docentes.

Quadro 13 – Universidades estaduais e as iniciativas para o aperfeiçoamento do corpo docente – 1996

Região geográfica	Programas de qualificação	Incentivos			Total
		Redução de carga horária sem prejuízo de salário para cursar Pós-graduação.	Cursos de férias e outros dirigidos aos professores da própria universidade.	Serviços de assessoria e/ou orientação pedagógica para professores.	
Norte	2	2	1	1	2
Nordeste	13	11	10	7	13
Centro-Oeste	2	3	3	2	3
Sudeste	5	5	2	1	7
Sul	6	6	4	2	6
Total	28	27	20	13	31

As exceções são USP, UENF (Região Sudeste) e UEMS (Região Centro-Oeste). A inexistência de programas nas duas primeiras deve-se ao fato de estas instituições terem como política de contratação de docentes somente aqueles portadores de título, preferencialmente de Doutor.

Quanto aos tipos de incentivos existentes nas universidades estaduais, a redução da carga horária, sem prejuízo de salário, para o professor poder cursar a Pós-graduação é o mais recorrente. Essa condição de estímulo contrasta com os incentivos existentes para o fomento da pesquisa na universidade. Os cursos de férias e outros dirigidos aos professores da instituição são atividades declaradas por 20 do total de 31 universidades estaduais. Já os serviços de orientação pedagógica para os professores são mais freqüentes nas universidades estaduais que concentram seus cursos na área de Licenciatura.

3. Corpo Discente

Graduação

Conforme se verifica na Tabela 8, em 1996, as universidades estaduais 174.378 alunos matriculados em cursos de Graduação⁶. A distribuição regional das matrículas nessas universidades é bastante desigual. Na Região Sudeste estão concentrados 71.740 alunos, o que corresponde a 41,1% do total de matrículas de Graduação no segmento das universidades estaduais do País. Segue-se a Região Nordeste, cujas universidades estaduais, com 57.245 alunos matriculados, representam 32,8% do total de matrículas neste segmento. Por sua vez, a proporção de alunos matriculados nas universidades estaduais das Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste representa menos de um terço do total de matrículas neste segmento universitário do País.

Tabela 8 – Percentual de alunos de Graduação matriculados nas universidades estaduais em relação ao número total de alunos matriculados de ensino superior, por região geográfica – 1996

Região geográfica	Total de alunos matriculados	Percentual de alunos matriculados nas universidades estaduais
Norte	5.587	3,2
Nordeste	57.245	32,8
Centro-Oeste	4.374	2,5
Sudeste	71.704	41,1
Sul	35.468	20,3
Total	174.378	100,0

A desigualdade constatada não ocorre apenas entre as diferentes regiões geográficas do

⁶ Deve ser notado que a soma do número de alunos matriculados das 31 universidades estaduais pesquisadas não corresponde exatamente ao total de alunos matriculados no segmento das universidades estaduais, segundo os dados do MEC apresentados na página 6 deste estudo.

País. No interior de cada região, o número de alunos matriculados em cada uma das 31 universidades estaduais varia muito em um intervalo compreendido entre 246 alunos, como é o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro – e 30.119 alunos – como o da Universidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A despeito dessa variação, é possível identificar uma tendência de padrões regionais e/ou estaduais. Ou seja, universidades de uma mesma região ou de um mesmo Estado tendem a se enquadrar em uma mesma escala de tamanho ou em intervalos próximos no que diz respeito ao número de alunos matriculados na Graduação.

Quadro 14 – Número de alunos matriculados na Graduação nas universidades estaduais por região geográfica – 1996

Região geográfica	Menos de 2 mil	Mais de 2 até 5 mil	Mais de 5 até 10 mil	Mais de 10 até 20 mil	Mais de 20 mil	Total
Norte	1	1	-	-	-	2
Nordeste	3	6	3	1	-	13
Centro-Oeste	2	1	-	-	-	3
Sudeste	2	1	1	2	1	7
Sul	-	3	3	-	-	6
Total	8	12	7	3	1	31

Conforme mostra o Quadro 14, as universidades estaduais localizadas na Região Sul são, em geral, de pequeno para médio porte, tendo entre mais de 2 mil até 10 mil alunos matriculados na Graduação. As três universidades da Região Centro-Oeste são de pequeno porte: duas têm menos de 2 mil alunos matriculados e outra tem pouco mais deste contingente. No Norte, as duas universidades estaduais têm entre 1 e 5 mil alunos. No Nordeste, 12 dentre as suas 13 universidades estaduais são de tamanho médio, tendo entre 2 a 10 mil alunos de Graduação. No Sudeste, encontram-se as três maiores universidades estaduais do País - a USP, a UNESP e a UNICAMP, no Estado de São Paulo, e a menor de todas, a UENF, no Estado do Rio de Janeiro.

Áreas de concentração das matrículas - Do total de alunos matriculados nas universidades estaduais, 54,7% estão nas áreas de Ciências Humanas, 23,4% em cursos na área de Ciências Exatas e 21,9% nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. Constatase que a área de Ciências Humanas, no conjunto das universidades estaduais, é a que oferece o maior número de vagas e, em razão disso, possui a maior proporção de alunos matriculados no conjunto das três áreas do conhecimento (ver Tabela 9). Entretanto, a proporção das matrículas na área de Ciências Humanas nas universidades estaduais varia nas diferentes regiões geográficas, conforme já foi notado na análise dos cursos oferecidos por estas universidades. Enquanto nas universidades estaduais das Regiões Norte e Sudeste, os alunos matriculados na área de Ciências Humanas representam, respectivamente 38,3% e 42,1% do total de matrículas, nas universidades localizadas nas Regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, eles representam cerca de 60,0% em relação ao total de matrículas.

Tabela 9 – Porcentagem de alunos matriculados nas universidades estaduais por área do conhecimento e região geográfica – 1996

Região geográfica	Área do conhecimento			Total
	Humanas	Exatas e Tecnológicas	Biológicas e da Saúde	
Norte	38,3	14,9	46,8	5.587
Nordeste	68,9	11,0	20,1	57.245
Centro-Oeste	68,1	16,3	15,6	4.374
Sudeste	42,1	35,6	22,3	71.704
Sul	58,3	20,9	20,8	35.468

Licenciatura

No conjunto das universidades estaduais, o percentual de alunos matriculados em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação é pouco mais de um terço. Conforme mostra a Tabela 10, as maiores proporções de matrículas em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas na Graduação encontram-se nas universidades estaduais das Regiões Centro-Oeste, seguida do Nordeste e as menores, nas universidades estaduais da Região Sudeste.

Tabela 10 – Alunos matriculados na Licenciatura em relação ao total de matrículas na Graduação nas universidades estaduais, por região geográfica – 1996 (em percentual)

Região geográfica	Matrículas de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação
Norte	30,0
Nordeste	57,0
Centro-Oeste	66,0
Sudeste	19,0
Sul	35,0

Considerando-se as universidades estaduais individualmente é possível agrupá-las em cinco conjuntos em função do número dos alunos matriculados em cursos de formação de professores. O primeiro conjunto - o menor - é formado pelas universidades nas quais o percentual de matrículas em cursos de Licenciatura é inferior a 10,0%. O segundo grupo é constituído por universidades em que os percentuais dos alunos matriculados em cursos de Licenciatura varia entre 11,0% e 30,0% do total de matrículas na Graduação. No terceiro conjunto, estão as universidades em que os índices de matrículas na Licenciatura representam de 31,0% a 50,0% do total de seus alunos. O quarto conjunto é formado pelas universidades em que os alunos matriculados em cursos de Licenciatura representam de 51,0% a 70,0% do total de matrículas. Por fim, o último conjunto agruparia as universidades voltadas predominantemente para a oferta de cursos de Licenciatura, de forma que os alunos matriculados nesses cursos constituem mais de 70,0% do total de alunos matriculados na Graduação. O Quadro 15 mostra a distribuição das 31 universidades estaduais, com os cinco agrupamentos.

Quadro 15 – Universidades estaduais segundo a proporção de alunos matriculados em cursos de Licenciatura em relação ao total de matrículas de Graduação – 1996

Não oferecem	De 11,0% a 30,0%	De 31,0% a 50,0%	De 51,0% a 70,0%	71,0% e mais
UENF/RJ UERJ/RJ	UNITINS/TO UNICAMP/SP USP/SP UEM/PR	UEPA/PA UEFS/BA UEPB/PB UPE/PE UNIANA/GO UNIMONTES/MG UNESP/SP UEPG/PR UNIOESTE/PR UDESC/SC UEL/PR	UESB/BA UESC/BA UECE/BA URCA/CE UVA/CE UEMA/MA URRN/RN UEMS/MS UNICENTRO/PR UEMG/PR	FUNESA/AL UNEB/BA UNESP/SP UNEMAT/MT

Pós-graduação – *lato sensu e stricto sensu*

Especialização – Do total de 31 universidades estaduais, 25 têm, atualmente, alunos matriculados em cursos de Especialização. O número de alunos matriculados nestes cursos variava em 1995, entre menos de 50 alunos a 5 mil, conforme mostra o Quadro 16.

Quadro 16 – Universidades estaduais que oferecem cursos de Especialização e número de alunos inscritos – 1995

Menos de 50	De 100 a 500	Mais de 500 a 1.000	Mais de 1.000 a 5.000
FUNESA/AL UNEB/BA	UEFS/BA UESB/BA UESC/BA URCA/CE UVA/CE UEMA/MA UEPB/PB URRN/RN UEPG/PR UNICENTRO/PR UNIOESTE/PR UDESC/SC UNESP/SP UNICAMP/SP UNIANA/GO	UECE/CE UNEMAT/MT UNIMONTES/MG UERJ/RJ UEL/PR UEM/PR	UPE/PE USP/SP

Mestrado - Para a maioria das 16 universidades estaduais que oferecem programas de mestrado, a proporção de alunos matriculados nestes cursos não chega a representar um por cento do total das matrículas de Graduação. Em muitas delas, o número de alunos matriculados em cursos de mestrado é inferior a 50, conforme mostra o Quadro 17.

Quadro 17 - Universidades estaduais segundo número de alunos matriculados em cursos de mestrado – 1996

Menos de 50	De 50 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 5.000	Mais de 5.000
UESC/BA UEMA/MA UEPG/PR URRN/RN UPE/PE UESB/BA UDESC/SC	UENF/RJ UECE/CE UNICENTRO/PR	UEL/PR UEM/PR	UERJ/RJ	UNICAMP/SP UNESP/SP	USP/SP

As oito universidades estaduais que oferecem cursos de doutorado apresentam realidades bem distintas: enquanto em três, o número de alunos matriculados nesses programas é superior a mil nas demais não chegam a cem.

Quadro 18 – Universidades estaduais segundo o número de alunos matriculados em cursos de doutorado – 1996

Menos de 50	De 51 a 100	De 1.000 a 5.000	Mais de 5.000
UPE/PE UEM/PR UEL/PR	UERJ/RJ UENF/RJ	UNESP/SP UNICAMP/SP	USP/SP

Cursos de Extensão

Das 31 universidades estaduais, apenas 10 tinham, em 1995, alunos matriculados em cursos de Extensão (aperfeiçoamento, reciclagem, cursos de férias, difusão cultural, entre outros). O número desses alunos varia em conformidade com o volume de cursos oferecidos, podendo ter 10 ou mais de mil alunos. A partir dos dados coletados, identificam-se três conjuntos de universidades estaduais: um grupo, o maior, que se caracteriza por não oferecer cursos não regulares voltados à comunidade externa; um segundo grupo formado por universidades que registram um público de até 500 alunos e, por fim, um terceiro grupo que reúne universidades cujos cursos de extensão mobilizam, anualmente, uma clientela de mais de mil pessoas.

Quadro 19– Universidades estaduais e número de alunos matriculados em cursos de Extensão – 1996

Até 500 alunos	Mais de 1000 alunos
UECE/CE UEPB/PB URRN/RN UEMG/MG UEM/PR	UERJ/RJ UNESP/SP UNICAMP/SP USP/SP UNICENTRO/PR

Quadro 20 – Universidades estaduais e as iniciativas para o desenvolvimento da atividade de pesquisa – 1996

Região Geográfica	Bolsa de iniciação para alunos	Espaço físico e equipamentos de secretaria	Serviços de secretaria	Auxílio p/ impressão de relatórios, materiais etc.	Laboratórios	Materiais	Ajuda de Custos	Redução da carga didática	Ajuda de custos p/ seminários, congressos	Acréscimo no salário docente	Total
Norte	1	1									2
Nordeste	11	9	8	8	9	8	9	8	10	4	13
Centro-Oeste	1	3	2	2	3	1	2	3	3		3
Sudeste	6	5	5	5	5	5	4	2	5	1	7
Sul	6	6	6	6	6	5	5	6	6	1	6
Total	25	24	21	21	23	19	20	19	24	6	31

4. A pesquisa e a prestação de serviços

As estratégias e iniciativas institucionais associadas ao desenvolvimento da pesquisa nas universidades estaduais são muito diversificadas e estão relacionadas a duas variáveis: a região de localização dessas instituições e o grau de institucionalização da pesquisa.

Constata-se, ainda, que para o conjunto das universidades estaduais, as iniciativas no sentido de redução da carga didática do docente e de acréscimo financeiro ao seu salário são menos recorrentes do que a adoção de iniciativas relativas às condições materiais e institucionais de desenvolvimento da pesquisa. Talvez isso se deva ao fato de muitas dessas universidades não contarem com um corpo docente suficientemente titulado para a coordenação de atividades de pesquisa.

A interação da universidade com a iniciativa privada e com os órgãos públicos - Conforme se constata no Quadro 21, do total de 31 universidades estaduais, 26 prestam algum tipo de serviço a empresas públicas e/ou privadas. Dentre os serviços prestados por estas universidades destacam-se a organização de cursos, as atividades de consultoria e de extensão universitária.

Quadro 21 – Universidades estaduais e a prestação de serviços por tipo de empresa contratante e tipo de atividade – 1996

Região geográfica	Tipo de empresa			Tipo de atividade				Total
	Pública	Privada	Ambas	Organização de cursos	Pesquisa e desenvolvimento regional	Consultoria e extensão	Convênios múltiplos	
Norte	1		1	1	1		1	2
Nordeste	4		7	10	4	7	4	13
Centro-Oeste	1		1	2	1	1		3
Sudeste	-		5	5	5	5	4	7
Sul	1		5	3	4	4	2	6
Total	7		19	21	15	17	11	31

Ainda de acordo com o Quadro 21, verifica-se que a prestação de serviços está presente em quase todas universidades estaduais. Do total, apenas cinco universidades (uma no Norte, uma no Nordeste e duas no Sudeste) não declararam prestar serviços à iniciativa pública e/ou à privada.

5. Estrutura Física

Área construída

Quadro 22 – Universidades e área total construída por região geográfica – 1996

Universidade Estadual	Área Inicial em m ²	Área Atual em m ²
Universidade do Estado do Pará	38.000	30.683
Universidade do Tocantins	*	11.128
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	–	–
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	340	52.156
Universidade Estadual de Feira de Santana	–	15.200
Universidade Estadual de Santa Cruz	–	380.000
Universidade do Estado da Bahia	6.996	89.468
Universidade Estadual do Ceará	–	–
Universidade Regional do Cariri	1.220	–
Universidade Vale do Acaraú	3.200	17.250
Universidade Estadual do Maranhão	1.036	40.187
Universidade Estadual da Paraíba	7.662	*
Fundação Universidade de Pernambuco	–	94.264
Universidade Estadual do Piauí	5.405	24.434
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1.153	20.838
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	1.092	7.913
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	20.051	20.051
Universidade do Estado do Mato Grosso	–	1.687
Universidade Estadual de Minas Gerais	–	15.652
Universidade Estadual de Montes Claros	800	23.909
Universidade Estadual do Norte Fluminense	46.281	46.281
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	–	656.544
Universidade Estadual Paulista	–	546.412
Universidade Estadual de Campinas	–	450.696
Universidade de São Paulo	–	1.273.848
Universidade Estadual de Londrina	925	150.164
Universidade Estadual de Maringá	–	*
Universidade Estadual de Ponta Grossa	–	119.744
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	3.000	22.372
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	–	69.334
Universidade do Estado de Santa Catarina	–	51.912

*Sem informação sobre área construída

Em relação à área total construída, o porte das universidades estaduais é muito variado. A menor é a Universidade Estadual do Mato Grosso, reconhecida como universidade há apenas um ano, com 1.687 metros quadrados e a maior é a Universidade de São Paulo, com cerca de 1.300.000 metros quadrados de área construída. Entretanto, os dados registrados sobre área indicam duas tendências muito gerais.

Primeira, as maiores instituições tendem a se localizar na Região Sudeste e as menores, nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Segunda, a grande maioria das universidades está ampliando sua área construída desde o momento que criaram seus primeiros cursos, e isso deve-se às suas próprias trajetórias institucionais, marcadas, em geral, por processos de fusão e/ou incorporação de outras instituições.

Conforme mostra o Quadro 23, o fato de as universidades estaduais das Regiões Norte e Centro-Oeste estarem concentradas no intervalo de até 20 mil m², não é suficiente para supor a existência de padrões regionais. Universidades de uma mesma região apresentam variações em termos de área construída.

Quadro 23 - Universidades Estaduais por região geográfica e área total construída - 1996

Região geográfica	Menos de 20 mil m ²	De 20 mil a 50 mil m ²	De 50 mil a 100 mil m ²	De 100 mil a 500 mil m ²	De 500 mil a 1 milhão m ²	Mais de 1 milhão m ²	Total
Norte	1	1	-	-	-	-	2
Nordeste	2	3	3	1	-	-	11*
Centro-Oeste	2	1	-	-	-	-	3
Sudeste	1	2	-	1	2	1	7
Sul	-	1	2	3	-	-	6*
Total	6	8	5	5	2	1	27

* Três universidades da Região Nordeste e uma no Sul não forneceram esta informação

Universidades multicampi e unicampus - De um total de 31 Universidades Estaduais, 25 são *multicampi*, quatro são *unicampi* e outras duas, apesar de não se definirem como *multicampi*, oferecem cursos em locais fora da sede. As duas universidades *unicampi* são: Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, e Universidade Estadual de Anápolis, em Goiás. As universidades que, apesar de não serem *multicampi*, oferecem

cursos fora da sede são: Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais e cursos fora da sede são: Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais e Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Rio de Janeiro. Não existe, portanto, uma tendência regional para o fato de uma universidade ter um ou vários *campi*.

Para mais da metade das universidades *multicampi*, o *campus* principal está localizado dentro do perímetro urbano; quase um terço delas tem o *campus* principal, afastado da região central do município, embora dentro do perímetro urbano. Nas demais, o *campus* central, encontra-se fora do centro ou não se define como um *campus* central.

Quadro 24 - Universidades estaduais, número de *campi* e localização do *campus* principal - 1996

Universidades Estaduais	<i>Unicampus</i>	<i>Multicampi</i>	Número de <i>Campi</i>	Outras sedes	<i>Campus</i> principal no centro da cidade	<i>Campus</i> principal afastado	<i>Campus</i> principal fora do Centro	Não tem <i>campus</i> principal
Universidade do Estado do Pará		x	8			x		
Universidade do Tocantins		x	10		x			
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	x	x	2		x			
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia		x	3					
Universidade Estadual de Feira de Santana		x	3					
Universidade Estadual de Santa Cruz					x			x
Universidade do Estado da Bahia		x	14			x		
Universidade Estadual do Ceará		x					x	
Universidade Regional do Cariri		x	3			x		
Universidade Vale do Acaraú		x	9					
Universidade Estadual do Maranhão		x	5				x	
Universidade Estadual da Paraíba		x	4			x		
Fundação Universidade de Pernambuco		x	3			x		
Universidade Estadual do Piauí		x	7			x		
Universidade Regional do Rio Grande do Norte		x	4					
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	x				x			
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul				x			x	
Universidade do Estado do Mato Grosso		x	10		x			
Universidade Estadual de Minas Gerais		x	10		x			
Universidade Estadual de Montes Claros				x	x			
Universidade Estadual do Norte Fluminense				x	x			
Universidade do Estado do Rio de Janeiro		x	5		x			
Universidade Estadual Paulista		x	18					x
Universidade Estadual de Campinas		x	3			x		
Universidade de São Paulo		x	6		x			
Universidade Estadual de Londrina		x	2			x		
Universidade Estadual de Maringá		x	5		x			
Universidade Estadual de Ponta Grossa		x	5			x		
Universidade do Centro-Oeste do Paraná		x	2		x			
Universidade Estadual do Oeste do Paraná		x	4					x
Universidade do Estado de Santa Catarina		x	3			x		
Total	2	25	145	4	16	7	2	2

A Universidade Estadual Paulista, com 18 *campi* no Estado de São Paulo, e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no Paraná, com quatro *campi* consideraram que não possuem um *campus* principal. Um terço das universidades estaduais possui entre dois e cinco *campi*.

Equipamentos científicos e instalações culturais

Além das grandes variações que existem em termos de área total construída e em termos de organização em *multicampi* ou *unicampus*, as universidades estaduais também são muito diferentes no que diz respeito à existência de laboratórios, equipamentos esportivos, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos científicos e instalações culturais.

Laboratórios - Quanto à existência dos principais laboratórios - Química, Física e Anatomia -, a situação das universidades estaduais é a seguinte: 83,8% contam com pelo menos um destes três tipos de laboratório; 16,2% não possuem nenhum e 51,6% dispõem dos três tipos de laboratórios.

Biblioteca Central e periódicos - As 31 universidades estaduais declararam contar com uma Biblioteca Central. Dessas, 12 estão informatizadas. O Quadro 25 mostra o número de títulos na Biblioteca Central e de assinaturas de periódicos - nacionais e internacionais - nas universidades estaduais.

Quadro 25 - Universidades estaduais, tipo e capacidade de atendimento dos laboratórios, do anfiteatro e número de museus - 1996

Universidade Estadual	Capacidade de atendimento				Número de Museus
	Anfiteatro	Laboratório de Física	Laboratório de Química	Laboratório de Anatomia	
Universidade do Estado do Pará	-	-	-	80	-
Universidade do Tocantins	-	-	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	-	-	-	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	301	30	30	-	1
Universidade Estadual de Feira de Santana	1.000	20	20	20	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	750	25	25	25	1
Universidade do Estado da Bahia	500	-	20	-	1
Universidade Estadual do Ceará	-	15	15	-	1
Universidade Regional do Cariri	200	-	10	-	1
Universidade Vale do Acaraú	200	60	80	40	1
Universidade Estadual do Maranhão	200	30	40	20	-
Universidade Estadual da Paraíba	-	20	55	20	1
Fundação Universidade de Pernambuco	1.700	120	120	120	-
Universidade Estadual do Piauí	150	30	30	30	-
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	-	20	20	20	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	320	10	15	15	1
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1.440	-	25	25	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	-	-	-	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	300	-	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	-	-	20	20	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense	100	16	10	35	-
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2.160	40	40	40	-
Universidade Estadual Paulista	-	-	-	-	-
Universidade Estadual de Campinas	880	24	-	-	-
Universidade de São Paulo	380	4.816	1.775	580	6
Universidade Estadual de Londrina	2.621	100	66	-	1
Universidade Estadual de Maringá	187	96	200	120	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	300	15	15	15	1
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	80	40	40	-	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	480	55	125	20	-
Universidade do Estado de Santa Catarina	-	120	40	-	-

Quadro 26 - Universidades estaduais, número de títulos na biblioteca central e número de periódicos nacionais e internacionais – 1996

Universidade Estadual	Número de títulos	Número de assinaturas de revistas nacionais	Número de assinaturas de revistas internacionais
Universidade do Estado do Pará	18.000	23	20
Universidade do Tocantins	2.206	–	–
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	7.856	–	–
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1.042	716	304
Universidade Estadual de Feira de Santana	27.006	33	–
Universidade Estadual de Santa Cruz	–	1.085	–
Universidade do Estado da Bahia	8.785	70	12
Universidade Estadual do Ceará	23.000	10	158
Universidade Regional do Cariri	55.516	12	–
Universidade Vale do Acaraú	22.856	–	–
Universidade Estadual do Maranhão	22.110	582	–
Universidade Estadual da Paraíba	47.956	1.556	210
Fundação Universidade de Pernambuco	4.843	3	4
Universidade Estadual do Piauí	11.094	–	–
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	8.954	1	–
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	11.413	235	–
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	4.736	–	–
Universidade do Estado do Mato Grosso	25.913	35	1
Universidade Estadual de Minas Gerais	16.642	177	8
Universidade Estadual de Montes Claros	15.363	351	–
Universidade Estadual do Norte Fluminense	11.134	3	118
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	188.453	2.200	2.060
Universidade Estadual Paulista	530.588	374	3.996
Universidade Estadual de Campinas	53.035	218	5.314
Universidade de São Paulo	3.474.025	304	8.390
Universidade Estadual de Londrina	62.945	2.237	1.763
Universidade Estadual de Maringá	55.147	89	442
Universidade Estadual de Ponta Grossa	41.132	190	6
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	20.944	34	7
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	49.689	601	3
Universidade do Estado de Santa Catarina	35.778	315	48

Anfiteatros e museus - Os anfiteatros de convenções e museus⁹ são instalações comuns nas universidades estaduais; mais da metade delas conta com pelo menos uma dessas duas instalações. Considerando-se esses dados e aqueles referentes à existência de outros tipos de equipamentos, como biblioteca central e laboratórios, constata-se que à medida que se introduz, enquanto um indicador, a existência do museu, o percentual de universidades estaduais que satisfaz essa exigência tende a diminuir.

O Quadro 27 resume essas condições, considerando os indicadores relativos às instalações científicas e culturais das universidades estaduais por região geográfica.

Quadro 27 - Universidades estaduais por região geográfica segundo existência de equipamentos científicos e culturais – 1996

Região geográfica	Biblioteca Central	Informatização	Laboratórios			Anfiteatro	Museu	Total de universidades estaduais na região
			Física	Química	Anatomia			
Norte	2	0	0	0	10	0	0	2
Nordeste	12	4	10	12	8	9	8	13
Centro-Oeste	3	1	1	2	2	2	1	3
Sudeste	7	6	4	4	4	5	7	7
Sul	6	1	6	6	3	5	4	6
Total	30	12	21	24	18	21	20	31

⁹ Os museus elencados são os seguintes: Museu Animal, Museu de História Natural, Museu Etimológico, Museu de Zoologia, Museu de Ciência e Tecnologia, Museu Histórico-Cultural, Museu de Anatomia, Museu de Geociências, Museu de Arte Assis Chateaubriand, Museu Folclórico, Museu Paulista, Museu de Arte Contemporânea, Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu Regional (Vitória da Conquista), Casa do Sertão e Museu Regional de Arte.

Quadro 28 – Instalação de computadores e *Internet* em universidades estaduais- 1996

Universidade Estadual	Rede de Computadores	Rede de <i>Internet</i>	<i>E-mail</i> pessoal para docente	<i>E-mail</i> pessoal para aluno	<i>E-mail</i> pessoal para funcionários	<i>E-mail</i> institucional	Idioma do <i>web site</i> . P: português I: inglês A: ambos	<i>Web site</i> com informação sobre a estrutura organizacional	<i>Web site</i> para divulgação dos resultados de pesquisa	<i>Web site</i> para divulgação dos diretórios de pesquisadores	<i>Web site links</i> para grupos de pesquisa
Universidade do Estado do Pará Universidade do Tocantins	x	x	x		x		P	x	x	x	x
Fundação Universidade Estadual de Alagoas Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Estadual de Feira de Santana Universidade Estadual de Santa Cruz Universidade do Estado da Bahia Universidade Estadual do Ceará Universidade Regional do Cariri Universidade Vale do Acaraú Universidade Estadual do Maranhão Universidade Estadual da Paraíba Fundação Universidade de Pernambuco Universidade Estadual do Piauí Universidade Regional do Rio Grande do Norte	x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x		x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x	P A P P P P P P P P P P P P	x x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x	x x x x x x x x x x x x x x
Fundação Universidade Estadual de Anápolis Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade do Estado do Mato Grosso	x x x	x x x	x x x	x x x	x x x	x x x	P P P	x x x	x x x		
Universidade Estadual de Minas Gerais Universidade Estadual de Montes Claros Universidade Estadual do Norte Fluminense Universidade do Estado do Rio de Janeiro Universidade Estadual Paulista Universidade Estadual de Campinas Universidade de São Paulo	x x x x x x x	x x x x x x x	x x x x x x x		x x x x x x x		P I A A A A A	x x x x x x x			x x x x x x x
Universidade Estadual de Londrina Universidade Estadual de Maringá Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade do Centro-Oeste do Paraná Universidade Estadual do Oeste do Paraná Universidade do Estado de Santa Catarina	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	x x x x x x	A P P A A A	x x x x x x	x x x x x x		x x x x x x

P = Português
I = Inglês
A = ambos

Da totalidade das universidades, 67,7% declararam ter rede de computadores e estarem ligadas à *Internet*. A Universidade Estadual de Santa Cruz, embora possuísse

rede de computadores na época da pesquisa, seus computadores não estavam ligados em rede. O fato de estarem ligados à *Internet* não implica no acesso de docentes, alunos e ou funcionários a *e-mail* pessoal. Do total, apenas quatro universidades contam com *e-mail* institucional.

Com relação à existência de *web site*, cerca da metade das universidades conta com este recurso. Em algumas, o *e-mail* institucional é utilizado para divulgar a instituição e fornecer também informações sobre a sua estrutura organizacional.

Nas Regiões Sudeste e Sul, todas as universidades estaduais possuem rede de computadores e estão ligadas à *Internet*; mais de 75,0% delas possuem *e-mail* pessoal para seus docentes e funcionários, além de *web site* – muitos deles em português e inglês. Nas Regiões Nordeste e Norte, menos da metade das universidades possui rede de computadores e *Internet* e bem poucas contam com *e-mail* e ou *web site* para divulgação institucional (ver Quadro 28).

Equipamentos esportivos

Todas as seis universidades estaduais na Região Sul possuem quadras esportivas; no Nordeste pouco mais da metade as têm. O fato de a universidade dispor ou não de equipamentos esportivos não está associado ao tamanho da instituição (ver Quadro 29).

Quadro 29– Universidades estaduais e tipo de equipamento esportivo

Universidade Estadual	Centro Esportivo Área em m ²	Número de piscinas	Número de quadras esportivas
Universidade do Estado do Pará	6.784	2	2
Universidade do Tocantins	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	-	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	7.875	1	3
Universidade Estadual de Feira de Santana	527	-	2
Universidade Estadual de Santa Cruz	-	-	-
Universidade do Estado da Bahia	-	-	-
Universidade Estadual do Ceará	-	-	-
Universidade Regional do Cariri	-	-	-
Universidade Vale do Acaraú	2	-	1
Universidade Estadual do Maranhão	27.612	-	1
Universidade Estadual da Paraíba	1.316	1	1
Fundação Universidade de Pernambuco	-	2	9
Universidade Estadual do Piauí	1.209	-	3
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	-	-	-
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	-	-	2
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	-	-	12
Universidade do Estado do Mato Grosso	-	-	-
Universidade Estadual de Minas Gerais	-	-	-
Universidade Estadual de Montes Claros	-	-	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	1.050	1	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1.296	-	4
Universidade Estadual Paulista	-	3	30
Universidade Estadual de Campinas	4.448	1	13
Universidade de São Paulo	580.000	4	26
Universidade Estadual de Londrina	7.626	3	19
Universidade Estadual de Maringá	32.501	1	10
Universidade Estadual de Ponta Grossa	28.992	1	3
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	-	-	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2	2	1
Universidade do Estado de Santa Catarina	-	1	2

6. Financiamento¹

O objetivo desta seção é levantar as principais questões relativas ao financiamento das universidades estaduais, especialmente no contexto da crise fiscal da maioria dos estados brasileiros. As informações utilizadas provêm das entrevistas realizadas com os reitores das universidades estaduais no âmbito desta pesquisa.

As questões consideradas pelos reitores das universidades estaduais relativas ao financiamento de suas respectivas instituições, embora interligadas, são muito variadas. A primeira, crucial, diz respeito à vinculação, ou não, do orçamento das Universidades à receita do Estado. As demais questões, em grande parte decorrentes da existência, ou não, dessa vinculação ao orçamento do Estado, referem-se:

- as universidades estaduais e o MEC;
- taxas e anuidades;
- outras formas de captação de recursos;
- hospitais universitários;
- a questão das aposentadorias;
- fundações.

O financiamento vinculado e não vinculado das universidades estaduais aos orçamentos estaduais – As universidades estaduais são financiadas de forma vinculada e de forma não vinculada ao orçamento de seus respectivos estados.

Da perspectiva de boa parte dos reitores, o financiamento vinculado, em princípio, é o mais desejável. Sua principal vantagem é eliminar a arbitrariedade e a imprevisibilidade na fixação anual do orçamento pelo Poder Executivo. Todavia, se, por um lado, o financiamento vinculado evita a arbitrariedade na fixação de seu valor, por outro, ele introduz um elemento de dificuldade quando a economia se encontrar em período de recessão.

¹ Versão do trabalho “O financiamento das universidades estaduais”, realizado por Jacques Schwartzman, Universidade de Minas Gerais, abril de 1998.

O problema não é insolúvel. Segundo os reitores, existem duas alternativas para contornar o problema da flutuação da economia: a primeira é acoplar a vinculação ao global e a segunda, manter com o Estado uma negociação que permita um fluxo mais estável na liberação de recursos. A importância que os reitores vêem no orçamento global está em permitir uma maior flexibilidade na resposta a situações de poucos recursos, possibilitando à Universidade o remanejamento de recursos de custeio e de capital para pessoal e vice-versa.

Existe um consenso entre os reitores entrevistados acerca da importância de as universidades realizarem suas próprias políticas de pessoal, sem que estejam atreladas ao Regime Jurídico Único. Com efeito, o item despesa com pessoal é de grande importância nos orçamentos das universidades estaduais. A existência de um orçamento global permitiria às universidades uma maior flexibilidade nos períodos de economia recessiva e, nos períodos de crescimento econômico, haveria recursos para investimento e a possibilidade de se criar uma reserva para os períodos difíceis.

Em suma, na perspectiva dos reitores, a vinculação do financiamento da universidade ao orçamento estadual, portanto, deveria vir acompanhada de instrumentos de flexibilização – como o orçamento global – e da possibilidade de fazerem sua própria política de pessoal. Alguns reitores ainda entendem que nos períodos de recessão, deveria existir a possibilidade de a universidade obter adiantamentos do Estado que seriam compensados em épocas prósperas.

Um outro aspecto tratado pelos reitores entrevistados, ainda com relação à vinculação do financiamento ao orçamento estadual, refere-se ao nível em que a vinculação é estabelecida diante das necessidades da universidade. A respeito desta questão, as situações apresentadas são muito diversas.

No sistema paulista, após um longo período de negociação, estabeleceu-se, em 1989, um percentual que praticamente coincidia com os gastos históricos das três universidades estaduais envolvidas. No caso da Universidade do Estado de Santa Catarina, o percentual também é adequado, segundo o seu Reitor.

Tal adequação não ocorre no caso da Fundação Universidade de Pernambuco – segundo o Reitor desta Universidade o valor definido está muito aquém das necessidades, não cobrindo nem a folha de pessoal. Por isso, o Governo do Estado repassa uma quantia maior do que o mínimo estabelecido em lei.

Situação inversa, ocorre na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em que o percentual é adequado, mas dificilmente é liberado pelo Governo Estadual, conforme declarou o Reitor desta Universidade.

A experiência mais notória, de financiamento vinculado ao orçamento é a do sistema paulista. O estabelecimento do financiamento vinculado data de 1989. Desde então, pressões provenientes tanto das Universidades – USP, UNICAMP e UNESP – quanto do Governo Estadual concorreram para mudanças no procedimento para a fixação do montante a ser destinado às instituições. As universidades conseguiram elevar o percentual inicialmente fixado e o Governo Estadual procurou estabelecer um teto, baseado nas despesas de anos anteriores – em períodos de crescimento econômico –, alegando que os recursos exigidos eram excessivos.

No entanto, nada foi proposto para enfrentar os períodos de recessão, em que os recursos poderiam se tornar insuficientes até mesmo para cobrir a folha de pessoal.

Constata-se, ainda, no sistema paulista de financiamento vinculado, a geração de algumas inflexibilidades provenientes de acordos trabalhistas, segundo os reitores entrevistados. Por exemplo, quando foi estabelecida a isonomia de vencimentos entre as três universidades, exigiu-se que também fosse estabelecida uma política salarial comum. Nessa época, a UNESP também fez um acordo com seus servidores no sentido de se estabelecer um mínimo de 85,0% de gastos com a folha de pessoal. Tais compromissos acabaram dificultando a adaptação da universidade em momentos de crise econômica e tornando os processos decisórios mais rígidos e com menor grau de liberdade, segundo a avaliação do Reitor desta universidade.

Depreende-se, assim, das poucas experiências de financiamento vinculado ao orçamento do Estado, que elas têm sido positivas para aquelas situações em que o percentual foi fixado de forma mais realista. Nesses casos, verifica-se que a liberdade de gestão orçamentaria é fundamental tanto para a universidade melhor se adaptar às variações da receita, como para ela promover uma maior racionalização no uso dos recursos públicos.

A experiência das universidades paulistas mostra as vantagens de um orçamento global aliado à possibilidade de fazer política de pessoal dentro da própria instituição. A USP, por exemplo, pôde criar um quadro de mais de 700 monitores de pós-graduação, além de introduzir bolsas de trabalho para alunos que exercessem algum tipo de

atividade administrativa, o que demonstra, segundo o Reitor desta instituição, um dos aspectos positivos da flexibilidade no uso dos recursos da universidade.

Na vigência do financiamento vinculado aos orçamentos estaduais é muito importante a definição do critério para o estabelecimento do percentual. No caso das universidades paulistas o percentual é definido com base nos gastos históricos. De acordo com os reitores dessas universidades, isso se deve ao fato deste item “gastos com pessoal” além de ser o mais importante das despesas, ser também o mais difícil de ser administrado pelas universidades, já que a folha de pagamento quase sempre é um item “sagrado”. Nessas circunstâncias, a tendência do administrador é quase sempre a de aumentá-la ao máximo nem que seja para compensar os outros itens orçamentários que muitas vezes são insuficientes. Nesse sentido, o fato de o financiamento das universidades ser vinculado ao orçamento do Estado aliado ao fato dessas universidades gozarem de autonomia, propiciam a possibilidade de se obter, de início, muitos ganhos pela racionalização da folha de pessoal.

O financiamento não vinculado ao orçamento do Estado é a situação da grande maioria das universidades estaduais. Em geral, os orçamentos dessas universidades fazem parte do orçamento de alguma Secretaria de Estado; freqüentemente, vincula-se ao orçamento Secretaria de Estado da Educação mas podem ainda fazer parte do orçamento de Secretarias de Estado de Planejamento ou de Ciência e Tecnologia.

Mesmo nos casos em que a proposta orçamentária tenha origem na própria universidade – o que nem sempre ocorre –, tal proposta é analisada pela respectiva Secretaria de Estado da qual faz parte seu orçamento e reavaliada pela área econômica do Governo.

Essa forma de proceder à elaboração do orçamento leva, invariavelmente, a um orçamento em que a folha de pessoal é basicamente igual à folha do ano anterior, acrescida de um eventual aumento concedido ao funcionalismo estadual. Recursos para custeio são geralmente incluídos com uma razoável correspondência em face das necessidades da Universidade, enquanto os recursos para investimento são, em regra, escassos ou até mesmo inexistentes, segundo a avaliação geral dos reitores.

Constata-se, ainda, nas falas dos reitores, que ao longo do processo de construção do orçamento da universidade é comum a reivindicação de emendas junto a deputados estaduais, já que são estes que aprovam a proposta orçamentária oriunda do

Governo Estadual. Muitas vezes ocorre a inclusão de emendas, especialmente no que se refere a custeio e investimento. Apesar disso, a liberação não é garantida. Tal como ocorre no nível federal, o orçamento é autorizativo, determinando apenas um limite superior, mas não obriga o Executivo a liberá-lo, nem total, nem parcialmente. Na prática o que acontece, de acordo com os depoimentos dos reitores, é o orçamento de pessoal ser liberado de forma integral e pontual.

Evidentemente, há exceções. A Fundação Universidade Estadual de Alagoas, segundo seu Reitor, atrasou os salários de seus servidores por mais de oito meses, em virtude da grave crise financeira daquele Estado, atingindo a todos os servidores estaduais.

Quanto às despesas de custeio, o padrão é a liberação de valores abaixo dos previstos e nem sempre em forma de duodécimos – isto é, o desembolso pode não ser mensal. Também para esse item orçamentário, há exceções. Para a Universidade Estadual do Ceará, segundo o seu Reitor, a liberação tem sido adequada e regular.

Em relação às verbas para investimento, os reitores foram unânimes em reconhecer que muito pouco se pode esperar dos cofres públicos estaduais. Mesmo havendo previsão orçamentária, a liberação dos valores, em geral, fica muito abaixo do previsto e, nos casos mais drásticos, nem sequer ocorre.

É possível, entretanto, supor que o rápido declínio da inflação, a partir de 1995 tenha ajudado as universidades estaduais. Em períodos inflacionários, um dos mecanismos utilizados para reduzir os repasses reais é liberar o orçamento nos últimos meses do ano. Desde que a inflação foi controlada, o orçamento não liberado perde muito pouco do seu valor e, na eventualidade de ser cumprido ainda que, tardiamente, a universidade recebe o que realmente lhe foi alocado pelo Estado.

Em resumo depreende-se das entrevistas com os reitores que, excetuando-se as situações graves de crise financeira, os salários dos servidores têm sido pagos pontualmente ainda que os níveis salariais nem sempre sejam os mais desejáveis, segundo a avaliação dos próprios reitores.

Em algumas universidades, como a Fundação Universidade de Pernambuco e a Universidade Estadual do Ceará, de acordo com seus respectivos Reitores, os salários pagos aos docentes chegam a ser equivalentes ou superiores aos salários dos professores das universidades federais. Mas essa situação não se constitui em regra. O fato de os

funcionários de boa parte das universidades estaduais serem contratados no Regime Jurídico Único impede que essas instituições tenham planos próprios de cargos e salários, atrelando a política de pessoal à do funcionalismo público estadual como um todo. A Universidade Estadual da Paraíba tem uma experiência inovadora nesse sentido. Segundo o Reitor dessa instituição, foi feito um acordo entre o Governo Estadual e a universidade no sentido de que as eventuais economias na folha de pessoal seriam transformadas em verbas de custeio.

As Universidades Estaduais e o MEC - Do ponto de vista financeiro, o relacionamento das Universidades Estaduais com o MEC e com outras agências federais de fomento é muito restrito. Fogem a essa regra as grandes universidades estaduais, como as três paulistas – USP, UNICAMP e UNESP – e a UERJ, no Estado do Rio de Janeiro.

O MEC, tradicionalmente, não repassa recursos orçamentários de forma automática, embora algumas universidades tenham tido acesso a alguns programas gerais deste órgão – como o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira –, e com isso, chegam a obter recursos mediante a apresentação de projetos em um sistema competitivo de programas específicos da SESu. Quanto ao aperfeiçoamento de pessoal docente, a CAPES tem desempenhado um importante papel através do Programa de Incentivo a Capacitação do Docente. É significativo também o aporte de recursos alocados pelas agências federais aos cursos de mestrado e de doutorado; mas, conforme já considerados neste trabalho, são poucas as universidades estaduais que oferecem cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Existem, ainda, recursos provenientes do CNPq e da FINEP, mas para obtê-los é necessário apresentar projetos que vão concorrer em um sistema competitivo; tais recursos, em geral, ficam restritos a um número limitado de universidades.

Em suma, a relação entre o MEC e as universidades estaduais não difere muito da interação que esse órgão estabelece com as universidades particulares: ausência de dotações orçamentárias e a vigência de uma política de recursos mediante a apresentação de projetos competitivos. Nesse sentido, para boa parte das universidades estaduais que ainda não alcançou os padrões acadêmicos considerados adequados da perspectiva do MEC e de seus órgãos assessores, os recursos federais aportados são de pouca monta. Vários reitores de universidades estaduais, que ainda não se consolidaram

em termos acadêmicos reclamaram dessa ausência de incentivos financeiros por parte do MEC para suas respectivas instituições. Pode-se contra-argumentar que a responsabilidade da manutenção das universidades estaduais é dos seus respectivos governos estaduais, seus credores. O fato de algumas dessas universidades terem acesso a significativos recursos federais em um sistema competitivo de projetos mostra que o caminho teoricamente está aberto a todas universidades, as privadas inclusive. Entretanto, da perspectiva dos reitores das universidades estaduais, sobretudo daquelas que estão fora do circuito dos recursos federais, as dificuldades são maiores do que se supõe. É generalizada a queixa entre esses reitores de que a relação de suas instituições com o MEC tende a ser unilateral; ou seja, o Governo Federal faz exigências acerca do percentual mínimo de professores com títulos de Mestre ou de Doutor e contratados em regime de trabalho de tempo integral e, com base nesses critérios, procede-se avaliação dos cursos de Graduação; por outro lado, o MEC disponibiliza muitos poucos recursos para que essas instituições tenham condições de melhorarem a sua qualidade.

Taxas e Anuidades – Embora todas sejam universidades públicas, duas delas cobram mensalidades de seus alunos; trata-se da Fundação Universidade de Pernambuco e da Universidade de Tocantins. A primeira cobra uma taxa mensal simbólica de, no máximo, cinquenta reais; a segunda passou a cobrar valores substantivos dos alunos que ingressaram na Universidade a partir de 1997.

A possibilidade de uma universidade estadual poder cobrar mensalidades de seus alunos depende da definição de seu regime jurídico. Tanto a UPE como a UNITINS definem-se como fundações de direito privado.

Essas experiências são polêmicas. De um lado, há aqueles que entendem que sendo o poder público o principal financiador das universidades estaduais, elas se enquadram, portanto, no dispositivo da Constituição Federal que determina a gratuidade do ensino público; de outro lado, há aqueles que vêm na cobrança de mensalidades uma fonte não desprezível de recursos para as universidades. Na Fundação Universidade de Pernambuco, a cobrança de mensalidades representa de 7,0% a 8,0% da despesa total da instituição. Na Universidade do Tocantins os recursos advindos das mensalidades pagas pelos alunos perfazem de 40,0% a 45,0 % do orçamento.

Depreende-se das entrevistas com os reitores das universidades estaduais, sobretudo daquelas universidades cujos orçamentos não são vinculados à receita do Estado, uma tendência em defender a cobrança de mensalidades dos alunos. Esses reitores tendem a lastimar o fato de não poderem cobrar mensalidades de seus alunos e ou aumentar as taxas que atualmente cobram a título de matrícula e/ou de contribuição para fundos e serviços administrativos prestados. Em virtude da precariedade e da instabilidade das verbas para Custeio e para Capital para essas universidades, os reitores entendem que a cobrança de mensalidades representaria uma importante fonte de recursos; além de suprir essas carências orçamentárias, o financiamento, mediante a cobrança de mensalidade dos alunos, poderia, ainda, da ótica dos reitores, contribuir para dar às universidades maior flexibilidade e autonomia financeira. Com efeito, em muitas universidades, especialmente naquelas em que a demanda por vagas é elevada, as taxas de inscrição para o vestibular têm se tornado uma importante fonte de recursos suplementares para a instituição.

A cobrança de mensalidades tem se constituído uma questão cada vez mais importante na agenda das universidades estaduais, especialmente daquelas localizadas em estados que contam com menores receitas. Boa parte dessas universidades foi criada mediante um processo de incorporação e ou fusão de instituições. Com a incorporação de estabelecimentos particulares, eliminou-se o pagamento de mensalidades por parte dos alunos, passando ao Estado a responsabilidade de arcar com todos os gastos da universidade recém-criada. Os problemas apresentados pelos reitores são recorrentes; de um lado, os estados com maiores dificuldades financeiras implementaram orçamentos modestos; de outro, a estatização dos estabelecimentos levou a um certo acomodamento na gestão de pessoal e na captação de recursos próprios por parte da nova instituição.

No Estado de Minas Gerais, a UEMG foi criada com a perspectiva de incorporar mais de uma dezena de escolas isoladas localizadas do interior. No entanto, as dificuldades financeiras do Estado acabaram por adiar essas incorporações, levando um reexame do modelo inicialmente proposto. Hoje, existe um consenso de que não se deve simplesmente incorporar escolas isoladas, pois isso implicaria em transformar empregados que não se submeteram a qualquer processo seletivo em funcionários públicos, além de deixar de receber mensalidades de alunos que já estavam pagando por seus estudos. No caso da UEMG, a solução está sendo encaminhada no sentido de

transformar a Universidade em uma espécie de órgão de fomento de instituições associadas, incentivando e financiando projetos apresentados por elas; manter-se-ia, assim, a cobrança de mensalidades dos alunos e não se absorveria o quadro de pessoal das escolas reunidas.

Outras formas de captação de recursos - as universidades estaduais adotam várias estratégias com vistas à complementação de seus orçamentos. No geral, entretanto, essas estratégias têm uma importância reduzida no montante do orçamento da instituição. Algumas universidades oferecem um leque variado de cursos de Extensão e de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em nível de Especialização. Esses cursos são realizados, em geral, por meio de convênios com empresas locais e com prefeituras municipais. Algumas prefeituras ainda colaboram com implantação de cursos mais permanentes em seus municípios, doando terrenos ou imóveis para que se instalem.

Com efeito, constatou-se no conjunto das universidades estaduais uma tendência ao aumento da oferta de cursos de Extensão e de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização). Em parte, esse movimento pode ser explicado pela possibilidade de cobrança de mensalidades da clientela. De acordo com a LDB de 1996, mesmo as universidades públicas podem cobrar por cursos de Extensão ou Pós-universitários – como os de Especialização–; anteriormente, esses cursos eram considerados como pertencendo à mesma categoria dos cursos de mestrados e de doutorado e portanto, não eram passíveis de cobrança de mensalidades em instituições públicas.

Embora bastante disseminados, os cursos de Extensão e/ou de Especialização não constituem ainda uma fonte significativa de recursos para as despesas de custeio e de capital das universidades, conforme a avaliação de seus reitores. De acordo com esses dirigentes, os recursos captados mediante esses cursos são, em geral, alocados para pagar professores. Em face dos baixos salários docentes – situação da maioria das universidades –, os recursos advindos com a oferta desses cursos funcionam como incentivos para portadores de títulos de Mestre ou de Doutor e reforçam seus salários. Esse mecanismo evidentemente não tem condições de se generalizar para todas as áreas; de qualquer forma, ele parece ser fundamental, na opinião dos reitores, para o desenvolvimento de algumas áreas específicas da universidade.

Os recursos provenientes de convênios de pesquisas – com exceção das grandes universidades estaduais – têm contribuído muito pouco para as despesas gerais.

Geralmente, tais recursos só podem ser utilizados nas atividades que os geraram. Mesmo assim, os reitores reportam-se ao impacto que esses recursos têm sobre os gastos com equipamentos e com outros bens de consumo durável, que geralmente não conseguem ser efetivados no âmbito dos orçamentos das universidades.

Hospitais Universitários - A maioria das universidades estaduais não possui hospitais universitários, uma vez que são bem poucas as que oferecem o curso de Medicina.

Do ponto de vista financeiro, ao contrário do que comumente se supõe, os hospitais não têm se constituído em um problema para os reitores das universidades estaduais, a não ser nos casos raros em que questões de natureza administrativa não foram ainda bem equacionadas.

O principal item de despesa dos hospitais é a folha de pessoal. Todavia, na maioria das situações, a folha de pessoal é totalmente coberta pelo orçamento dotado pelo Estado.

Do lado da receita, a principal fonte de recursos dos hospitais universitários é proveniente de convênios com o Sistema Único de Saúde, os quais, apesar de operarem com tabelas consideradas insuficientes para cobrir alguns dos procedimentos médicos, representam um significativo volume de recursos. Além dos recursos dos SUS, existe a possibilidade de atendimento de particulares e de convênios com empresas de serviços de saúde, cujos valores médios pagos por procedimento médico tendem a ser superiores aos pagos pelo SUS inclusive.

Constata-se que em algumas universidades – como, por exemplo, na Universidade Estadual de Londrina, no Estado de Paraná, e na Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais – que os hospitais acabam gerando superávits financeiros do ponto de vista contábil, ou seja, da perspectiva do desembolso efetivo das universidades, já que o pagamento da folha de pessoal está garantido pelo Estado. Esses excedentes geralmente permanecem nos próprios hospitais universitários, atendendo às suas necessidades de investimento, não se constituindo, portanto, em uma fonte de recursos para universidade em seu conjunto. Por sua vez, as universidades raramente se vêem na necessidade de suplementar recursos para os seus hospitais.

A questão das aposentadorias – A questão dos inativos e pensionistas no orçamento das universidades estaduais difere de universidade para universidade na maioria dos casos;

entretanto, esta questão ainda não é preocupante para os reitores.

Como a maioria dos servidores está enquadrada no Regime Jurídico Único, cabe ao Estado arcar com as aposentadorias. Em algumas universidades estaduais, a folha de aposentados está incluída no orçamento da própria universidade; em outras, ela é paga pelo Estado por meio de uma de suas Secretarias.

No caso de servidores contratados pela CLT, como é a situação da maioria dos novos contratos de empregados que estão sendo feitos pelas três universidades estaduais paulistas – a idéia é excluir do orçamento o quadro de aposentados da Universidade, transferindo-o para o INSS.

Para as universidades estaduais criadas recentemente não se constata preocupação por parte dos seus reitores com as folhas de pagamento de inativos, apesar delas ainda estarem incluídas nos orçamentos das instituições; com efeito, tais folhas de pagamento de inativos ainda não alcançam valores significativos no orçamento das novas universidades. Os reitores, porém, consideram esta questão potencialmente problemática, especialmente quando o orçamento da universidade é vinculado ao orçamento do Estado.

O problema é que a política de pessoal do Regime Jurídico Único, inclusive à referente a dos aposentados, é decidida em âmbito do estado, não havendo qualquer interferência da universidade. Tal situação pode ocasionar uma demasiada concentração de recursos para pagamento de pessoal, reduzindo, conseqüentemente, a disponibilidade de recursos para outras despesas.

Especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, os estados introduziram uma série de vantagens para inativos e pensionistas, as quais vêm se constituindo em uma fonte de desequilíbrio financeiro para os cofres públicos. Mesmo na vigência de orçamento não vinculado, a tendência é o seu inchamento em virtude da folha dos inativos e pensionistas. De qualquer forma, existe consenso entre os reitores de que a permanência dos aposentados nos orçamentos das suas universidades representa um item de despesa sobre o qual não há previsibilidade; a política de aposentadorias é feita para o conjunto dos servidores públicos e os fundos para o seu financiamento provêm do Estado.

Fundações – As fundações são órgãos de apoio que existem tanto em grandes universidades estaduais como em universidades menores. Os reitores de universidades estaduais que ainda não contam com fundações manifestaram a intenção de criá-las.

As fundações cumprem uma dupla função dos recursos nas universidades estaduais: a) permitem a captação e/ou o remanejamento dos recursos extra-orçamentários, sobretudo nas universidades que não dispõem de flexibilidade orçamentária; b) permitem escapar, ao menos parcialmente, dos rigores das leis de licitação na compra de materiais e de equipamentos, além de possibilitar o pagamento de complementações salariais aos docentes e servidores administrativos, especialmente no caso das universidades estaduais com maior autonomia orçamentária.

As fundações administram os recursos obtidos pelos cursos de Extensão e/ou pelos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização). Também é por meio das fundações que são captados e distribuídos os recursos advindos de consultorias, de prestação de serviços e de outros tipos de convênios e de contratos, muitos deles com o próprio setor público.

Anexo I

Relação das Universidades Estaduais no País

Relação nominal das universidades estaduais, ano de reconhecimento e localização regional

SIGLA	INSTITUIÇÃO	ESTADO	DF
UEPA	Universidade do Estado do Pará	Pará	PA
UNITINS	Universidade do Tocantins	Tocantins	TO
FUNESA	Fundação Universidade Estadual de Alagoas	Alagoas	AL
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Bahia	BA
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana	Bahia	BA
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz	Bahia	BA
UNEB	Universidade do Estado da Bahia	Bahia	BA
UECE	Universidade Estadual do Ceará	Ceará	CE
URCA	Universidade Regional do Cariri	Ceará	CE
UVA	Universidade Vale do Acaraú	Ceará	CE
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão	Maranhão	MA
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	Paraíba	PB
UPE	Fundação Universidade de Pernambuco	Pernambuco	PE
UESPI	Universidade Estadual do Piauí	Piauí	PI
URRN	Universidade Regional do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	RN
UNIANA	Fundação Universidade Estadual de Anápolis	Goiás	GO
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	MS
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso	Mato Grosso	MT
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais	Minas Gerais	MG
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros	Minas Gerais	MG
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense	Rio de Janeiro	RJ
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
UNESP	Universidade Estadual Paulista	São Paulo	SP
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	SP
USP	Universidade de São Paulo	São Paulo	SP
UEL	Universidade Estadual de Londrina	Paraná	PR
UEM	Universidade Estadual de Maringá	Paraná	PR
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Paraná	PR
UNICENTRO	Universidade do Centro-Oeste do Paraná	Paraná	PR
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Paraná	PR
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	SC

Relação nominal das Universidades Estaduais no Brasil, ano de reconhecimento e localização.

Universidade Estadual	Reconhecimento	Cidade/Estado
Universidade do Estado do Pará	1994	Belém/Pará
Universidade do Tocantins	1992	Palmas/Tocantins
Fundação Universidade Estadual de Alagoas	1995	Maceió/Alagoas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	em processo	Vitória da Conquista/Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana	1986	Feira de Santana/Bahia
Universidade Estadual de Santa Cruz	em processo	Ilhéus/Bahia
Universidade do Estado da Bahia	1995	Salvador/Bahia
Universidade Estadual do Ceará	1977	Fortaleza/Ceará
Universidade Regional do Cariri	em processo	Cariri/Bahia
Universidade Vale do Acaraú	1994	Crato/Ceará
Universidade Estadual do Maranhão	1981	São Luís/Maranhão
Universidade Estadual da Paraíba	1996	Campina Grande/Paraíba
Fundação Universidade de Pernambuco	1991	Recife/Pernambuco
Universidade Estadual do Piauí	em processo	Teresina/Piauí
Universidade Regional do Rio Grande do Norte	1993	Mossoró/Rio Grande do Norte
Fundação Universidade Estadual de Anápolis	1992	Anápolis/Goiás
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1997	Dourados/Mato Grosso do Sul
Universidade do Estado do Mato Grosso	em processo	Cáceres/Mato Grosso
Universidade Estadual de Minas Gerais	1996	Belo Horizonte/Minas Gerais
Universidade Estadual de Montes Claros	1994	Montes Claros/Minas Gerais
Universidade Estadual do Norte Fluminense	em processo	Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1953	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
Universidade Estadual Paulista	1976	São Paulo/São Paulo
Universidade Estadual de Campinas	1976	Campinas/São Paulo
Universidade de São Paulo	1934	São Paulo/São Paulo
Universidade Estadual de Londrina	1971	Londrina/Paraná
Universidade Estadual de Maringá	1976	Maringá/Paraná
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1973	Ponta Grossa/Paraná
Universidade do Centro-Oeste do Paraná	em processo	Guarapuava/Paraná
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1994	Cascavel/Paraná
Universidade do Estado de Santa Catarina	1985	Florianópolis/SC

Anexo II

Sinopses das entrevistas com os reitores das Universidades Estaduais

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

A Universidade do Estado do Pará foi criada em 1993 e autorizada em 1994. Teve sua origem na fusão da Escola de Enfermagem, Escola de Engenharia, Escola de Medicina, Faculdade Estadual de Educação e Instituto de Ensino Superior do Estado do Pará. Seu reconhecimento está em andamento.

A UEPA é uma instituição *multicampi*, com oito *campi* localizados na capital e interior do estado, estando seu *campus* central situado no perímetro urbano, mas afastado da região central de Belém. Sua área total construída é de 30.683,34m².

A UEPA é organizada em quatro Pró-reitorias: Administração, Graduação, Extensão e Pesquisa e Pós-graduação.

Em termos de instalações físicas, conta com laboratório de anatomia (com capacidade para 80 alunos); um centro esportivo (área construída de 6.783,26 m²), duas piscinas e duas quadras poliesportivas. A Biblioteca Central é informatizada e disponibiliza 18 mil títulos, assinaturas de 23 revistas nacionais e 20 internacionais, além de acervos específicos localizados em seus *campi*.

O corpo docente da universidade é formado por 591 professores; 29,3% são graduados, 0,8% Livre-Docentes, 58,4% cursaram Especialização, 8,8% são Mestres, 2,2% são Doutores e 0,5% completaram um Pós-Doutorado. Quanto ao regime de trabalho, 23,2% têm contrato por 20 horas semanais, 75,3% têm contrato por 40 horas semanais e 1,5% é contratado em regime de dedicação exclusiva. A titulação necessária para a carreira docente é a de Graduado para o cargo de Professor-Assistente, Mestre para o de Livre-Docente e Doutor para o de Professor-Titular. Os novos docentes são contratados mediante de concurso público, e os temporários e substitutos por meio de seleção interna. A Instituição conta com programas de incentivos à qualificação dos docentes da casa, inclusive do financiando de bolsas de mestrado e doutorado.

A Universidade oferece 14 cursos de Graduação, sendo quatro de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos três cursos de Especialização, um na área da Educação e dois na área da Saúde.

Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir novos cursos, como Engenharia de Pesca, Saneamento Ambiental, Tecnologia em Madeira e cursos de

formação de Tecnólogos, além de Licenciaturas em Geografia e Letras. Em nível de Pós-graduação, planeja-se abrir novos cursos de Especialização (Pós-graduação *lato sensu*) e programas de mestrado (Pós-graduação *stricto sensu*), em um programa inter-institucional da CAPES, em convênio com a UEPA, nas áreas de Educação e Saúde.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Pedagogia - Administração Escolar, Medicina, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Pedagogia – Magistério.

A instituição possui 4.502 alunos matriculados nos cursos de Graduação; 40,7% em cursos de Licenciatura. A Universidade dispõe de 25 bolsas de Iniciação Científica; 43 de mestrado e 11 bolsas de doutorado, financiadas por agências estaduais e federais de fomento a pesquisa. As pesquisas realizadas pelos docentes são, em geral, totalmente financiadas pela própria Universidade. A produção acadêmica dos docentes consta em cadastro na Instituição.

Universidade do Tocantins (UNITINS)

A Universidade do Tocantins foi criada já como universidade em 1991. No ano seguinte, obteve seu reconhecimento, após se fundir às autarquias estaduais, incorporando os cursos de Licenciatura de História, Letras, Geografia e Ciências.

A UNITINS é uma instituição *multicampi*; possui dez; o *campus* principal situa-se no perímetro urbano, na região central da capital do Estado e ocupa uma área total de 11.127,91 m².

Quanto às instalações físicas, a instituição tem laboratórios de Física, Química e Anatomia (a capacidade de atendimento destes laboratórios não foi informada), uma Biblioteca Central, não informatizada, com 2.206 títulos e nenhuma assinatura de revista nacional ou internacional. A Instituição não conta com outras instalações destinadas à atividades culturais e esportivas.

Os computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. A universidade tem *web site* em português, e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. A *Internet* é utilizada para divulgar a estrutura organizacional da instituição, a produção acadêmica e os resultados de pesquisas dos docentes.

Quanto à estrutura administrativa da UNITINS, as maiores unidades são os centros universitários e as menores, os colegiados de cursos. A Universidade organiza-se também por meio de três Pró-reitorias: de Planejamento e Gestão, Acadêmica e de Pesquisa e Desenvolvimento.

O corpo docente da instituição é formado por 315 professores; a grande maioria (71,4%) dos docentes tem apenas graduação ou são especialistas. Quanto ao regime de trabalho, 71 dos docentes (22,5%) são contratados por 20 horas e os restantes 244 (77,5%) por 40 horas. Com referência à titulação para a carreira docente, verificou-se que, para o cargo de Professor-Assistente é necessário que seja especialista; para o de Professor-Adjunto ou equivalente, o título de Mestre; para o de Professor-Titular, o título de Doutor. A Instituição oferece incentivos e programas, voltados para a qualificação dos seus docentes.

A UNITINS oferece 15 cursos de Graduação, sendo que sete são de área de Ciências Humanas (Pedagogia, Letras, História, Geografia, Administração, Arquitetura

e Urbanismo, Ciências Contábeis e, Direito), seis da área de Ciências Exatas e Tecnologia (Matemática, Técnico em Processamento de Dados, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Ciências Contábeis e Agronomia), e, dois da área de Ciências Biológicas e da Saúde (Ciências Biológicas e Medicina Veterinária). Desde sua criação, a UNITINS já extinguiu um curso de Licenciatura curta em Ciências. Para os próximos anos, a Universidade pretende abrir cinco novos cursos de Graduação: Comunicação Social (Radialismo e Radiofusão), Economia, Ciência da Computação, Administração e Direito, esses dois últimos em seu *campus* principal. Não existe projeto de abertura de novos cursos de Licenciatura. Segundo informação da UNITINS, cursos de Licenciatura não são suas prioridades.

Na área de Extensão, a Universidade desenvolve um programa de reciclagem profissional e um curso de capacitação de professores leigos da zona rural.

Atualmente, estão matriculados na Graduação 3.850 alunos, dos quais 16,9% em cursos de Licenciatura.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Direito, Ciências Contábeis, Processamento de Dados, Arquitetura e Urbanismo e Medicina Veterinária.

Quanto à existência de incentivos ao desenvolvimento de pesquisa científica, a UNITINS conta com bolsas de Iniciação Científica e oferece espaço físico e equipamentos de secretaria aos interessados em desenvolver projetos de pesquisa. Atualmente, conta com 30 bolsas de Iniciação Científica (todas do CNPq); 17 bolsas de mestrado e sete de doutorado (todas da CAPES).

A prestação de serviços é uma forma significativa de captação de recursos representando mais de dez por cento do orçamento da instituição. Isso é feito mediante convênios firmados tanto com empresas públicas como privadas. A prestação de serviços refere-se à realização de pesquisas e desenvolvimento de projetos científicos.

No orçamento da instituição, cerca de 60,0% são destinados a gastos com pessoal; 13,2% com bens móveis; 7,0% com investimentos (obras/despesas de capital); 6,7% com custeio de serviços; 6,1% com administração; 2,8% com serviços terceirizados e encargos; 2,3% com custeio; 1,8% com bolsas e apenas 0,1% com publicidade.

Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA)

A origem da FUNESA está em uma escola isolada criada em 1971, vinte anos depois, em 1991, a FUNESA foi organizada como universidade e em 1995 foi reconhecida como tal. Possui dois *campi*; o principal localiza-se na cidade de Arapiraca.

Em termos de infra-estrutura, a FUNESA tem um auditório e uma Biblioteca Central, com 7.856 títulos.

A universidade é organizada em faculdades e não possui Pró-reitorias.

Anualmente a universidade oferece 300 vagas para nove cursos de Graduação: cinco na área de Ciências Humanas (Inglês e Francês, Geografia, História, Administração e Contábeis), três na área de Ciências Exatas e Tecnologia (Química, Física e Matemática) e um na área de Ciências Biológicas e da Saúde (Biologia). Todos os cursos são oferecidos exclusivamente no período noturno.

O total de alunos atualmente matriculados é de 820, dos quais 80,0% cursam Licenciatura. Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Estudos Sociais – História e Geografia, Administração, Letras e Ciências.

A FUNESA planeja criar novos cursos de Graduação nas três áreas de conhecimento e cursos também de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização), na área de Ciências Humanas. Atualmente são oferecidos dois cursos de Especialização, com 47 alunos matriculados.

No ano de 1995, todos os cursos de Pós-graduação *lato sensu* ministrados pela Universidade atendiam a encomendas ou convênios com empresas ou órgãos de Governo.

A UNESA conta com 64 professores, sendo que dez são Graduados, 36 têm Especialização e 18 são Mestres. Todos os docentes estão contratados em regime de tempo parcial (20 horas). O acesso à carreira docente se dá mediante concurso para o cargo de Professor-Assistente que não exige titulação mínima. A instituição conta com programa de qualificação dos docentes da casa.

Os incentivos ao desenvolvimento de pesquisa científica oferecidos são: espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria. No ano de 1995, 45,0% do financiamento para o desenvolvimento de pesquisas foram provenientes da prefeitura de Arapiraca.

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

A Universidade Estadual de Feira de Santana iniciou suas atividades em 1976 a partir de uma escola isolada já existente e foi reconhecida como universidade em 1986. Possui um único *campus* situado na cidade de Feira de Santana (BA), com uma área construída de 52.155,80 m².

Quanto às instalações físicas, a instituição tem anfiteatro de convenções (com 301 lugares), dois museus (a Casa do Sertão e o Museu Regional de Arte e um Centro de Cultura e Arte). Tem ainda laboratórios de Física (capacidade para 30 alunos) e Química (capacidade para 30 alunos); uma Biblioteca Central informatizada com 27.006 títulos e assinaturas de 716 revistas nacionais e 304 internacionais. A UEFS conta ainda com um centro esportivo (com uma área construída de 7.874,30 m²), uma piscina e três quadras poliesportivas. Seus computadores estão conectados à *Internet* e tanto professores como funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal. A Universidade tem *web sites* em português e inglês e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. Através da *Internet* são divulgados a estrutura organizacional da instituição, os diretórios de pesquisadores e *links* para grupos de pesquisa, além de serem disponibilizados recursos de busca.

A sua estrutura administrativa conta com cinco Pró-reitorias: de Graduação, de Extensão e Cultura, de Pós-graduação, de Administração e Finanças e de Assuntos Comunitários.

O corpo docente compõe-se de 553 professores, sendo 155 com título de Mestre e 10 com título de Doutor. A maior parte dos professores (89,3%) é contratada em regime de tempo integral de 40 horas; os demais em regime de 20 horas. O acesso à carreira se dá por concurso público e a titulação mínima exigida é a de Mestre para Professor-Adjunto e de Doutor para Professor-Titular. A instituição oferece incentivos e programas, voltados para a qualificação dos docentes da casa.

Semestralmente são oferecidas 566 vagas para os seus 11 cursos de Graduação: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Geografia, História, Pedagogia, Matemática, Engenharia Civil, Biologia, Enfermagem e Odontologia. Os cursos de

Licenciatura oferecidos são de longa duração e a maioria de seus alunos já são professores da rede de ensino.

Nos últimos cinco anos foi extinto o curso de Licenciatura em Estudos Sociais. Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir dois novos cursos de Graduação – Direito e Psicologia – e dois novos cursos de Licenciatura em Física e Educação Física. Pretende também extinguir o curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Vernáculas. Em nível de Pós-graduação (tanto *stricto sensu* como *lato sensu*), a instituição planeja abrir novos cursos.

Do total de 4.494 alunos de graduação, 42,6% estão matriculados em cursos de Licenciatura.

Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 20 cursos de Especialização que juntos respondem por 482 alunos. Em 1995, um terço destes cursos era resultante de solicitação, convênio ou acordo com empresas privadas ou órgãos do Governo.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Odontologia, Administração, Enfermagem, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Entre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEFS, estão as bolsas de Iniciação Científica para alunos, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para a pesquisa e para participação em seminários e congressos, redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos e acréscimos temporários no salário, sob a forma de bolsa de estudo, para professores.

Atualmente, existem na instituição 50 bolsas de mestrado e 40 de doutorado, financiadas em 42,0% e 47,5%, respectivamente, por agências federais de fomento à pesquisa científica (CNPq e CAPES). Os recursos para a pesquisa, em 1995, foram provenientes, em sua maioria, de órgãos do governo estadual ou federal. Outros financiadores foram a prefeitura de Feira de Santana, empresas privadas e associações filantrópicas.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

A história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB – reporta ao ano de 1971, quando foi criada a Faculdade de Educação de Vitória da Conquista. O processo de seu reconhecimento como universidade está em curso.

A UESB é uma instituição *multicampi*, sendo que seu *campus* principal situa-se em Vitória da Conquista. Sua área total construída é de 15.200 m². Os outros dois localizam-se em Jequié e Itapetinga.

Quanto às instalações físicas, a Universidade possui um anfiteatro de convenções (com capacidade de mil lugares), laboratórios de Física (com capacidade para 20 alunos), Química (com capacidade para 20 alunos) e de Anatomia (com capacidade para 20 alunos), Biblioteca Central informatizada (com 1.042 títulos e 33 assinaturas de revistas nacionais, além de acervos bibliográficos específicos descentralizados), Museu Regional e Pavilhão de Artes, centro esportivo, com 527 m² de área construída e duas Quadras Poliesportivas. A UESB conta, ainda, com laboratórios e instalações específicas para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas. Seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*; o *web site* estava em implantação.

A Universidade organiza-se em duas Pró-reitorias: Administrativa e Financeira e de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O corpo docente é formado por 314 professores; 15,6% com Graduação, 53,2% são especialistas, 28,3% são Mestres e 0,3% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho a maior parte (55,7%) é contratada em regime de dedicação exclusiva e cerca de quarenta por cento em regime de 40 horas. Todos os docentes ministram aulas tanto na Graduação quanto na Pós-graduação. Com referência à titulação para a docência: para o cargo de Professor-Assistente é exigido mestrado e aprovação em prova específica; e, para o de Professor-Adjunto, é necessário ser Doutor e obter aprovação em prova específica. A instituição conta com programas de incentivo para qualificação dos docentes da casa.

A UESB oferece 11 cursos de Graduação, sendo seis de Licenciatura, nas áreas de Ciências Humanas (História, Geografia, Ciências Contábeis, Administração, Letras),

Ciências Exatas e Tecnologia (Agronomia e Ciências- habilitação em Matemática, Química) e de Ciências Biologia (Zootecnia, Enfermagem e Obstetrícia e Ciências - habilitação em Biologia,). Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 13 cursos de Especialização e, na *stricto sensu*, um programa de Mestrado, em convênio com a Fundação Universidade do Rio de Janeiro. A UESB tem, ainda, convênios com empresas públicas para a organização de cursos.

Para os próximos anos, a Universidade planeja a abertura dos seguintes novos cursos de Graduação: Comunicação, Pedagogia, Direito e Economia, na área de Ciências Humanas; Ciência da Computação e Engenharia Industrial, na área de Ciências Exatas e Tecnologia; Educação Física, Fisioterapia, Medicina e Odontologia, na área de Ciências Biológicas e da Saúde. Planeja, ainda, abrir na Pós-graduação, três cursos de Especialização nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, e dois programas de mestrado nas áreas de Ciências Exatas e da Terra (Agronomia).

Na Graduação, os cinco cursos que apresentam maior demanda, em ordem crescente, são: Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Letras e História.

A Universidade oferece também um programa de extensão – de reciclagem profissional –, voltado para o público não graduado. Este programa atende a mais de 500 alunos/ano.

Na época da pesquisa, estavam matriculados na Graduação 1.587 alunos; sendo que 54,2% em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* estavam matriculados 400 alunos e, na *stricto sensu*, nove.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UESB constam as bolsas de Iniciação Científica para alunos, espaço físico e equipamentos de secretaria, auxílio para impressão de relatórios, laboratórios e equipamentos para experiências científicas, ajuda de custo e redução da carga didática, no caso dos docentes, sem prejuízo dos vencimentos.

A Instituição contava com 35 bolsas de Iniciação Científica, a maioria provenientes de agências federais e as demais agências de agências estaduais.

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

A Universidade Estadual de Santa Cruz iniciou suas atividades em 1960, a partir de duas escolas isoladas, as Faculdades de Direito e de Sociologia Política de Ilhéus (Bahia). Em 1974, essas escolas fundiram-se com outros estabelecimentos isolados, incorporando, cinco cursos de Graduação na área de Ciências Humanas. Em 1995, foi reorganizada sob a forma de autarquia. O processo do seu reconhecimento como universidade está em andamento.

A UESC é uma universidade *unicampus*, embora ofereça cursos em locais situados fora de sua sede, que fica fora do perímetro urbano de Ilhéus. Sua área total construída é de 380.000 m².

A Universidade possui um Museu de Zoologia, laboratórios de Física (capacidade para 25 alunos), Química (capacidade para 25 alunos) e Anatomia (capacidade para 25 alunos), Biblioteca Central com assinatura de 1.085 revistas nacionais, e laboratório de informática acessível a professores e alunos, sendo que seus computadores estão interligados em rede.

A UESC organiza-se em quatro Pró-reitorias: de Pesquisa e Pós-graduação, de Graduação, de Extensão, e Administrativa e Financeira.

Seu quadro docente é formado por 273 professores, dos quais 43,6% são graduados, 39,9% têm Especialização, 11,4% são Mestres e 5,1% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho dos docentes, 65,9% têm contrato de 40 horas e 34,1% têm contrato de 20 horas. Na carreira, exige-se o título de Mestre para o cargo de Professor-Assistente, o de Doutor para o de Livre-Docente ou equivalente e para Professor-Titular. Para promoção ao cargo de Professor-Titular é necessária aprovação por órgão colegiado. A Instituição conta com programa e incentivos para qualificação do corpo docente.

A UESC oferece 13 cursos de Graduação, dos quais cinco são de Licenciatura, nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 13 cursos de Especialização nas áreas de Agronomia e Educação, e três programas de mestrado nas áreas de Educação, Ecologia e Gestão Ambiental.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são Direito, Enfermagem,

Administração, Pedagogia e Agronomia.

A Universidade pretende criar os seguintes cursos de Graduação: Comunicação Social, Ciências Contábeis, Educação Física, Arte Educacional, Hotelaria e Turismo e Informática.

Na época da pesquisa, 4.399 alunos estavam matriculados nos cursos de Graduação; 52,6% em cursos de Licenciatura. As matrículas nos cursos de Especialização somavam 383 alunos e no mestrado, 23.

Os incentivos à pesquisa oferecidos pela UESC são bolsas de Iniciação Científica para alunos, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para a pesquisa e para a participação em congressos e seminários e redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos, no caso dos professores.

A instituição contava, à época, com dez bolsas de Iniciação Científica do CNPq, duas bolsas de mestrado e uma de doutorado financiadas pela CAPES. A Universidade destina recursos próprios para suporte às pesquisas realizadas pelos docentes e conta, ainda, com convênios múltiplos firmados com empresas públicas e privadas, sobretudo para organização de cursos e prestação de serviços.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A Universidade do Estado da Bahia iniciou suas atividades em 1962, quando foi criada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco. Em 1983, a Faculdade incorporou a Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia e em 1995 obteve seu reconhecimento como Universidade.

A UNEB é uma instituição *multicampi*, sendo que seu *campus* central situa-se no perímetro urbano, região central da capital do estado. Os demais 13 *campi* localizam-se no interior. Sua área total construída é de 89.468,44 m².

Em suas instalações conta com anfiteatro de convenções com 500 lugares, Museu de Ciência e Tecnologia, laboratório de Química (com capacidade para 20 alunos) e auditórios. Sua Biblioteca Central disponibiliza 8.785 títulos e assinaturas de 70 revistas nacionais e 12 internacionais. Possui laboratório de informática, disponível a professores e alunos; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. Professores e alunos podem solicitar *e-mail* pessoal.

A UNEB organiza-se em quatro Pró-reitorias: de Ensino de Graduação, de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, de Administração, e de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Seu corpo docente é formado por 529 professores, dos quais 13,6% são graduados, 55,0% têm Especialização, 28,9% são Mestres e 2,5% Doutores. Quanto ao regime de trabalho, 33,5% têm contrato de 20 horas, 25,5% são contratados em regime de dedicação exclusiva e os demais têm contrato de 40 horas. Quanto à titulação necessária à carreira docente, para o cargo de Professor-Assistente, exige-se o mestrado e para os cargos de Livre-Docente e Professor-Titular, exige-se o título de Doutor. Para todos os níveis da carreira é necessária aprovação em prova específica.

A UNEB oferece 15 cursos de Graduação, sendo que 11 são de Licenciatura (constatou-se que entre os cursos de Licenciatura, tradicionalmente conhecidos, são oferecidos também Licenciaturas em Administração, Construção Civil, Química Aplicada e Nutrição e Dietética), nas três áreas de conhecimento. Na Pós-graduação *lato sensu* é oferecido um curso de Especialização em Ciências Sociais Aplicadas.

Em 1990, a Universidade extinguiu o curso de Licenciatura em Nutrição e Dietética. Planeja-se também a extinção dos cursos de Química Aplicada e Administração.

A Universidade planeja abrir, para os próximos anos, os cursos de Graduação em Administração, Direito, Urbanismo e Informática; ainda, pretende abrir Licenciatura em Química e Pedagogia - habilitação em Escola/Empresa. Na Pós-graduação *lato sensu* deverão ser abertos cursos de Especialização em Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes. Planeja, outrossim estabelecer programas de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Comunicação Social, Nutrição, Ciências Contábeis, Administração e Desenho Industrial.

Na época da pesquisa estavam matriculados na Graduação 6.513 alunos; deste total, 82,5% em cursos de Licenciatura. Os cursos de Especialização contabilizam 35 alunos matriculados.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNEB, constam auxílio para impressão de relatório e materiais, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento da pesquisa e para participação em congressos e seminários. No caso específico dos docentes, prevê-se a redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos.

A Universidade contava, na época da pesquisa, com nove bolsas PET/CAPES e 20 bolsas de Iniciação Científica do CNPq.

A UNEB tem convênios múltiplos firmados com empresas privadas e públicas para o desenvolvimento de projetos de consultoria e de extensão.

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Universidade Estadual do Ceará iniciou suas atividades em 1943 com a criação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paula. A expansão da UECE ocorreu a partir de 1975, com a criação de novos cursos. Antes de se transformar em universidade a UECE foi estabelecimento isolado, posteriormente conjunto de escolas isoladas. Seu reconhecimento como Universidade se deu em 1977.

A UECE é uma instituição *multicampi*; seu *campus* principal localiza-se no perímetro urbano, porém afastado da região central de Fortaleza.

A instituição conta com Museu Animal, videoteca, laboratórios de Física, Química e Anatomia (com capacidade para 15 alunos cada); Biblioteca Central com 23.000 títulos e assinaturas de dez revistas nacionais e 158 internacionais. Possui laboratório de informática, acessível a professores, alunos e funcionários. Seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*; professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal. A Universidade possui *web site* em português, que fornece informações sobre sua estrutura organizacional; departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*.

A instituição organiza-se em cinco Pró-reitorias: de Pós-graduação e Pesquisa, de Graduação, de Extensão, de Assuntos Estudantis, e de Planejamento.

Seu corpo docente é formado por 1.059 professores; 29,1% são graduados, 44,1% têm Especialização, 22,3% são Mestres e 4,5% são Doutores.

Com relação ao regime de trabalho, 37,0% dos docentes são contratado em regime de dedicação exclusiva, 49,0% têm contrato de tempo integral, 14,0% em regime de 20 horas, e apenas um professor é contratado por menos de 20 horas. Para o cargo de Professor-Assistente, exige-se título de Mestre e para os cargos de Livre-Docente e de Professor-Titular, exigiam-se o título de Doutor além da aprovação em prova específica. A instituição conta com programa de incentivos para a titulação dos docentes da casa.

A UECE oferece 15 cursos de Graduação: Letras, Filosofia, Geografia, Pedagogia, História, Ciências Sociais, Música, Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências (habilitações em Matemática, Física, Química) Enfermagem, Nutrição e Medicina Veterinária. Na Pós-graduação *lato sensu*

são oferecidos 16 cursos de Extensão, um de Aperfeiçoamento e 23 de Especialização; na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos cinco programas de mestrado, que foram iniciados em 1991, nas seguintes áreas: Produção e Reprodução de Pequenos Ruminantes, Língua Inglesa, Língua Francesa, Pequena e Média Empresa e Saúde Pública.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Ciências Contábeis, Administração, Enfermagem, Nutrição e Serviço Social.

A Universidade extinguiu, nos últimos cinco anos, o curso de Graduação em Estudos Sociais. Para os próximos anos, a UECE planeja abrir cursos de Especialização em diversas áreas e programas de mestrado em História, Filosofia e Enfermagem.

Na época da pesquisa estavam matriculados 13.584 alunos nos cursos de Graduação. Nos cursos de Extensão a Universidade tinha 334 alunos matriculados, sendo 26 em cursos de Aperfeiçoamento. Já os cursos de Pós-graduação *lato sensu* – Especialização – os alunos totalizavam 607 e a Pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado – contava com 80 alunos matriculados.

A Instituição desenvolve também trabalhos de extensão voltados para o público sem Graduação completa, oferecendo cursos de férias e programas de reciclagem profissional, atendendo a aproximadamente 500 alunos.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UECE, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico e equipamentos de secretaria, laboratórios e equipamentos para experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento e para participação em congressos e seminários.

A instituição contava, á época da pesquisa, com 192 bolsas de Iniciação Científica e 52 bolsas PET-CAPES. A Fundação Estadual de Pesquisa financia 30,0% dos projetos e atividades de investigação científica desenvolvidos na Universidade.

A UECE mantém relações de cooperação com outras instituições de ensino superior da região, especialmente com a UFPa, UFPe, UFCE, Universidade Vale do Acaraú.

Universidade Regional do Cariri (URCA)

A Universidade Regional do Cariri tem sua origem na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Crato. A partir dos anos sessenta, foram anexadas outras duas escolas isoladas – Direito e de Contabilidade –, e mais tarde, ainda, os cursos de Tecnologia, constituindo o *campus* avançado da Universidade Estadual do Ceará no Cariri. A fusão dos cursos da Universidade do Estado do Ceará no Cariri com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, foi autorizada em 1987. Hoje, a URCA conta com 10 cursos de Graduação e 11 de Especialização.

Trata-se de uma instituição *multicampi*; seus três *campi* estão localizados no perímetro urbano, na região central da cidade. Sua área total construída é de 11.998.04 m².

A estrutura administrativa da URCA é constituída pela Reitoria e quatro Pró-reitorias: Ensino de Graduação e Assuntos Estudantis; Pós-graduação e Pesquisa; Extensão e Desenvolvimento Universitário. As maiores unidades administrativas da URCA são os conselhos (Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) e as menores são os departamentos de cursos.

Em suas instalações conta com anfiteatro de convenções (capacidade para 200 pessoas), Museu de História Natural, laboratório de Química (capacidade para 10 alunos), salas de vídeo e uma Biblioteca Central com 55.516 títulos.

A URCA tem um corpo docente de 161 professores, dos quais 98 são graduados, 52 têm Especialização, nove possuem título de Mestre e dois título de Doutor. Dos professores, 149 lecionam somente na Graduação e 12 na Graduação e na Pós-graduação. Deste total, 24 são professores contratados para ministrar aulas com designação de professor colaborador, com média de 9 horas/aula semanais; 16 têm regime de trabalho de 20 horas, com média de 12 horas/aula semanais; e 145 professores têm regime de 40 horas, com média de 16 horas/aula por semana.

Para a contratação de Professor-Assistente, exige-se curso de Especialização e uma prova específica; para os cargos de Livre-Docente, Adjunto, Livre-Saber ou equivalente, exige-se título de Mestre; e para a promoção ao cargo de Professor-Titular, exige-se o doutorado.

A URCA oferece 10 cursos de Graduação: Direito, Ciências Econômicas, Formação de Tecnólogo da Construção Civil (oriundos da Universidade Estadual do Ceará) e Letras, Pedagogia, História, Geografia e Ciências (habilitação Matemática), Ciências (habilitação Biologia) e Engenharia de Produção. Está prevista a criação do curso de Enfermagem.

A Instituição mantém, ainda, 9 cursos de Especialização: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Direito Empresarial, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Direito Penal, Alfabetização, Administração de Empresas, Direito Empresarial e Administração e Negócios. Conta com grupos emergentes de pesquisa nas áreas de Botânica, Entomologia, Segurança no Trabalho e Ictiologia.

Na época da coleta de informações a URCA possuía 2.694 alunos matriculados nos cursos de Graduação, sendo que 57,6% nos cursos de Licenciaturas. Os cursos de Especialização tinham 387 alunos matriculados.

Quanto às despesas da instituição, 18,1% dos gastos referem-se à custeio; 77,7% à folha de pagamento de pessoal; 4,5% são destinados aos serviços terceirizados e 3,7% a bolsas concedidas pela instituição. O restante, pouco mais de um por cento é destinado a gastos com publicidade e com bens móveis.

A instituição presta serviços para empresas públicas e privadas por meio da organização de cursos e consultorias. Desenvolve também atividades de extensão e outros serviços como: difusão cultural, reciclagem profissional e cursos de formação profissional na área da saúde, de capacitação e reciclagem de professores de ensino fundamental. Essas atividades são divulgadas através do rádio, jornal da instituição, mala-direta, feiras promocionais, e outros meios. Os alunos atendidos são do município sede e circunvizinhos.

Devido às particularidades da região, a vocação da URCA, segundo sua direção, ou, pelo menos, seu projeto institucional formulado pela reitoria, é transformar-se em um centro de estudos de Paleontologia e de Botânica.

Universidade Vale do Acaraú (UVA)

A Universidade Vale do Acaraú iniciou suas atividades em 1961 como Faculdade de Filosofia Dom José de Sobral. Em 1994, obteve seu reconhecimento.

Sua área construída à época da instituição de primeiro curso, era de 3.200m². Hoje é uma instituição com nove *campi*, ocupando uma área total de 17.250 m². Sua sede principal situa-se em Crato – Ceará.

Quanto às instalações físicas, a UVA tem um anfiteatro de convenções (com capacidade para 200 pessoas), laboratórios de Física (com capacidade para 60 alunos), de Química (com capacidade para 80 alunos) e de Anatomia (com capacidade para 40 alunos); um Museu de Arte Sacra. Conta, ainda, com uma Biblioteca Central, não informatizada, com 22.856 títulos, acervos específicos e nenhuma assinatura de revista nacional ou internacional. Possui ainda, um hospital universitário (com 18 leitos) e ambulatório (com capacidade para 170 atendimentos/dia).

Quanto a estrutura administrativa da UVA, as maiores unidades são os centros de cursos e as menores, os departamentos. A universidade organiza-se por meio de seis Pró-reitorias: Administração, Assuntos Estudantis, Extensão, Graduação, Planejamento e Pós-graduação.

Seu corpo docente é formado por 263 professores, dos quais 44,5% são graduados, 34,2% possuem Especialização, 17,9% são Mestres, e 3,4% Doutores. Quanto ao regime de trabalho, a grande maioria é contratada por 40 horas (54,8%) ou em regime de dedicação exclusiva (30,4%). Do corpo docente, 86,3% dos docentes ministram aulas somente na Graduação, e 13,7% tanto na Graduação quanto na Pós-graduação *lato sensu* (Especialização). Com referência à carreira docente, a Instituição exige para o cargo de Professor-Assistente o título de Mestre, para o cargo de Professor-Adjunto e para o de Professor-Titular ou equivalente, é necessário o título de Doutor. A instituição oferece incentivos para qualificar e titular professores da casa.

A UVA oferece 12 cursos de Graduação, sendo que seis são de Licenciatura. As vagas oferecidas, anualmente, estão distribuídas entre as áreas de Ciências Humanas (Letras, Pedagogia, Ciências Contábeis, Administração, História, Estudos Sociais, Geografia), Ciências Exatas e Tecnologia (Tecnologia, Ciências Matemáticas) e de

Ciências Biológicas e da Saúde (Zootecnia, Educação Física, Enfermagem). Nos últimos cinco anos foi extinto o curso de Licenciatura em Estudos Sociais. Para os próximos anos, a Instituição planeja abrir cursos de Química, Biologia, Odontologia e Medicina.

A UVA oferece oito cursos de Especialização, com 140 alunos matriculados, todos na área pedagógica. Para os próximos anos, a Universidade pretende abrir novos cursos: três de extensão, nas áreas da Saúde, Tecnologia e Ciências Humanas; três de Especialização (Pós-graduação *lato sensu*), nas mesmas áreas; e um de mestrado Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Humanas. A Universidade dispõe, ainda, de um programa de extensão voltado para o público não graduado na área de reciclagem profissional; o programa atende a um máximo de 100 alunos/ano.

Na época da pesquisa, estavam matriculados na Graduação 3.500 alunos, sendo 65,7% em cursos de Licenciatura. De acordo com a Instituição, os cursos de Licenciatura são sua especialidade, apesar de três dos cinco cursos de maior demanda não serem exclusivamente de Licenciatura – História, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia e Enfermagem.

Quanto aos incentivos para o desenvolvimento de pesquisa, a UVA oferece bolsas de Iniciação Científica. Havia, na época, dez alunos com bolsas de Iniciação Científica do CNPq e quatro com bolsas de mestrado, outorgadas pela CAPES e FUNCAP (agência estadual).

A UVA tem convênios firmados com empresas públicas para a prestação de serviços nas áreas de organização de cursos e consultoria e extensão. Quanto aos itens de despesas da instituição, 75,6% do orçamento são destinados para o pagamento da folha de pessoal, 11,5% para custeio e serviços; 9,7% para pagamento de serviços terceirizados e encargos e 3,2% com administração intensa.

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A Universidade Estadual do Maranhão tem sua origem nas escolas de Administração, de Engenharia e de Agronomia do Maranhão e na Faculdade de Educação de Caxias, todas criadas em 1967. Em 1975, estas escolas foram fundidas com a escola a Escola de Medicina Veterinária e a Faculdade de Educação de Imperatriz. Assim, antes de tornar-se uma universidade, a UEMA era uma federação de escolas. O reconhecimento como universidade deu-se em 1981.

A UEMA é uma instituição *multicampi*, sendo que seu *campus* principal situa-se em São Luiz, no perímetro urbano e afastado da região central. Os demais *campi* situam-se no interior do estado. Sua área total construída é de 40.187 m².

Quanto às instalações físicas, a Universidade possui anfiteatro de convenções (200 lugares), laboratórios de Física (com capacidade para 30 alunos), de Química (com capacidade para 40 alunos) e de Anatomia (com capacidade para 20 alunos). A Instituição dispõe também de um centro esportivo com 27.612 m² de área construída e quadra poliesportiva. Sua Biblioteca Central disponibiliza 22.110 títulos e 582 assinaturas de revistas nacionais. A UEMA conta também com laboratórios de informática e instalações para pesquisa tecnológica na área agropecuária.

A Universidade organiza-se em quatro Pró-reitorias: Administração, Planejamento, Graduação e Assuntos Estudantis e Pesquisa e Pós-graduação.

Seu corpo docente é formado por 680 professores; 42,8% são graduados, 43,4% possuem título de Especialização, 11,5% são Mestres e 2,3% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho 75,8% são contratados em regime tempo integral ou equivalente. Para a carreira a carreira docente, exige-se título de Mestre para o cargo de Professor-Assistente e de Doutor para os cargos de Livre-Docente e Professor-Titular. Para todos os níveis da carreira é necessária aprovação em prova específica. A Instituição conta com programa de incentivos à titulação dos docentes da casa.

A UEMA oferece 18 cursos de Graduação, sendo nove de Licenciatura: Letras, História, Pedagogia, Geografia, Esquema I, Administração e Formação de Oficiais, Engenharia Civil e Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Administração Rural, Química, Matemática, Física, Biologia, Enfermagem e Obstétrica e Medicina Veterinária. Na Pós-graduação *lato sensu*, são oferecidos cursos de Especialização em

Manejo de Solos Tropicais, Metodologia do Ensino Superior e Engenharia de Segurança.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Formação de Oficiais, Administração, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo e Agronomia. Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir um curso de Graduação em Zootecnia. Na Pós-graduação *lato sensu* planeja-se criar o curso de Especialização em Administração e na Pós-graduação *stricto sensu*, um programa de mestrado em Agroecologia; este último encontra-se em implantação.

Do total de 5.578 alunos matriculados na Graduação, 61,7% cursam Licenciaturas; na Pós-graduação *lato sensu*, estão matriculados 145 alunos, na Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado), 15 alunos.

A UEMA desenvolve, ainda, trabalhos de Extensão voltados para alunos sem graduação, como cursos de férias e atividades de ação comunitária, como programas de apoio às comunidades carentes, que atenderam uma média de 500 alunos no ano de 1995.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEMA, constam as bolsas de Iniciação Científica, serviços de secretaria (auxílio para impressão de relatório e materiais), uso de laboratórios e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento e para participação em congressos e seminários, e acréscimos temporários no salário, sob a forma de bolsa de estudo, no caso dos professores.

Atualmente, existem na instituição 30 bolsas de Iniciação Científica, todas provenientes de agências federais de fomento à pesquisa; 23 bolsas de mestrado, sendo 43,5% oriundas de agências federais e 56,5% de estaduais; oito bolsas de doutorado, sendo 62,5% oriundas de agências federais e 37,5% de agências estaduais. As pesquisas desenvolvidas por docentes da UEMA contaram com financiamento/suporte de fundações de amparo à pesquisa estaduais, de agências federais (CNPq e FINEP), órgãos de governo em níveis federal, estadual e municipal com o apoio, em menor grau, de empresas privadas.

A Universidade tem convênios firmados com empresas privadas e públicas para a organização de cursos e pesquisas e desenvolvimento de projetos. De acordo com a instituição, a prestação de serviços representa um quarto do orçamento da UEMA.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Universidade Estadual da Paraíba iniciou suas atividades em 1967, quando foi criada a Universidade Regional do Nordeste. Em 1996, foi reconhecida como universidade.

A UEPB é uma instituição *multicampi*, sendo que seu *campus* principal situa-se no perímetro urbano, região central da capital do estado. Sua área total é de 1.759.282 m².

Quanto às instalações físicas, a UEPB tem Museu de Arte, laboratórios de Física (com capacidade para 20 alunos), Química (com capacidade para 55 alunos) e Anatomia (com capacidade para 20 alunos); Biblioteca Central com 47.956 títulos, 1.556 assinaturas de revistas nacionais e 210 internacionais. Conta também com centro esportivo (1.316 m²), piscina e quadra poliesportiva, laboratórios de informática acessíveis a professores e alunos. Os computadores da instituição estão interligados em rede e conectados à *Internet*; professores e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal. A Universidade tem *web site* em português e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. Através da *Internet* é divulgada a estrutura organizacional da instituição e podem ser acessados diretórios de pesquisadores.

A Universidade organiza-se em seis Pró-reitorias: Administração e Finanças, Planejamento e Desenvolvimento, Ensino de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Assuntos Estudantis e Extensão e Assuntos Comunitários.

Seu corpo docente é formado por 898 professores; 25,2% são graduados, 42,4% são especialistas, 26,3% são Mestres e 5,7% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho, 89,2% têm regime de 40 horas. No que diz respeito à distribuição dos docentes na Graduação e Pós-graduação, 67,3% ministram aulas somente na Graduação, 29,4% somente na Pós-graduação, e 3,3% tanto na Graduação quanto na Pós-graduação. Para o cargo de Professor-Assistente exige-se Especialização e aprovação em prova específica; para o cargo de Professor-Adjunto o título de Especialização e para o cargo de Professor-Titular exige-se apenas aprovação em prova específica. A instituição conta com programas de incentivos à qualificação e titulação dos docentes da casa.

A UEPB oferece 32 cursos de Graduação, sendo 11 de Licenciatura. Os cursos se distribuem nas áreas de Ciências Humanas (Pedagogia, Letras – Português, Francês e Inglês, História, Geografia, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Comunicação Social – Jornalismo, Estudos Sociais, Serviço Social, Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Formação de Professores de Pré-Escola), Ciências Exatas e Tecnologia (Estatística, Física, Matemática, Química e Química Industrial), e de Ciências Biológicas e da Saúde (Biologia, Educação Física, Enfermagem e Obstetrícia, Enfermagem, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia). Os quatro cursos que apresentam maior demanda são: Odontologia, Direito, Fisioterapia e Administração.

Nos últimos cinco anos foi extinto o curso de Licenciatura em Estudos Sociais. Para os próximos anos, a Universidade pretende abrir vários cursos não especificados de extensão, Especialização e também programas de mestrado. Na época da pesquisa, eram oferecidos 26 cursos de extensão e dez de Especialização. Na Pós-graduação *stricto sensu*, a Instituição contava com dois programas de mestrado, um na área de Saneamento Básico e outro na de Letras.

Na época da pesquisa, estavam matriculados na Graduação 9.879 alunos, sendo que menos da metade (42,2%) em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) estavam matriculados 251 alunos; nos cursos de extensão estavam matriculados 381 alunos.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEPB, constam as bolsas de Iniciação Científica, espaço físico e equipamentos de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento e para participação em congressos e seminários, no caso dos docentes.

Existiam na Instituição, na época da pesquisa, 42 bolsas de Iniciação Científica, provenientes do CNPq. A própria UEPB destina 0,03% de seu orçamento a bolsas para pesquisa; pouco mais de cinco por cento das pesquisas desenvolvidas por docentes da instituição foram financiadas pelo CNPq.

A prestação de serviços representa 1,0% do orçamento da instituição.

Fundação Universidade de Pernambuco (UPE)

A Fundação Universidade de Pernambuco iniciou-se a partir da Escola Politécnica de Pernambuco. Em 1965, faculdades privadas isoladas uniram-se a essa Escola, formando uma federação de escolas superiores - a Fundação do Ensino Superior de Pernambuco. Naquela ocasião, foram incorporados os cursos de Engenharia, Medicina, Enfermagem, Odontologia. Também no mesmo ano foi incorporado a Escola de Administração, uma faculdade pública, constituído, assim, uma federação de escolas. A Federação de Escolas foi transformada em Universidade e reconhecida como tal em 1991.

A UPE distribui-se em três *campi*, com uma sede na região central da capital do estado, Recife. Sua área física soma 94.264 m², onde situam-se anfiteatros, laboratórios de Anatomia, Física e Química (com capacidade para 120 alunos cada); hospital universitário, (com 320 leitos), dois centros cirúrgicos, um ambulatório (com capacidade para 1.500 atendimentos/dia). Possui também centro esportivo com duas piscinas e nove quadras poliesportivas. A Biblioteca Central disponibiliza um acervo de 4.843 títulos e assinaturas de três revistas nacionais e quatro internacionais, além de acervos específicos localizados na própria Biblioteca Central e nas bibliotecas dos departamentos. Os computadores da Universidade não estão interligados em rede e nem conectados à *Internet*. A UPE dispõe de instalações para pesquisas tecnológicas, como laboratórios de Química e de Mecânica.

A instituição organiza-se em quatro Pró-reitorias: Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, Administrativa e Planejamento.

O corpo docente é formado por 819 professores, dos quais 15,6% são graduados, 56,6% possuem Especialização, 22,7% são Mestres, e 5,5% têm título de Doutor. Quanto ao regime de trabalho, a maioria dos docentes (59,1%) são contratados por tempo integral ou equivalente. A Instituição conta com programa de incentivo à qualificação dos docentes da casa.

A UPE oferece 15 cursos de Graduação, sendo seis de Licenciatura. Os cursos distribuem-se nas áreas de Ciências Humanas (Administração, Letras, Pedagogia, História e Geografia), de Ciências Exatas e Tecnologia (Engenharia Civil, Elétrica e

Mecânica, e Matemática), e de Ciências Biológicas e da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Biologia).

Em 1995, estavam matriculados na Graduação 10.640 alunos, dos quais 46,4% em cursos de Licenciatura.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Medicina, Odontologia, Administração, Engenharia Eletrônica e Enfermagem.

A UPE oferece também 27 cursos de Pós-graduação *lato sensu*, (Especialização), nas áreas de Engenharia, Administração, Medicina, Odontologia e Educação. Estes cursos tinham, no conjunto, 1.053 alunos matriculados. A Universidade oferece ainda quatro cursos de mestrado e dois de doutorado, todos na área de Ciências da Saúde.

Quanto aos incentivos à pesquisa, constam as bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para realização de experimentos científicos, auxílio para impressão de materiais e relatórios; no caso específico dos professores, a Instituição disponibiliza ajuda de custo para a pesquisa e para participação em seminários e congressos, além de prever a redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos.

Na época da pesquisa, a Instituição dispunha de 127 bolsas de Iniciação Científica, das quais 84,3% eram provenientes de agências federais de fomento e 15,7% de agências estaduais; contava, ainda, com 14 bolsas de mestrado e sete de doutorado, todas financiadas por agências federais de fomento a pesquisa. Cem por cento do financiamento/suporte para a realização de pesquisas, em 1995, foram provenientes da CAPES.

A UPE tem convênios firmados com empresas públicas e privadas para a organização de cursos, bem como para o desenvolvimento de projetos de consultoria e de extensão.

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

A Universidade Estadual do Piauí iniciou suas atividades em 1986, com a criação do Centro de Ensino Superior do Piauí. Desde então, sua expansão se deu mediante a criação de vários outros *campi* no interior do estado. O processo de reconhecimento como universidade estava em andamento em 1996.

A Instituição possui um *campus* principal situado no perímetro urbano, região central da capital do estado de Teresina, e nove *campi* espalhados pelo interior, sendo sete permanentes e dois móveis. Sua área total construída é de 25.433,65 m².

Com relação às instalações físicas, a UESPI dispõe de anfiteatro com 150 lugares, laboratórios de Física, Química e Anatomia (com capacidade para 30 alunos cada) e centro esportivo com 1.209 m² de área construída e três quadras poliesportivas. Sua Biblioteca Central reúne um acervo de 11.094 títulos. Possui laboratórios de informática, acessíveis a professores, alunos e funcionários; na época da pesquisa seus computadores não estavam interligados em rede nem conectados à *Internet*.

A instituição organiza-se em quatro Pró-reitorias: Ensino e Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários e Administração e Finanças.

Seu corpo docente é formado por 263 docentes; 39,2% são graduados, 55,5% cursaram Especialização e 5,3% são Mestres. Alguns docentes da UESPI estão cursando mestrado ou doutorado em outras IES e contam com bolsas da CAPES ou das próprias instituições. Quanto ao regime de trabalho docentes, a grande maioria (70,0%) tem contrato de 40 horas semanais.

A UESPI oferece 15 cursos de Graduação, dos quais 7 são de Licenciatura. Os cursos são distribuídos nas áreas de Ciências Humanas (Pedagogia, Letras Português e Inglês, Administração, História, Geografia e Ciências Contábeis), de Ciências Exatas e Tecnologia (Engenharia Agrônômica, Ciências da Computação e Ciências Matemáticas) e de Ciências Biológicas e da Saúde (Ciências-Biologia e Educação Física).

Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir os seguintes cursos de Graduação: Enfermagem, Engenharia de Pesca e Tecnólogo em Turismo. Na Pós-graduação *lato sensu*, planeja-se abrir um curso de Especialização na área da Educação.

Na Pós-graduação *stricto sensu*, encontrava-se em fase de implantação um programa de Mestrado em Educação e outros cinco programas estavam em estudo.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Ciência da Computação, Administração, Pedagogia, Educação Física e Ciências Contábeis.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 4.813 alunos, dos quais 77,2% em cursos de Licenciatura.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UESPI constam as bolsas de Iniciação Científica, auxílio para impressão de relatórios e materiais, laboratórios, equipamentos e materiais para realização de experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento do projeto e para participação em congressos e seminários; redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, e acréscimos temporários no salário, sob forma de bolsa de estudo, no caso dos professores.

A Instituição dispunha de nove bolsas de mestrado e quatro de doutorado, sendo que metade da CAPES e a outra parte da própria UESPI.

A prestação de serviços é uma forma recorrente de captação de recursos para a Instituição, representando quase dez por cento do seu orçamento.

A instituição oferece também cursos e programas de Extensão voltados ao público sem graduação completa, como cursos de férias, de reciclagem profissional e difusão cultural. Em 1995 esses cursos atenderam a uma média de 500 alunos. Boa parte dessas atividades são realizadas por meio de convênios com empresas públicas e privadas. A Universidade desenvolve ainda atividades de caráter assistenciais e presta serviços à comunidade.

Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN)

A Universidade Regional do Rio Grande do Norte foi criada a partir da Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró. Em 1964, incorporou a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica e, em 1968, a Fundação Universidade do Rio Grande do Norte. O seu reconhecimento como universidade ocorreu em 1993.

Hoje, a área total construída da URRN é de 1.164.584 m², compreendendo quatro *campi*. O *campus* central está localizado no perímetro urbano de Mossoró, mas afastado da região central da cidade. A área total construída do *campus* de Mossoró é de 20.838,04 m². Os demais *campi* situam-se no interior do estado.

Quanto às instalações físicas, a URRN conta com cinco laboratórios, entre eles de Química e de Anatomia (com capacidade para 20 alunos cada), uma Biblioteca Central, ainda não informatizada (com 8.954 títulos e uma assinatura de revista nacional). Conta também com conservatório de música, auditório e um mini-auditório. Os computadores da Universidade não estão interligados em rede nem conectados à *Internet*.

Com relação à estrutura organizacional, as maiores unidades administrativas são os colegiados de cursos e as menores os departamentos. A Instituição organiza-se em quatro Pró-reitorias: Administração, Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Assuntos Estudantis.

A Universidade conta com 383 docentes, sendo 31,0% graduados, 53,3% especialistas, 15,2% são Mestres e 0,5% são Doutores.

Quanto ao regime de trabalho docente, 70,5% são contratados em regime de tempo integral. Todos os docentes ministram aulas tanto na Graduação como na Pós-graduação.

A URRN oferece 15 cursos de Graduação, sendo que 10 são de Licenciatura. Estavam, na época da pesquisa, matriculados 4.606 alunos na Graduação, dos quais 62,7% em cursos de Licenciatura. Em 1995, foram oferecidos seis cursos de Extensão (com 168 matriculados), 15 cursos de Aperfeiçoamento (com 468 alunos) e 14 cursos de Especialização (com 300 alunos). Os programas de extensão são voltados para o público

não graduado; trata-se de cursos de reciclagem profissional e difusão cultural. No segundo semestre de 1995, estes cursos atenderam a mais de 500 alunos.

A Instituição oferece ainda um programa de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, com 10 alunos matriculados.

A clientela da universidade é formada, principalmente, por alunos do próprio município e, em menor proporção, dos municípios vizinhos.

Os cinco cursos que apresentaram maior demanda, em 1995, foram: Direito, Enfermagem, Ciências Contábeis, Administração e Serviço Social. A URRN extinguiu, nos últimos cinco anos, o curso de Licenciatura em Ciências. Para o futuro, a Instituição pretende abrir o curso de Processamento de Dados (nível de Graduação), de Filosofia, Meio Ambiente e História (de Especialização) e de Educação na Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Fundação Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA)

A Fundação Universidade Estadual de Anápolis iniciou suas atividades em 1962, a partir de uma escola isolada, a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis. Em 1990, a faculdade fundiu-se a outros estabelecimentos isolados, incorporando, assim, dez cursos de Graduação nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Em 1992, foi reconhecida como universidade.

A UNIANA é uma instituição *unicampus*, situada no perímetro urbano, região central de Anápolis – Goiás. Sua área total construída é de 7.913,31 m².

A Universidade possui anfiteatro de convenções (com 320 lugares), museu de Geociências, laboratórios de Física (com capacidade para 10 alunos), Química (com capacidade para 15 alunos) e Anatomia (com capacidade para 15 alunos) e duas quadras poliesportivas. Sua Biblioteca Central é informatizada e dispõe de um acervo de 11.413 títulos, além de assinaturas de 235 revistas nacionais; possui, ainda, laboratório de computação acessível a alunos, professores e funcionários. Os computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*; professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal. A Universidade tem *web site* em português, por meio do qual são divulgadas informações sobre a sua estrutura organizacional e acadêmica.

A UNIANA organiza-se em três Pró-reitorias: Ensino, Extensão e Pesquisa, Ciência e Tecnologia.

O quadro docente da Universidade é formado por 147 professores, dos quais 24,5% são graduados, 61,9% cursou Especialização, 11,6% são Mestres e 2,0% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho, a maior parte (67,4%), têm contrato de 40 horas. Todos os docentes ministram aulas somente na Graduação. A instituição conta com programa de incentivos para a qualificação dos docentes da casa.

A UNIANA oferece dez cursos de Graduação, dos quais, seis são de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu*, são oferecidos cinco cursos de Especialização (História, Ciências Contábeis, Letras, Biologia e Química).

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Tecnologia em Processamento de Dados, Engenharia Civil, Administração, Ciências Contábeis, e Ciências – habilitação em Biologia.

Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir os seguintes cursos de Graduação: Ciência da Computação, Farmácia, Bioquímica e Engenharia de Alimentos. Deverão, ainda, ser criados cursos de extensão em Química, Biologia e Administração e de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) em Educação, Informática e Economia.

Na época da pesquisa, estavam matriculados em cursos de Graduação 1.709 alunos, dos quais 44,5% em cursos de Licenciatura. Os cursos de Especialização tinham 131 alunos matriculados.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNIANA estão relacionados espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios e equipamentos para experiências científicas, ajuda de custo para participação em seminários e congressos, e redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos, no caso dos docentes.

A UNIANA tem convênios firmados com empresas públicas e privadas para a organização de cursos e desenvolvimento de projetos de consultoria e extensão.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul surgiu em 1994, quando foi criada a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Em 1997 obteve o reconhecimento como universidade.

Apesar de ser uma instituição *unicampus*, a UEMS oferece cursos fora da sua sede que situa-se fora do perímetro urbano da capital do estado, Campo Grande. Sua área total é de 20.051 m².

Quanto às instalações físicas, a UEMS conta com 11 anfiteatros (totalizando 1.440 lugares), sete laboratórios de Química (com capacidade para 25 alunos cada) e dois de Anatomia (com capacidade para 25 alunos cada); sua Biblioteca Central, não estava ainda informatizada e dispunha de 4.736 títulos, além de acervos específicos. A Universidade possui também um laboratório de computação acessível a professores, alunos e funcionários e 12 quadras poliesportivas. Seus computadores não estão interligados em rede mas estão conectados à *Internet*. A Universidade tem *web site* em português e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. Através da *Internet* é divulgada a estrutura organizacional e acadêmica da instituição.

A Universidade organiza-se em três Pró-reitorias: Administração e Desenvolvimento; Assuntos Acadêmico e Extensão e Assuntos Comunitários.

O corpo docente da UEMS é formado por 95 professores, dos quais 23,2% são graduados, 64,2 % cursaram Especialização, 11,6% são Mestres e apenas um Doutor. Quanto ao regime de trabalho, 86,3% dos docentes são contratados por 40 horas. Na carreira docente a titulação exigida é a de Mestre para o cargo de Professor-Assistente, e de Doutor, tanto para o cargo de professor- adjunto quanto para o de Professor-Titular. A Instituição declarou oferecer incentivos para qualificar professores da casa, porém não conta com programas ou cursos próprios para qualificação. Encontra-se em estudo um programa de capacitação docente a ser implantado a partir de 1998.

A Universidade oferece 12 cursos de Graduação, sendo cinco de Licenciatura. Os cursos distribuem-se nas áreas de Ciências Humanas (Pedagogia, Letras – Espanhol e Inglês, Direito, Administração Rural, Administração do Comércio Exterior); Ciências Exatas e Tecnologia (Ciências - habilitação em Matemática, Matemática Plena, Ciência

da Computação) e de Ciências Biológicas e da Saúde (Ciências – habilitação em Biologia, Zootecnia, Enfermagem).

A Universidade oferece um programa de extensão voltado para o público não graduado na área de reciclagem profissional. O programa vem atendendo uma média de 100 alunos/ano.

Para os próximos anos, a universidade planeja abrir um curso de Especialização em Pedagogia (Pós-graduação *lato sensu*), um curso de extensão em Alfabetização e um curso de Aperfeiçoamento em Educação. Na área de Pós-graduação *stricto sensu*, planeja-se abrir programas de mestrado em Educação (Formação de Professores) e de doutorado em Gestão Ambiental/Ecologia.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Direito (Três Lagoas), Direito (Paranaíba), Ciência da Computação, Ciências – habilitação em Biologia e Administração do Comércio Exterior. Conforme se vê, somente um de Licenciatura.

Na época da pesquisa, estavam matriculados na Graduação 598 alunos, dos quais 63,9% em cursos de Licenciatura.

Quanto à existência de incentivos da própria Instituição para o desenvolvimento da pesquisa, a UEMS disponibiliza espaço físico e equipamentos de secretaria, laboratórios e equipamentos para experiências científicas, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento de projetos e para participação em congressos e seminários e redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, nos casos dos professores.

Boa parte das pesquisas desenvolvidas por docentes da casa (66,6%) contou com financiamento de agências de fomento em nível federal ou estadual. O restante foi financiado por agências de amparo à pesquisa estaduais.

Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

A Universidade do Estado do Mato Grosso teve sua origem no Instituto de Ensino Superior de Cáceres, em 1978. O reconhecimento da Universidade ainda está em processo.

A UNEMAT é uma instituição *multicampi*; seus dez *campi* localizam-se no interior do estado, estando seu *campus* central situado no perímetro urbano de Cáceres. Sua área total construída é de 1.687,12 m².

A UNEMAT conta com uma Biblioteca Central, com 25.913 títulos, 35 assinaturas de revistas nacionais e uma internacional.

A Universidade organiza-se em três Pró-reitorias: Ensino e Extensão, Pesquisa e Pós-graduação e Administração e Finanças.

O corpo docente da instituição é formado por 354 professores; a grande maioria (82,2%) é graduada e 16,4% cursaram Especialização e cinco dos professores têm título de Mestre.

A UNEMAT trabalha basicamente na área de Licenciaturas: oferece nove cursos de Graduação, dos quais somente quatro são bacharelados. Apenas os cursos de Letras e de Pedagogia eram reconhecidos pelo MEC na época da pesquisa. Na Pós-graduação *lato sensu*, a instituição oferece onze cursos de Especialização nas áreas de Humanas, Biológicas e Exatas.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Direito, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas (Cáceres), Ciências Biológicas (Alta Floresta) e Matemática.

Nos últimos cinco anos foram extintos os cursos de Licenciatura em Estudos Sociais e Ciências. Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir os cursos de Graduação em Agronomia e Engenharia Ambiental; na Pós-graduação *lato sensu*, planeja abrir cursos de extensão em Linguagem; cursos de Aperfeiçoamento em Educação e cursos de Especialização em Ambiente. Na Pós-graduação *stricto sensu*, deverão ser criados programas de mestrado em Lingüística, Educação e Ambiente.

Na época da pesquisa, a Universidade tinha 2.402 alunos matriculados nos cursos de Graduação; 82,1% em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* estavam matriculados 590 alunos.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNEMAT, constam as bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento do projeto e para participação em congressos e seminários, e redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, no caso dos professores.

A Instituição contava com 19 bolsas de mestrado e uma de doutorado, todas oriundas de agências federais de fomento à pesquisa. Cerca de quarenta por cento dos recursos destinados às pesquisas desenvolvidas pelos professores foram recebidos financiamento/incentivo de órgão do governo estadual ou federal; o restante provém da própria Universidade.

A UNEMAT mantém interações acadêmicas com outras universidades como a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade de Cuiabá, a Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com a Universidade Estadual de Campinas e com a Universidade Federal de Pernambuco. Com a UNICAMP, a Universidade mantém um projeto que presta assessoria pedagógica aos professores. Com a UFMT, mantém um convênio de Cooperação Técnica e Científica, principalmente na área de meio ambiente.

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

A Universidade Estadual de Minas Gerais iniciou suas atividades em 1965, a partir de uma escola isolada, a Fundação Mineira de Artes. Em 1994, incorporou nove diferentes faculdades fundacionais, passando a oferecer 11 cursos de Graduação na área de Ciências Humanas. Atualmente, a entidade desenvolve um projeto de incorporação de outras nove escolas fundacionais sediadas no interior do Estado. O processo de seu reconhecimento como universidade está em andamento.

A UEMG é uma universidade *unicampus* localizada no perímetro urbano, região central de Belo Horizonte. Sua área total construída é de 15.651,75m².

A Universidade possui anfiteatro de convenções (com 300 lugares), estúdios, oficinas e *ateliers*. Sua Biblioteca Central é informatizada e tem um acervo de 16.642 títulos; assinaturas de 177 revistas nacionais e oito internacionais. Conta também com acervos bibliográficos específicos, informatizados, situados nas unidades de ensino. A UEMG possui laboratórios de informática acessíveis a professores, alunos e funcionários; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. A Instituição possui *web site* em português, através do qual são fornecidas informações sobre sua estrutura organizacional; somente professores e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*.

A UEMG organiza-se em quatro Pró-reitorias: Ensino, Pesquisa e Extensão, Administração e Finanças e Planejamento.

Seu quadro docente é formado por 216 professores, dos quais 28,2% são graduados, 41,2% têm Especialização, 23,6% têm título de Mestre e 6,9% título de Doutor. Quanto ao regime de trabalho dos docentes, 51,9% têm contrato de 40 horas e 48,1% têm contrato de 20 horas. Para o cargo de Professor-Assistente é necessário ter o título de Mestre e para o cargo de Livre-Docente e Professor-Titular, o título de Doutor. Para ingresso ou promoção na carreira docente são necessárias aprovações em concurso público e em prova específica. A Instituição conta com um programa de incentivos para a qualificação do corpo docente.

A UEMG oferece nove cursos de Graduação, todos na área de Ciências Humanas; cinco deles são cursos de Licenciatura. A Instituição pretende abrir os seguintes cursos de Graduação: Artes Cênicas, Regência Coral e Formação de Professores para o Ensino Fundamental.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Pedagogia, Programação Visual, Decoração, Desenho/Plástica e Projeto de Produto.

Na época da pesquisa, 2.299 alunos estavam matriculados nos cursos de Graduação, sendo 57,9% em cursos de Licenciatura.

No que se refere a incentivos à pesquisa oferecidos pela UEMG, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para participação em congressos e seminários e, para professores, redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos.

A Instituição contava com 54 bolsas de Iniciação Científica provenientes da Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais e duas bolsas de mestrado da CAPES. Em 1995, os docentes da UEMG obtiveram financiamentos para seus projetos de pesquisa junto a fundações estaduais de amparo à pesquisa (95,0%) e ao CNPq (5,0%).

A UEMG tem convênios múltiplos firmados com empresas públicas e privadas. A prestação de serviços representa 7,2% do orçamento da Instituição.

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

A Universidade Estadual de Montes Claros iniciou suas atividades em 1965, com a criação da Fundação Universidade do Norte de Minas. No mesmo ano, fundiu-se à uma escola fundacional, incorporando os cursos de Letras, História, Geografia e Pedagogia. Em 1994 obteve seu reconhecimento como universidade.

À época da instituição de seu primeiro curso, a área física da Instituição era de 800 m²; hoje, sua área total construída é de 23.909 m². Apesar de ser uma universidade *unicampus*, a UNIMONTES oferece também cursos fora de sua sede, localizada no perímetro urbano, região central, de Montes Claros.

Quanto às suas instalações, a UNIMONTES possui laboratórios de Física, Química e Anatomia (com capacidade para atender a 20 alunos cada), hospital universitário (com 104 leitos), centro cirúrgico, ambulatório (em média, 220 atendimentos/dia). Possui também um Museu Folclórico e uma Biblioteca Central (com 15.363 títulos e 351 assinaturas de revistas nacionais). Seus computadores encontram-se interligados em rede e a Instituição está conectada à *Internet*.

A UNIMONTES organiza-se em quatro Pró-reitorias: Ensino, Extensão, Pesquisa, Planejamento, Administração e Finanças.

A UNIMONTES oferece 13 cursos de Graduação, dos quais nove são de Licenciatura. Na época da pesquisa a Instituição tinha um total de 2.875 alunos matriculados, 48,5% em cursos de Licenciatura distribuídos nas áreas de Ciências Humanas (Direito, Administração, Ciências Contábeis, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Letras e Educação Artística), Ciências Exatas e Tecnologia (Agronomia e Ciência da Computação) e Ciências Biológicas e da Saúde (Medicina e Ciências-1º grau).

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Medicina, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia.

A Universidade oferece também 14 cursos de Especialização *lato sensu*, com 637 alunos matriculados. Em 1995, 50,0% destes cursos decorreram de solicitação ou de convênio com empresas ou órgãos de governo.

Nos últimos cinco anos, a Universidade extinguiu o curso de Licenciatura em Ciências para o 1º grau.

A Instituição planejava, na época da pesquisa criar mais onze cursos de Graduação: Agronomia, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem e Odontologia, Licenciatura em Matemática e Biologia. Na Pós-graduação *lato sensu* planejava criar um curso de Especialização em Medicina do Trabalho e na Pós-graduação *stricto sensu*, um programa de mestrado em Letras.

O corpo docente da Universidade é formado por 375 professores, a grande maioria (86,7%) possui curso de Especialização. Quanto ao regime de trabalho, 30,4% dos docentes são contratados em regime de dedicação exclusiva ou equivalente, 47,8% são contratados por 20 a 40 horas e 21,8% são contratados por menos de 20 horas. A Instituição conta com programa de incentivo à qualificação dos docentes da casa.

Dentre os incentivos a pesquisa oferecidos pela UNIMONTES estão relacionados serviços de secretaria, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento de projetos e para participação em congressos e seminários, redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, no caso dos professores.

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

A Universidade Estadual do Norte Fluminense foi criada em 1993. O processo de seu reconhecimento está em andamento.

A UENF é uma instituição *unicampus*, mas oferece cursos fora da sua sede que situa-se no perímetro urbano, região central de Campos. Sua área total construída é de 46.281m².

Quanto às instalações físicas, a UENF tem anfiteatro de convenções (com 100 lugares), laboratórios de Física (com capacidade para 15 alunos), de Química (com capacidade para 8 a 10 alunos) e de Anatomia (com capacidade para 35 alunos); conta com uma Biblioteca Central informatizada, com 11.134 títulos e assinaturas de três revistas nacionais e 118 internacionais e, com acervos bibliográficos específicos nas bibliotecas setoriais. A Instituição possui ainda casa de cultura, centro esportivo (com 1.050 m² de área construída), com piscina para prática esportiva e quadra poliesportiva. Possui também equipamentos para pesquisa tecnológica, como fornos, prensas, microscópios óticos, espectômetro, difratômetro e raio X. Seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*; professores, funcionários e alunos de Pós-graduação podem solicitar *e-mail* pessoal. A Universidade está criando um *web site* em inglês, e os departamentos e grupos de pesquisa poderão ter seus próprios *web sites* após a implantação do projeto.

A Universidade organiza-se em duas Câmaras: Graduação e Pesquisa e Pós-graduação.

O corpo docente da Universidade é formado por 154 professores; todos os docentes são Doutores e ministram aulas tanto nos cursos de Graduação como nos cursos de Pós-graduação. Todos têm contratos em regime de 40 horas. Para todos os níveis da carreira docente, exige-se o título de Doutor, além de aprovação por órgão colegiado.

A UENF oferece nove cursos de Graduação: Ciências Sociais, Pedagogia, Agronomia, Engenharias Civil, de Materiais e de Exploração, Biociências, Biotecnologia, Ciências Ambientais, Medicina Veterinária.

Para os próximos anos, a UENF pretende abrir cursos de Licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática. Na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos programas de mestrado e de doutorado em Engenharia (dos Materiais, de Produção e de Exploração de Petróleo), em Biociências, Produção Vegetal e Produção Animal.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 246 alunos nos cursos de Graduação. Na Pós-graduação *stricto sensu* estavam matriculados 91 alunos nos programas de mestrado e 76 nos de doutorado.

Dentre os incentivos à pesquisa científica oferecidos pela UENF estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, auxílio para impressão de relatórios, laboratórios, equipamentos e materiais para experiências científicas.

A Universidade contava com 121 bolsas de mestrado e 75 bolsas de doutorado, todas financiadas pela FENORTE. Os projetos de pesquisa contam com financiamento integral da Financiadora de Estudos e Projetos.

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

A origem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro remonta ao ano de 1950, quando foi criada como Universidade do Distrito Federal; pela reunião de várias faculdades do Rio de Janeiro, como a Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Economia. O reconhecimento da Universidade ocorreu em 1953. Em 1975, foram incorporados três novos cursos de Graduação: Desenho Industrial (Escola Superior de Desenho Industrial); Nutrição (Instituto Annes Dias) e Formação de Professores (LETRERJ).

Na origem, a UERJ era muito dispersa, com unidades acadêmicas independentes, situadas em diferentes pontos da cidade. Com a construção do *campus* central em 1974, deu-se a transferência das várias faculdades para o novo espaço físico, que se situa no perímetro urbano, na região central da Capital do Estado, ocupando uma área de 656.544 m². A Instituição conta, ainda, com cinco *campi*.

A Instituição dispõe de um anfiteatro (com 2160 lugares), laboratórios de Física, Química e Anatomia (com capacidade para 40 alunos cada), um centro esportivo (com uma área construída de 1.296 m²) e quatro quadras poliesportivas.

A sua Biblioteca Central tem um acervo 4.188.453 títulos, 2.200 assinaturas de revistas nacionais e 2.060 assinaturas de revistas internacionais. É informatizada e dispõe de acervos bibliográficos específicos. A UERJ dispõe ainda, de uma Galeria de Arte, teatro e concha acústica. O hospital universitário dispõe de 550 leitos, quatro centros cirúrgicos e um ambulatório, com atendimento/dia de 993 pessoas.

A Instituição está ligada à *Internet*, disponível para professores e funcionários, e seus computadores estão interligados em rede. Conta, ainda, com *web site* em português e inglês, o qual é utilizado tanto pela administração, como pelos grupos de pesquisa.

A UERJ se organiza em três sub-reitorias: Graduação, Pós-graduação e Pesquisa e Extensão e Cultura. As menores unidades administrativas são os departamentos e as maiores são os centros setoriais.

O corpo docente da UERJ é formado por 1.915 professores, embora o número de docentes apresentado no quadro de titulação pela própria Instituição seja inferior, 1.857; dos quais 19,1% são graduados, 19,3% cursaram Especialização, 42,4% são Mestres e

19,2% são Doutores. A maioria dos docentes (73,4%) ministra aulas apenas na Graduação; 22,6% ministram cursos tanto na Graduação como na Pós-graduação e 4,7% atuam somente na Pós-graduação.

Com relação ao regime de trabalho, 66,2% dos docentes têm contrato de 40 horas semanais ministram, em média, 12 horas aula por semana. Desses, 25,1% têm um contrato de 20 horas e também ministram 12 horas/aula semanais. Apenas 1,8% são horistas, cumprindo uma jornada de trabalho de 7 horas-aula por semana.

Para o ingresso na carreira docente exige-se o título de Mestre e a realização de uma prova específica. Para o cargo de Professor-Adjunto, exige-se o título de Doutor e para o de Professor-Titular, além do título de Doutor, o candidato deve ter experiência docente e ser aprovado em concursos público.

Na época da pesquisa, a UERJ tinha 18.857 alunos matriculados em 27 cursos de Graduação diurnos e 23 noturnos. São 15 cursos na área das Ciências Humanas, 12 nas áreas Exatas e Tecnológicas e cinco nas áreas Biológicas e da Saúde. A Licenciatura é oferecida em 18 cursos.

Nos 38 cursos de extensão estavam matriculados, em 1996, 2.610 alunos. Nos 52 cursos de Especialização estavam matriculados 913 alunos. A Universidade conta com 98 bolsas de Iniciação Científica.

Os cursos recentemente criados nos vários *campi* da Instituição, como Engenharia de Produção e Medicina, em Rezende; Engenharia Têxtil, em Nova Friburgo, entre outros, contaram com a parceria das prefeituras e associações comerciais dos municípios.

Na Pós-graduação *stricto sensu* estavam matriculados 774 alunos no mestrado, distribuídos entre os 22 programas e 74 matriculados nos seis programas de doutorado. Duzentos e quarenta e sete mestrandos e 39 doutorandos são bolsistas. Até 1995 tinham sido defendidas 273 dissertações de mestrado e três teses de doutorado.

Segundo o reitor, a peculiaridade da UERJ, é: “sem abrir mão de forma alguma em formar o pessoal nas áreas tradicionais, ela (a Universidade) tem que estar voltada especificamente para os problemas do estado”. Entre as atividades da UERJ, neste campo, foram citadas, pelo reitor, as assessorias às prefeituras para a informatização de suas repartições; a criação de um curso de Graduação para a formação de policiais do Estado do Rio de Janeiro; projetos de meio ambiente na Ilha Grande; projeto

meteorológico da Light, projetos na área de da Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” foi organizada como universidade, em 1976, reunindo vários institutos isolados de ensino superior, instalados em diferentes cidades do interior do Estado de São Paulo. Esses institutos foram reunidos para formar uma única instituição de ensino, passando à condição de unidades universitárias da UNESP.

A UNESP é uma instituição *multicampi*, contando com um *campus* na capital do estado, São Paulo, e outros 14 no interior. A Universidade conta também com dois *campus* avançados no interior e uma série de unidades complementares, inclusive no litoral. A Universidade não tem um *campus* central. Sua área total construída é de 546.412m².

A UNESP possui anfiteatro de convenções, teatro, área de convivência, laboratórios de Física, Química e Anatomia, centro esportivo com três piscinas e 30 quadras poliesportivas. Além de uma Biblioteca Central informatizada, com 530.588 títulos, assinaturas de 374 revistas nacionais e 3.996 internacionais, a Instituição conta com acervos específicos em seus diversos *campi*. Dispõe de um hospital universitário (com 347 leitos) e de um ambulatório (com capacidade para 1.685 atendimentos/dia). O laboratório de informática está acessível a professores, alunos e funcionários e seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. A Universidade tem *web sites* em português e inglês, através dos quais são fornecidas informações sobre sua estrutura organizacional e acessados diretórios de pesquisadores. Os professores e os funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*.

A UNESP organiza-se em quatro Pró-reitorias: Administração, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa e Extensão Universitária e Assuntos Comunitários.

O quadro docente da Universidade é formado por 3.512 professores, dos quais 11,7% são graduados, 33,7% são Mestres e 54,6% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho docente, quase a totalidade (93,1%), têm contrato de 40 horas. Na carreira docente, exige-se o título de Mestre para Professor-Assistente e de Doutor para o cargo de Livre-Docente e para o cargo de Professor-Titular são necessários o título de Doutor

e a livre-docência. Para todos os níveis da carreira é necessária aprovação em prova específica. A Instituição conta com programa de incentivos para a qualificação dos docentes da casa.

A UNESP oferece 115 cursos de Graduação, em todas as grandes áreas de conhecimento sendo que 55 são de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 30 cursos de Especialização e na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos 92 programas de mestrado e 67 de doutorado. A Universidade promove ainda cursos de extensão (143 cursos em 1995) e de aperfeiçoamento (32 cursos em 1995).

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Medicina (Botucatu), Direito (Franca), Ciências da Computação, Medicina Veterinária (Botucatu) e Odontologia (São José dos Campos).

Para os próximos anos, a Instituição pretende abrir novos cursos de Graduação nas áreas de Ciências Psicológicas/Modalidade Médica e de Sistemas de Informação. Na Pós-graduação, existem projeto de abertura de novos programas de mestrado e de doutorado.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 19.618 alunos nos cursos de Graduação; 39,3% deles em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu*, estavam matriculados 1.135 alunos nos cursos de Especialização e na Pós-graduação *stricto sensu* estavam matriculados 3.395 alunos nos programas de mestrado e 1.382 nos programas de doutorado. Os cursos de extensão, em 1995, absorveram 4.677 alunos e os de Aperfeiçoamento 308.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNESP, estão relacionados as bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios e equipamentos para experiências científicas, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento da pesquisa e, eventualmente, para participação em seminários e congressos.

A Instituição contava, em 1995, com 1.155 bolsas de Iniciação Científica financiadas, em 86,7%, dos casos por agências federais de fomento (CAPES e CNPq), por agências estaduais em 8,3% e por outras agências de fomento em 5,0%. Existiam também 968 bolsas de mestrado e 768 bolsas de doutorado, estas últimas financiadas exclusivamente por agências federais de fomento à pesquisa. No ano de 1995, 40,0% do financiamento/suporte para a realização de pesquisas provieram da Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 25,0% do CNPq, 25,0% da CAPES, 5,0% da FINEP e 5,0% de outros órgãos do governo estadual ou federal.

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

A Universidade Estadual de Campinas foi criada, já como universidade, em 1963. Em 1967, institutos isolados de ensino superior foram incorporados a instituição. Seu reconhecimento como universidade ocorreu em 1976.

A UNICAMP é uma instituição *multicampi* (são três *campi*), sendo que seu *campus* sede situa-se no perímetro urbano, mas afastado da região central, de Campinas – SP. Sua área total construída é de 449.775 m².

A UNICAMP possui anfiteatro de convenções (com 880 lugares), auditório, espaço para exposições, laboratórios de Física (capacidade para 24 alunos), Química (capacidade para 35 e 70 alunos) e Anatomia (capacidade para 95 e 125 alunos), centro esportivo com 4.448 m² de área construída, uma piscina e 13 quadras poliesportivas.

A Biblioteca Central é informatizada (com 364.171 títulos, assinatura de 218 revistas nacionais e 5.314 internacionais) e a Instituição conta, ainda, com acervos específicos situados no departamento de coleções especiais. A Instituição tem dois hospitais universitários com 574 leitos e um ambulatório cuja capacidade de atendimento/dia é de 7.489 pacientes. Possui laboratório de informática acessível a professores, alunos e funcionários; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. A Universidade tem *web site* em português e inglês, através dos quais são fornecidas informações sobre a estrutura organizacional e acessados diretórios de pesquisadores e *links* para grupos de pesquisas congêneres; professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal e os departamentos e grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*.

A UNICAMP organiza-se em de cinco Pró-reitorias: Pesquisa, Desenvolvimento Universitário, Extensão e Assuntos Comunitários, Graduação e Pós-graduação.

A UNICAMP oferece 37 cursos de Graduação em todos as áreas do conhecimento, dos quais 33 são de Licenciatura. Na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos 93 programas de mestrado e 82 de doutorado e na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 11 cursos de Especialização. A UNICAMP, em 1995, ofereceu 298 cursos de Extensão e 99 de Aperfeiçoamento. Boa parte desses cursos são desenvolvidos em convênios firmados com empresas públicas e privadas.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 9.992 alunos nos cursos de Graduação; 20,9% do total em cursos de Licenciatura. Nos cursos de extensão estavam matriculados, em 1995, 1.706 alunos e nos cursos de Especialização, 256 alunos. Na Pós-graduação *stricto sensu* estavam matriculados nos programas de mestrado 3.830 alunos e nos programas de doutorado 2.996 os alunos.

Os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNICAMP envolvem bolsas de Iniciação Científica, espaço físico e equipamentos de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para realização de experimentos científicos e ajuda de custo para participação em seminários e congressos.

A Instituição contava, em 1995, com 800 bolsas de Iniciação Científica. Mais de cinquenta por cento dessas bolsas eram provenientes de agências federais de fomento à pesquisa; 17,5% oriundos de agências estaduais e 25,0% eram da própria UNICAMP. Das 1.572 bolsas de mestrado, 93,6% eram financiadas por agências federais e 6,4% por agências estaduais. Das 962 bolsas de doutorado, 93,0% eram financiadas por agências federais e 7,0% por agências estaduais de fomento à pesquisa. O financiamento/suporte para a realização de pesquisas, no ano de 1995, foi proveniente em 65,0% de agências federais, como a FINEP, CAPES e CNPq, 30,0% da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 4,0% de empresas estatais, 3,0% de empresas privadas, 0,6% de associações filantrópicas/ONGs e 0,4% da Prefeitura de Campinas – SP.

Universidade de São Paulo (USP)

A Universidade de São Paulo foi criada, por decreto, em 1934. No período compreendido entre 1934 e 1994, foram incorporados sua estrutura 18 faculdades, escolas ou instituto de educação, além de dois Museus e três centros/institutos especializados.

Atualmente, a USP congrega 37 faculdades, sete centros e/ou institutos especializados, quatro hospitais e centros de serviços anexos, quatro museus, além de 23 órgãos centrais de direção e serviço, em seus seis *campi*.

O *campus* principal situa-se no perímetro urbano, região central da cidade de São Paulo - SP. Sua área total construída é de 1.288.639 m².

A Universidade dispõe de anfiteatro de convenções (com 380 lugares), Museu de Arte Contemporânea, museus de Zoologia, de Arqueologia e Etnologia, além do Museu Paulista, laboratórios de Física (capacidade para 4.816 alunos), de Química (capacidade para 1.775 alunos) e de Anatomia (capacidade para 580 alunos). A USP tem um centro esportivo com 580.000m² de área construída, quatro piscinas e 26 quadras poliesportivas.

A Biblioteca Central da USP é informatizada e conta acervo com 3.474.025 títulos, assinaturas de 304 revistas nacionais e 8.390 internacionais. A Universidade dispõe de acervos específicos nas 38 bibliotecas integradas no sistema SIBi/USP. A Instituição mantém um hospital universitário e um ambulatório, com atendimento/dia de 421 e 1.090 casos, respectivamente. Possui instalações para pesquisa tecnológica e laboratórios de informática acessíveis a professores, alunos e funcionários; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. Professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal e os grupos e departamentos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. A Instituição tem *web site* nas línguas portuguesa e inglesa, através do qual são fornecidas informações referentes a sua estrutura organizacional, são divulgados resultados de pesquisa, produção acadêmica, além de diretórios de pesquisadores.

Na estrutura administrativa da USP existem quatro Pró-reitorias: Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária.

O quadro docente da Universidade é formado por 4.871 professores, dos quais 82,4% são Doutores e 15,6% possuem o título de Mestre. Quanto ao regime de trabalho, 75,4% têm contrato de 40 horas, 17,7% de 20 horas e 6,9% de menos de 20 horas. Do total de professores, 82,4% ministram aulas tanto na Graduação quanto na Pós-graduação e 17,6% ministram aulas somente na Graduação. A titulação necessária para a docência é a de Mestre. Para o cargo de Professor-Assistente exige-se o título de Mestre e para o de Livre-Docente o título de Doutor, além de prova específica; para o cargo de Professor-Titular é necessário ser Livre-Docente (além do título de Doutor) e obter aprovação em concurso público.

A USP oferece 140 cursos de Graduação, dos quais 38 são de Licenciatura. Nos últimos cinco anos foram extintos os cursos de Ciências Atuariais, Economia Doméstica e as habilitações de Sânscrito do curso de Letras e de Cinema do curso de Comunicação. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 82 cursos de Especialização e na Pós-graduação *stricto sensu* 266 programas de mestrado e 229 de doutorado.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda, considerando-se a relação candidato vaga, são os de Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Medicina, Turismo e Direito.

A USP planeja abrir cinco novos cursos de Especialização nas áreas de Odontologia, Medicina, Economia, Comunicações e Museologia, três novos programas de mestrado nas áreas de Ciências Sociais, Medicina e Fonoaudiologia e dois novos programas de doutorado nas áreas de Medicina e Odontologia.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 30.119 alunos nos cursos de Graduação; deste total, apenas 11,6% em cursos de Licenciatura. Nos programas de mestrado estão matriculados 10.957 alunos e nos de doutorado, 7.502 alunos. A USP atende, ainda, 10.771 alunos cujas matrículas são especiais (estrangeiros, entre outros).

Entre os incentivos à pesquisa oferecidos pela USP, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos e ajuda de custo para cobrir parte do orçamento da pesquisa.

A Universidade dispunha, em 1995, de 2.256 bolsas de Iniciação Científica (incluindo as do PET), sendo 79,0% oriundas de agências federais de fomento e 21,0% da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; 3.375 bolsas de mestrado,

sendo que 90,8% eram oriundas das agências federais e 9,2% da FAPESP; 2.672 bolsas de doutorado, sendo 91,2% por agências federais de fomento e 8,8% pela FAPESP. Outras agências de fomento financiam 154 bolsas de Iniciação Científica, 150 bolsas de mestrado e 246 bolsas de doutorado. As pesquisas desenvolvidas no ano de 1995 tiveram financiamentos provenientes da FAPESP (33,0%), do CNPq (32,0%), da FINEP (22,0%) e de empresas privadas (13,0).

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

A Universidade Estadual de Londrina tem sua origem em 1970, a partir da incorporação de outras escolas/cursos pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras. Esta faculdade, cujo primeiro curso data de 1958, incorporou naquele ano cinco escolas isoladas - de Direito (1958), de Odontologia (1962), de Ciências Econômicas e Contábeis (1968) e a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná (1967). Foi reconhecida como universidade em 1971.

A UEL é uma instituição *multicampi*, tendo dois *campi* no perímetro urbano, porém afastados do centro de Londrina – PR, e um *campus* avançado em Colorado, interior do estado, onde são ministrados os cursos de Educação Física e Pedagogia. Sua área total construída é de 150.163,65 m².

Quanto às instalações físicas, a Universidade conta com sete anfiteatros de convenções, (com 2.621 lugares) Museu Histórico de Anatomia e Entomologia, casa de cultura, cine-teatro e Núcleo Afro-Asiático. Dispõe, ainda, de nove laboratórios de Física (sete para pesquisas e dois para o ensino de Graduação com capacidade para 100 alunos cada), três laboratórios de Química (com capacidade para 22 alunos cada), quatro laboratórios de Anatomia, além de laboratórios e equipamentos específicos para pesquisa tecnológica. A UEL tem hospital universitário (308 leitos e 13 salas cirúrgicas) e ambulatório com capacidade para 314 atendimentos/dia. A Biblioteca Central disponibiliza 62.945 títulos, 68 assinaturas de revistas nacionais e 391 internacionais; existem, ainda, acervos bibliográficos específicos nas bibliotecas setoriais. Possui também centro esportivo (área total de 7.626,39 m²), três piscinas e 19 quadras poliesportivas. A Universidade conta ainda com laboratórios de informática e seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. Professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal. A instituição tem *web sites* em português, inglês e espanhol, através dos quais são divulgadas informações sobre sua estrutura organizacional, resultados de pesquisa e produção acadêmica, diretórios de pesquisadores, *links* para grupos de pesquisa e recursos de busca. Os departamentos e os grupos de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*.

A Universidade organiza-se em cinco Coordenações: de Administração e Finanças, Recursos Humanos, Assessoria, Ensino e Graduação, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão à Comunidade.

O corpo docente da Universidade é formado por 1.621 professores; 26,2% são graduados, 22,8% cursaram Especialização, 33,3% são Mestres e 17,7% são Doutores. Quanto ao regime de trabalho a grande maioria (75,1%) é contratado por 40 horas. Não há exigência específica quanto à titulação necessária para a carreira docente. A Instituição conta com programa de incentivos para a titulação dos docentes da casa.

A UEL oferece 51 cursos de Graduação, dos quais 14 são de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu*, são oferecidos 39 cursos de Especialização e na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos dez programas de mestrado, nas áreas de Agronomia, Direito, Educação, Genética e Melhoramento, Letras, Medicina Interna, Microbiologia, Sanidade Animal e Saúde Coletiva e um programa de doutorado na área de Ciências Agrárias (Ciências de Alimentos).

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Medicina, Odontologia, Farmácia, Ciência da Computação e Fisioterapia.

Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir os cursos de Graduação em Engenharia Elétrica/Eletrônica, Desenho Industrial, Estilismo em Moda e Letras-Espanhol. Na Pós-graduação *lato sensu* planeja-se abrir cursos de Especialização nas três áreas do conhecimento, e na Pós-graduação *stricto sensu* deverão ser criados programas de mestrado nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Na época da pesquisa, as Universidades de Londrina e de Maringá (ambas estaduais) estavam propondo, em conjunto, a criação de um programa de mestrado nas áreas de Administração e Economia.

A Universidade, em 1996, registrava 9.405 alunos matriculados nos cursos de Graduação, sendo 38,3% em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* estavam matriculados 730 alunos em cursos de Especialização e na Pós-graduação *stricto sensu* eram 290 alunos matriculados nos programas de mestrado e nove nos de doutorado.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEL, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo

para cobrir parte do orçamento do projeto e para participação em congressos e seminários; redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, no caso dos professores.

Na época da pesquisa, a Instituição dispunha de 409 bolsas de Iniciação Científica, sendo que cerca da metade (51,1%) era oriunda de agências federais de fomento (CAPES e CNPq) e o restante proveniente da própria Universidade. As pesquisas desenvolvidas por professores receberam financiamento da FINEP (87,5%), do CNPq (8,2%) e, em menor proporção (4,3%) de órgãos de governo estadual e federal. A prestação de serviços representa 13,7% do orçamento da Universidade.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

A Universidade Estadual de Maringá tem sua origem em 1969, com a fusão das Faculdades Estadual de Direito (1966), de Filosofia Ciências e Letras (1966) e de Ciências Econômicas (1959). Seu reconhecimento como universidade ocorreu em 1976.

A UEM é uma instituição *multicampi*; seu *campus* central localiza-se no perímetro urbano, região central da cidade. Sua área total construída é de 1.315.459,90 m².

Em suas instalações conta com anfiteatro de convenções, (187 lugares), teatro oficina, casa de dança, sala do coral; laboratórios de Física (com capacidade para 96 alunos), Química (com capacidade para 200 alunos) e Anatomia (com capacidade para 120 alunos), Museu Histórico-Cultural; centro esportivo (32.501,05 m²), piscina e dez quadras poliesportivas. O hospital universitário dispõe de 72 leitos e o ambulatório tem capacidade para 70 atendimentos/dia. A Biblioteca Central com 55.147 títulos, conta com 89 assinaturas de revistas nacionais e 442 internacionais, além de dispor de acervos bibliográficos específicos nos núcleos de pesquisa e nos departamentos. A UEM possui, ainda, laboratório de informática acessível a professores, alunos e funcionários. Seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. A Universidade tem *web site* em português, através do qual são divulgados resultados de pesquisa e produção acadêmica, além de *links* para grupos de pesquisa e recursos de busca.

A Universidade organiza-se em cinco Pró-reitorias: Ensino, Administração, Recursos Humanos e Assuntos Comunitários, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Cultura.

O corpo docente da Instituição é formado por 1.269 professores; 26,0% são graduados, 16,5% têm Especialização, 41,4% têm título de Mestre e 16,2%, de Doutor. Destes professores, 68,8% ministram aulas somente na Graduação, 1,7% somente na Pós-graduação e 29,5% em ambos os níveis. Para o cargo de Professor-Titular é necessário o título de Doutor; para os cargos de Professor-Assistente e Livre-Docente não há exigência específica. A Instituição conta com um programa de incentivos à titulação dos docentes da casa.

A UEM oferece 32 cursos de Graduação, sendo nove de Licenciatura,

abrangendo todas as áreas do conhecimento.

Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 22 cursos de Especialização; também são oferecidos dois cursos de extensão (atualização). Na Pós-graduação *stricto sensu* são oferecidos nove programas de mestrado, (Ciências Biológicas, Química Aplicada, Engenharia Química, Educação, Zootecnia, Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Direito, Agronomia e Economia) e um programa de doutorado (Ecologia de Ambientes Aquáticos e Continentais).

Para os próximos anos, a Universidade planeja abrir os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Filosofia e Letras-Português/Espanhol. Na Pós-graduação *lato sensu* deverão ser criados cursos de Especialização em diversas áreas e na Pós-graduação *stricto sensu* planeja-se criar programas de mestrado nas áreas de Física, Geografia, Letras, Matemática, Administração, Educação Física e de doutorado em Química e Biologia Celular.

Na época da pesquisa estavam matriculados nos cursos de Graduação 7.904 alunos; 20,7% em cursos de Licenciatura. Os cursos de atualização (programa de extensão) contavam com 33 alunos matriculados e os de Especialização com 707. Os programas de mestrado contavam com 237 alunos e o de doutorado com 15 alunos matriculados.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEM, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, auxílio para impressão de relatório e materiais, laboratórios, equipamentos e materiais para realização de experimentos científicos, ajuda de custo para cobrir parte do orçamento e para participação em congressos e seminários e redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, para professores que realizam pesquisa.

Na época da pesquisa, a Universidade recebia 421 bolsas de Iniciação Científica (115 do Programa PET/CAPES e 206 financiadas em 83,0% por agências federais (CNPq) em 17,0% por agências estaduais); 111 bolsas de mestrado e dez bolsas de doutorado, financiadas por agências federais. As pesquisas desenvolvidas por docentes foram financiadas em cerca de oitenta por cento por órgãos do governo federal ou estadual.

A UEM tem convênios múltiplos com empresas privadas e públicas; no entanto, os recursos oriundos da prestação de serviços representa apenas cerca de 1,0% do

orçamento da Instituição.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

A Universidade Estadual de Ponta Grossa iniciou suas atividades como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em 1950. Em 1970, incorporou cinco estabelecimentos isolados de ensino, correspondendo a dez cursos de Graduação nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Em 1973, foi reconhecida como universidade.

A UEPG é uma universidade *multicampi* (são cinco), sendo seu *campus* central localizado no perímetro urbano, afastado da região central, de Ponta Grossa - Paraná. Sua área total construída é de 119.744,20m².

A Universidade possui um anfiteatro de convenções (300 lugares), museu, centro de criatividade, laboratórios de Física (com capacidade para 15 alunos), Química (com capacidade para 15 alunos) e Anatomia (com capacidade para 15 alunos), equipamentos para pesquisa tecnológica, centro esportivo com 28.991m² de área construída, piscina e três quadras poliesportivas.

A sua Biblioteca Central com 41.132 títulos, conta com assinaturas de 190 revistas nacionais e seis revistas internacionais. A Instituição possui laboratório de informática acessível a professores, alunos e funcionários; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*. Professores, alunos e funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal e os departamentos e centros de pesquisa podem ter seus próprios *web sites*. A Universidade tem *web site* em português, com informações sobre sua estrutura organizacional.

A UEPG organiza-se em quatro Pró-reitorias: Graduação, Pesquisa e Pós-graduação, Assuntos Administrativos e Extensão e Assuntos Culturais.

O quadro docente é formado por 693 professores, 28,7% são graduados, 40,7% têm Especialização, 24,4% título de Mestre e 6,2% título de Doutor. Quanto ao regime de trabalho, 87,2% têm contrato de 40 horas (dos quais 43,8% em regime de dedicação exclusiva), 11,1% têm contrato de 20 horas e 1,7% têm contrato de menos de 20 horas. Do total de docentes, 88,6% ministram aulas somente na Graduação e 11,4% ministram aulas tanto na Graduação quanto na Pós-graduação. A UEPG tem ainda 13 professores, contratados de outras instituições, para ministrarem aulas na Pós-graduação. Na carreira

docente, exige-se o título de Mestre para o cargo de Professor-Assistente e de Doutor para o de Livre-Docente ou Professor-Titular. Para ingresso e promoção a qualquer um dos cargos é necessária aprovação em prova específica. A Instituição conta com um programa e incentivos para qualificação do seu corpo docente.

A Universidade oferece 23 cursos de Graduação, dos quais nove são de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 15 cursos de Especialização (Educação Física, Informática, Ciências Farmacêuticas, Odontologia, Economia, Contabilidade e Análises Clínicas e Toxicológicas) e na Pós-graduação *stricto sensu* é oferecido um programa de mestrado na área da Educação.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Odontologia, Farmácia, Direito, Informática e Economia.

A UEPG pretende criar dois novos cursos de Graduação nas áreas de Engenharia de Alimentos e de Comércio Exterior; dez cursos de Especialização nas áreas de Informática, Biologia, Administração, Engenharia de Segurança, Agronomia, Letras, Matemática, Alfabetização, Odontologia Integrada e Pedagogia do Esporte e dois programas de mestrado nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Agronomia.

Na época da pesquisa, estavam matriculados 6.606 alunos nos cursos de Graduação, sendo que deste total 36,3% em cursos de Licenciatura. Nos cursos de Especialização estavam matriculados 465 alunos e no programa de mestrado, 38.

Entre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UEPG estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo e para a participação em seminários e congressos, redução da carga didática, sem prejuízo dos vencimentos, e acréscimos temporários no salário, sob a forma de bolsa de estudo, para professores.

A Instituição dispunha de 48 bolsas de Iniciação Científica, sendo mais de oitenta por cento financiadas por agências federais e o restante pela própria UEPG; de 25 bolsas de mestrado e de 39 de doutorado, todas financiadas por agências federais. Os pesquisadores da UEPG obtiveram financiamentos/suporte para a realização de pesquisas, em 1995, provenientes do CNPq (30,0%) e da FINEP (70,0%).

A UEPG tem convênios firmados com empresas públicas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, de consultoria e de extensão. Os recursos

oriundos da prestação de serviços representam 1,6% do orçamento da Instituição.

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

A Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná iniciou suas atividades em 1970, a partir de uma escola isolada, a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. Em 1990, fundiu-se a um outro estabelecimento isolado, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, incorporando desta quatro cursos de Graduação nas áreas de Ciências Humanas e Biológicas. Na época da pesquisa, existia um projeto visando a incorporação de outros estabelecimentos de ensino superior por parte da UNICENTRO. O seu processo de reconhecimento como universidade está em andamento.

A UNICENTRO é uma universidade *multicampi*, sendo que seu *campus* principal situa-se no perímetro urbano, região central da cidade de Guarapuava. Sua área total construída é de 22.372.40 m².

A Universidade possui anfiteatro de convenções (80 lugares), museu entomológico, auditório, mini-auditório, centro cultural, laboratórios de Física (com capacidade para 40 alunos) e Química (com capacidade para 40 alunos) e quadra poliesportiva. Na Biblioteca Central com 20.944 títulos, existem assinaturas de 34 revistas nacionais e sete internacionais; conta, ainda, com laboratório de informática acessível a professores, alunos e funcionários; seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*; somente os funcionários podem solicitar *e-mail* pessoal.

A UNICENTRO organiza-se em três Coordenadorias: Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Administrativa e Extensão e Assuntos Culturais.

O quadro docente é formado por 227 professores; 29,1% são graduados, 44,9% cursaram Especialização, 24,2% têm título de Mestre e 1,8%, título de Doutor. Quanto ao regime de trabalho, 62,1% têm contrato de 40 horas e 37,9% têm contrato de 24 horas. Na carreira docente, exige-se o curso de Especialização para o cargo de Professor-Assistente, o título de Mestre para o cargo de Livre-Docente e o de Doutor para o de Professor-Titular; para ingresso ou promoção a qualquer dos cargos é necessária aprovação em prova específica. A Instituição conta com programa e incentivos para a qualificação dos docentes da casa.

A UNICENTRO oferece 13 cursos de Graduação, sendo seis de Licenciatura, nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos cinco cursos de Especialização (área da Educação e Matemática) e na Pós-graduação *stricto sensu*, é oferecido um único programa de mestrado em Educação.

Os cinco cursos que apresentam maior demanda são: Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Ciências (habilitação para o ensino fundamental) e Geografia.

Nos últimos cinco anos foram extintos a habilitação de Francês no cursos de Letras e a Licenciatura Plena em Matemática.

A UNICENTRO pretende abrir três novos cursos de Graduação (Educação Física, Química e Ciências Biológicas); na Pós-graduação *lato sensu* planeja abrir cursos de extensão de Especialização em Ciências, Educação, Letras e História. Na Pós-graduação *stricto sensu*, a idéia era criar programas de mestrado em História e Educação. Também estava sendo estudada a abertura de novos cursos de extensão/Aperfeiçoamento nas áreas de Humanas e de Ciências Exatas.

Na época da pesquisa estavam matriculados 2.067 alunos nos cursos de Graduação; cerca de sessenta por cento em cursos de Licenciatura. Na Pós-graduação *lato sensu* estavam matriculados 141 alunos e na *stricto sensu*, 68.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNICENTRO, estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios, equipamentos e materiais para experimentos científicos, ajuda de custo para a pesquisa e para a participação de pesquisadores em congressos e seminários, redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos e acréscimos temporários no salário, sob a forma de bolsa de estudo, para os professores pesquisadores.

A UNICENTRO dispunha de 12 bolsas de Iniciação Científica (PET/CAPES) e de 20 bolsas de pesquisa para docentes oriundas da própria Instituição.

Embora a UNICENTRO tenha convênios com empresas públicas e privadas, os recursos advindos com a prestação de serviços representava, na época da pesquisa, 1,0% do orçamento da Instituição.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Reconhecida como Universidade em 1994, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná iniciou suas atividades em 1972 como escola isolada. Em 1987, a fusão da FECIVEL (de Cascavel), da FUMEST, da FUNDEMAR e da FUNEFI deu origem a uma federação de escolas. Na época da pesquisa, existia um projeto na Instituição visando a incorporação de outras escolas de nível superior.

As atividades da UNIOESTE se desenvolvem em quatro *campi*, dispersos pela região oeste do Estado do Paraná. Sua área total construída é de 69.333,89 m².

A Universidade possui anfiteatro (480 lugares), laboratórios de Física (com capacidade para 55 alunos), Química (com capacidade para 125 alunos) e Anatomia (com capacidade para 20 alunos), instalações para pesquisa tecnológica com computadores, microscópios, aparelhos de TV, máquinas e equipamentos agrícolas, células de cargas, medidores de unidade de grãos, prensa hidráulica, osciloscópio, multímetro e vários outros equipamentos. Conta, ainda, com hospital universitário com 135 leitos e 11 centros cirúrgicos e um ambulatório, com capacidade para 177 atendimentos/dia. A Biblioteca Central é informatizada (com 49.689 títulos), além de assinaturas de 601 revistas nacionais e três internacionais. A Universidade possui laboratórios de informática acessíveis aos professores, alunos e funcionários, seus computadores estão interligados em rede e conectados à *Internet*.

A instituição organiza-se em quatro Pró-reitorias: Graduação, Administração e Desenvolvimento, Pesquisa e Pós-graduação, Extensão e Assuntos Comunitários.

São oferecidos 22 cursos de Graduação nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Contábeis, Economia, Letras, Pedagogia, Português, Turismo, História, Filosofia, Secretariado Executivo e Serviço Social), Ciências Exatas e Tecnologia (Engenharia Agrícola, Civil e Química, Informática, Computação, Matemática e Agronomia) e Ciências Biológicas e da Saúde (Educação Física, Enfermagem e Licenciatura em Biologia). Dos 22 cursos, dez são de Licenciatura. A Instituição oferece, ainda, dez cursos de Especialização (Pós-graduação *lato sensu*).

Nos últimos cinco anos a Instituição fechou o curso de Licenciatura em Ciências para o ensino fundamental com habilitação em Biologia.

Os cinco cursos de Graduação que apresentam maior demanda são: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Informática e Ciências Econômicas.

Nos próximos anos, a Universidade pretende iniciar sete novos cursos de Graduação, já autorizados: Medicina, Odontologia, Geografia, Engenharia de Pesca, Espanhol, Física e Química. Na Pós-graduação *lato sensu*, deverão ser criados outros sete cursos de Especialização nas áreas de Educação, Educação Física, Matemática, Filosofia, Administração, Letras e Enfermagem. Na Pós-graduação *stricto sensu* deverão ser criados cursos de mestrado nas áreas de Engenharia, Educação e Ciências Humanas.

Na época da pesquisa, a UNIOESTE tinha 4.812 alunos matriculados na Graduação, dos quais 38,7% eram de Licenciatura. Nos cursos de Especialização matricularam-se, em 1996, 415 alunos.

O corpo docente é formado por 488 professores; 21,5% são graduados, 48,2% cursaram Especialização, 28,7% possuem título de Mestre e 1,6% o de Doutor. Quanto ao regime de trabalho, 68,2% dos docentes são contratados por tempo integral (40 horas semanais), e os demais em regime de tempo parcial (24, 12 e 9 horas semanais). O acesso à carreira se dá através de concurso e a titulação exigida para Professor-Assistente é a de Mestre, e aprovação em prova específica; para Livre-Docente é a de Doutor e para Professor-Adjunto, é a de Doutor e aprovação por órgão colegiado. A instituição tem programa de incentivo à qualificação dos docentes da casa.

Dentre os incentivos à pesquisa oferecidos pela UNIOESTE estão relacionados bolsas de Iniciação Científica, espaço físico, equipamentos e serviços de secretaria, laboratórios e equipamentos para experimentos científicos, ajuda de custo para os pesquisadores participação em seminários e congressos, redução da carga didática sem prejuízo dos vencimentos e acréscimos temporários no salário, sob a forma de bolsa de estudo, para os professores pesquisadores. Os docentes obtiveram financiamento/suporte para a realização de pesquisas, em 1995, provenientes do CNPq e de empresas privadas.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

A Universidade do Estado de Santa Catarina teve sua origem na fusão das seguintes escolas e faculdades: Faculdade de Educação (1964), Faculdade de Engenharia de Joinville (1965), Escola Superior de Administração (1965), Escola Superior de Medicina Veterinária (1973), Centro de Ciências Agroveterinária e Agronomia (1980) e Centro de Artes (1985).

O primeiro curso data de 1964. Naquela época, a instituição era uma Faculdade de Educação de caráter fundacional, funcionava junto ao Instituto Estadual de Educação. A Universidade foi reconhecida em 1985.

A UDESC tem uma área construída de 51.912,25 m², divididos em três *campi*: Florianópolis (área das Ciências Humanas, Educação Física e Geografia), Joinville (Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica e Processamento de Dados) e Lages (Agronomia e Medicina Veterinária).

A Universidade possui anfiteatro descoberto, laboratórios de Física (com capacidade para 30 alunos) e de Química (com capacidade para 20 alunos). Possui uma piscina para prática esportiva e duas quadras poliesportivas. A Biblioteca Central conta com 35.778 títulos, 315 assinaturas de revistas nacionais e 48 de revistas internacionais. As bibliotecas setoriais dispõem de acervos bibliográficos específicos.

A Universidade organiza-se em quatro Pró-reitorias: Ensino, Comunitária, Pesquisa e Desenvolvimento e Administrativa.

O corpo docente da Instituição é formado por 544 professores; 18,4% são graduados, 35,1% têm Especialização, 37,3% têm título de Mestre e 9,2% de Doutor.

Quanto ao regime de trabalho, cerca de setenta e cinco por cento têm contrato de 40 horas e cerca de 20,0% contrato de 20 horas. Na UDESC, a carreira docente é dividida em quatro níveis; sendo a titulação exigida no menor e maior nível, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, respectivamente.

A UDESC oferece 21 cursos de Graduação, sendo seis de Licenciatura; na Pós-graduação *lato sensu* são oferecidos 16 cursos de Especialização e, na Pós-graduação *stricto sensu*, um programa de mestrado.

Na época da pesquisa, a Universidade registrava 4.850 alunos matriculados em cursos de Graduação sendo mais de um terço em cursos de Licenciatura; na Pós-graduação *lato sensu* eram 387 os alunos matriculados e na *stricto sensu*, apenas quatro alunos.

A Instituição presta serviço para empresas públicas e privadas, por meio da organização de cursos e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Além dos *campi* já existentes, a UDESC abriu, em São José, um curso de Moda desenvolvendo o gerenciamento para a pequena empresa, utilizando *designers* e toda a parte de informática como sustentação. O objetivo deste curso é dar condições ao micro empresário mediante a qualificação de pessoal para atuar na área. Também na cidade de São Bento foi criado o curso de Engenharia Moveleira, em convênio com empresas locais. Está previsto também, em parceria com as demais universidades de Santa Catarina, o desenvolvimento do primeiro Curso de Ensino à Distância voltado para a formação de professores do ciclo do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries em todo o território catarinense.